26°

Relatório Gerencial de Resultados

01 de abril a 30 de junho de 2025

Data de entrega à Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão: 10/07/2025











Rua Guajajaras, 1570, 3° Andar, 1570, Terceiro Andar, Barro Preto Belo Horizonte - MG, 30180-099 | (31) 3348-1500

DIRETOR PRESIDENTE

Gleiber Gomes de Oliveira

DIRETORIA INSTITUCIONAL

Alexandre Compart

DIRETORIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TÉCNICO

Fabiano Neves

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Thiago Morais

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Juliana Mourão Mendes

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E GESTÃO DE PESSOAS

Rafaela Carvalho Naves Grazziotti

DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E GESTÃO DE PROJETOS

Diogo Caminhas

ELABORAÇÃO DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E GESTÃO DE PROJETOS

Diogo Caminhas

Gerente de Monitoramento e Gestão de Projetos

Robert Tavares **Subgerente de Monitoramento e Gestão de Projetos**

Delor Celestino da Costa Junior

Subgerente de Prevenção a Criminalidade

Camila Matos

Analista de Monitoramento e Gestão de Projetos

Lucas Matias de Almeida, Mariana Viegas e Mateus Ferreira de Almeida Supervisor da Prevenção - Programa Mediação de Conflitos

Cássia Pacheco Souto, Fabiana Amaral e Marília Saraiva Supervisor da Prevenção - Programa Fica Vivo!

Fernanda Menezes, Jakeline Lara e Maíra Rinco Supervisor da Prevenção - Programa Ceapa

Lidiane de Oliveira e Arthur Rodrigues da Silva Supervisor da Prevenção - PrEsp

Francisco Uarles Targino da Costa Supervisor da Prevenção - Programa Selo Prevenção Minas

Luziene Rodrigues Santana
Supervisor da Prevenção - Programa Proteja Minas

Sumário

INTRODUÇÃO	5
Tabela 1 – Comparativo entre as metas previstas e realizadas Tabela 2 – Produtos previstos	
DETALHAMENTO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS	9
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOSIndicador nº 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Medide Conflitos	diação
Indicador nº 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	19
Indicador nº 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos ju às redes de proteção social	
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE CONTROLE DE HOMICÍDIOS FICA VIVO!	23
Indicador nº 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!Indicador nº 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas	
através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA CENTRAL DE ACOMPANHAMENTO DE ALTERNATIVAS PENAIS	
Indicador nº 4.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEA Indicador nº 4.2. Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial	4 <i>PA 4</i> 7
Indicador nº 4.3. Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	e 55
Indicador nº 4.4 - Percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminham no período avaliatório	
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL Indicador nº 5.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP Indicador nº 5.2. Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período	
avaliatórioIndicador nº 5.3. Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins inclusão social de egressos do Sistema Prisional	de
ÁREA TEMÁTICA: PROJETO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Indicador nº 6.1. Número acumulado de Encontros de Responsabilização de Homens	71
Autores de Violência Contra a Mulher executados	o a lência
Indicador nº 6.3. Número acumulado de ações do Projeto de prevenção e enfrentame violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto d	ento à às
redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal	/9

Área Temática: Programa Selo Prevenção Minas	81
Indicador nº 7.1. Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do	
Programa Selo Prevenção Minas	82
Indicador nº 7.2. Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de forma	ção
promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas	85
Indicador nº 7.3. Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participa	ıção
social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à	
Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas	93
Área Temática: serviço de atendimento à pessoa custodiada (apec)	98
Indicador nº 8.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço Apec	
Indicador nº 8.2. Número acumulado de ações do Serviço Apec junto às redes de apoio	.102
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA	
MULHER (PROTEJA MINAS)	
Indicador nº 9.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de	
Prevenção à Violência contra a Mulher	. 109
Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenç	
SOCIAL À CRIMINALIDADE	•
Indicador nº 10.1. Número acumulado de supervisões da gestão realizadas junto aos	110
Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	121
Indicador nº 10.2. Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto à	
Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade	., 122
Indicador nº 10.3. Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão	122
metodológica e da supervisão da gestão	
Indicador nº 10.4. Taxa de rotatividade de pessoal (turnover)	
ÁREA TEMÁTICA: RELATÓRIOS DAS AÇÕES DOS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE	
Indicador nº 11.1. Número de Relatórios Analíticos das UPCs de base territorial	126
Indicador nº 11.2. Número de relatórios de gestão dos Programas de Prevenção à	
Criminalidade	
Área Temática: Gestão da Parceria	129
Indicador nº 12.1. Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem	
amostral periódica	
Indicador nº 12.2. Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	130
ÁREA TEMÁTICA: MONITORAMENTO DE HOMICÍDIOS NAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DE	
UPCs TERRITORIAIS	131
Indicador nº 13.1. Taxa de homicídios consumados ocorridos nas áreas de abrangência	dos
Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos	131
Área Temática: Produtos	135
Produto 3.3 Desenvolvimento de mais dois módulos do Sistema Integrado de	
Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade	135
Produto 4.1 Pesquisa do Perfil das Mulheres Egressas do Sistema Prisional	
acompanhados pelo Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrE	Sp)
Produto XX. Implantação de UPC de abrangência Territorial — Estrela D'Alva	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	. 144
COMPROVANTES DE REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	. 146
	1/16

INTRODUÇÃO

Este Relatório Gerencial de Resultados tem como objetivo demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão (CG) nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo, no 26º Período Avaliatório (01 de março a 30 de junho de 2025). Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081/2018 e ao artigo 50 do Decreto Estadual nº 47553/2018, o presente documento apresentará o comparativo entre as metas estabelecidas e resultados alcançados, bem como informações relevantes acerca do contexto da execução das atividades previstas, as justificativas para os resultados não alcançados e as propostas de ação para superação dos problemas enfrentados neste período avaliatório. Ao final, serão disponibilizados os comprovantes atualizados de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da OS.

Em 2025, houve um aumento significativo na quantidade e algumas alterações no formato dos indicadores pactuados no Plano de Trabalho do IX Termo Aditivo ao CG em relação ao ano anterior. Por consequência, tais alterações reverbaram diretamente na apresentação do Relatório Gerencial de Resultados. Destacam-se a inclusão de novos indicadores, quais sejam, 4.4 - Percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório; 8.1 – Número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço Apec; 8.2 - Número acumulado de ações do Serviço Apec junto às redes de apoio; 10.4 - Taxa de Rotatividade de pessoal (Turnover) e 13.1 - Taxa de homicídios consumados ocorridos nas áreas de abrangência dos Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos. Ao todo, Plano de Trabalho conta com 35 indicadores e 17 produtos, dentre os quais destacam-se 4 novas implantações de Unidades de Prevenção à Criminalidade (UPCs) e o desenvolvimento do Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade.

O 26º período avaliatório de 2025 apresenta uma performance positiva, de modo que se observa o cumprimento integral ou parcial de quase todos os indicadores pactuados. No que se refere aos produtos e ações, esse periodo é marcado por entregas importantes que exigiram um grande esforço de centenas de trabalhadores da parceria IEIo e Supec, dentre as quais destacam-se: I) a inauguração da sede da Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC) do Estrela D'Alva, em Contagem, no dia 30/06, e início das atividades e oficinas dos programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos (PMC); II) o encerramento da execução do Programa Se Liga no âmbito do CG 02/2019; III) o encerramento do "Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher" em sua última Unidade, Pouso Alegre, em abril de 2025. Iniciado no primeiro semestre de 2022, a partir da parceria entre a Sejusp e o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), o projeto alcançou milhares de pessoas das regiões circunscritas aos municípios de Curvelo, de Barbacena e de Pouso Alegre ao longo dos úlitmos três anos. Com o fim do Projeto, esses equipamentos públicos foram mantidos com recursos estaduais e, atualmente, abarcam o programa Ceapa em sua integralidade metodológica de atuação; IV) com as modificações das funcões e cargos estratégicos das antigas supervisões metodológicas e da gestão para a Supervisão da Prevenção, a OS instensificou as capacitações e seminários junto a esses colaboradores, aos gestores sociais e demais atores estratégicos da OEP e OS. Foi um trimestre de muita reflexão, aprendizado, avaliação e construção conjunta de novas formas de atuação para a Política de Prevenção com um todo; V) a revisão dos guias metodológicos dos Programas Fica Vivo!, PMC, Ceapa, PrEsp e Proteja, bem como a construção do guia do Serviço APEC, cada um em momentos diferentes de desenvolvimento; VI) a conclusão dos 90 Projetos de Prevenção, que contemplaram 34 UPCs territoriais e 24 municipais ou regionais. Para a execução das ações, as UPCs receberam um recurso financeiro de até R\$ 3.392,86 e elaboraram projetos alinhados às especificidades de cada território. As unidades puderam optar por desenvolver um projeto único que contemplasse ambos os Programas ou propostas distintas para cada um. Avaliações preliminares apontam que essas iniciativas geraram impactos relevantes e duradouros nos territórios e nos Programas, beneficiando centenas de pessoas por meio de atividades voltadas à cultura, ao lazer e à garantia de direitos, além de fortalecer a articulação com a rede parceira; VII) por fim, ressalta-se uma das entregas de maior complexidade e impacto da história da Politica de Prevenção, a conclusão do Primeiro Módulo do Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade", especificamente o Sistema do Programa Ceapa, cuja implantação ocorrerá de forma gradativa com previsão de início na UPC de Santa Luzia, em julho de 2025.

A seguir, descrevem-se os resultados e desafios apresentados ao longo do trimestre para cada um dos indicadores.

Tabela 1 – Comparativo entre as metas previstas e realizadas

	Área Temática		Indicador	Peso (%)		
			Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	• 35.240 •	• 38.016 •
1	Programa <mark>Mediação</mark> de Conflitos	<u>1.2</u>	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	• 2.290 •	• 3.009 •
	Commos	<u>1.3</u>	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	• 7.440 •	• 7.724 •
		<u>2.1</u>	Média mensal de encontros de oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 3.080 •	• 3.318 •
2	Fica	2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 8.855 •	• 8.918 •
2	ASADO	2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	e Controle de Homicídios Fica Vivo! 5 • 57.945 • • 64	• 64.546 •	
		2.4	Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 316 •	• 354 •
		<u>4.1</u>	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	• 45.360 •	• 47.217 •
1	_ .	4.2	Percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório, conforme determinação judicial	5	• 75% •	• 72,9% •
4	CEAPA Considere a Afternativa	4.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	• 3.240 •	• 3.054 •
		4.4	Percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório	1	• 18% •	• 5,5% •
		<u>5.1</u>	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp	5	• 12.384 •	• 12.214 •
5	DrEen	<u>5.2</u>	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp por período avaliatório	5	• 80% •	• 38.016 • • 3.009 • • 7.724 • • 3.318 • • 64.546 • • 354 • • 72,9% • • 3.054 • • 5,5% •
	CIDADANIA E LIBERDADE	<u>5.3</u>	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	• 1.360 •	

				Peso	Metas	Resultados
	Área Temática		Indicador			Avaliatório
			Número acumulado de Encontros de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher		abr/25 a	a jun/25
	CEAPA Programa Mediacaa de		executados	1	• 8 •	• 39 •
6	Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência	<u>6.2</u>	Número acumulado de atendimentos de prevenção e enfrentamento a violências e violações contra a mulher e responsabilização de homens autores de violência contra a mulher	1	• 700 •	• 594 •
	Contra Mulheres e responsabilização de homens autores de violência	<u>6.3</u>	Número acumulado de ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal	1	• 120 •	• 129 •
	esevenção	<u>7.1</u>	Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas	5	• 490 •	• 331 •
7	%s.	<u>7.2</u>	Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas	5	• 1.260 •	• 1.256 •
	· MINAS.	<u>7.3</u>	Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas	4	• 360 •	• 749 •
0	Serviço de Atendimento	<u>8.1</u>	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço Apec	2	• 6.270 •	• 7.302 •
8	à Pessoa Custodiada (Apec)	<u>8.2</u>	Número acumulado de ações do Serviço Apec junto às redes de apoio	1	• 1.554 •	• 1.061 •
9	Proteja Minas	<u>9.1</u>	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Prevenção à Violência contra a Mulher	1	• 355 •	• 384 •
	Desenvolvimento e	<u>10.1</u>	Número acumulado de supervisões da gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	1	• 91 •	• - •
10	Capacitação dos	<u>10.2</u>	Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade	1	• 203 •	• - •
	de Prevenção Social à Criminalidade	<u>10.3</u>	Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da supervisão da gestão	1	• 45 •	• - •
			Taxa de Rotatividade de pessoal (Turnover)	1	• 2,5% •	• 2,1% •
11	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção	<u>11.1</u>	Número de Relatórios Analíticos das UPCs de base territorial	1	• 34 •	• 33 •
	à Criminalidade		Número de relatórios de gestão dos Programas de Prevenção à Criminalidade	1	• 3 •	• 3 •

Área Temática			Indicador	Peso (%)	Metas 26º Período	Resultados Avaliatório
			a.cauc.			abr/25 a jun/25
1-	12.1 Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica		1	• 100% •	• - •	
12	Gestao da Parcena	Gestão da Parceria 12.2 Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	1	• 100% •	• - •	
13	Monitoramento de Homicídios nas áreas de abrangência de UPCs territoriais	as de la Taxa de homicídios consumados ocorridos nas áreas de abrangência dos Programas Fica Vivo! e Mediação		1	• - •	• - •

Tabela 2 – Produtos previstos

Área Temática		Produto			Status	
11	Produtos	3.3	Desenvolvimento de mais dois módulos do Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade	• 100% •	• - •	
14	74 Produtos		Diagnóstico do Perfil do Público Feminino Egresso Atendido pelo PrEsp	• 100% •	• Aprovado •	



DETALHAMENTO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Contextualização geral do Programa e dos indicadores no período avaliatório

Neste 26° período avaliatório, o Programa Mediação de Conflitos logrou êxito nos três indicadores que mensuram a execução do Programa nos territórios.

No que tange ao Indicador 1.1 - Número acumulado de atendimentos, foram realizados ao longo do trimestre um total de 20.108 atendimentos em números absolutos, superando a meta pactuada para o trimestre em 12%. Neste trimestre as equipes realizaram 2.279 atendimentos a mais em comparação ao trimestre anterior, conforme apresentado no gráfico a seguir.



Indicador 1.1 - Número acumulado de atendimentos

Ressaltamos que as equipes produziram um aumento expressivo no número de atendimentos acumulados, devido ao investimento nas práticas coletivas de atendimento. Além disso, observamos que foi um trimestre movimentado para a implantação de novas oficinas para algumas equipes, tendo em vista a ampliação para duas oficinas para aquelas equipes que tinham apenas uma oficina implantada no território. Embora nem todas as equipes tenham logrado êxito na implantação, observamos que as equipes têm buscado mobilizar os territórios visando mapear novas referências comunitárias, bem como encontrar uma oficineira. Ao longo do trimestre tivemos um aumento significativo de atendimentos absolutos se comparado ao mesmo período de 2024.

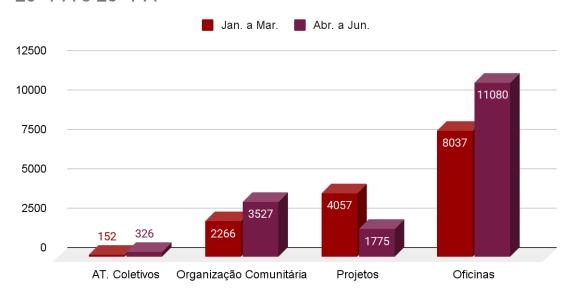


Comparativo entre 22º PA e 26° PA



Nessa conjuntura, reiteramos o investimento das equipes no que tange aos atendimentos coletivos uma vez que é possível observar um crescimento significativo nestas modalidades de atendimento se comparado ao período avaliatório anterior. Em termos numéricos, observamos um aumento sútil nos atendimentos coletivos, em que as equipes realizaram 174 atendimentos coletivos a mais se comparado ao período avaliatório anterior. Tendo em vista a implantação de novas oficinas e a construção de projetos de prevenção, é possível observar que ocorreram 1261 atendimentos em organização comunitária a mais em comparação ao período anterior. Além disso, observamos que houve 11080 atendimentos em oficinas, sendo que no período anterior somaram—se 8037 atendimentos nessa modalidade. Também observamos uma diminuição no que diz respeito aos atendimentos na modalidade de projetos, uma vez que em março há um aumento significativo nessa modalidade em função da execução do projeto "É na base". Embora tenha ocorrido esta diminuição na modalidade de projetos, as equipes foram orientadas e estão construindo projetos trimestralmente, em consonância com as situações que surgem na dinâmica dos territórios, assim como a partir da leitura dos casos de violência que mais estão sendo atendidos.

Comparativo de modalidades de atendimentos coletivos entre 25° PA e 26° PA





Nesse cenário, devido ao caráter participativo, dialógico e inovador que contribui para a transformação sociopolítica de pessoas, grupos e comunidades, o PMC tem direcionado seus esforços em fortalecer o capital social, fomentando a participação social e comunitária nos diferentes espaços coletivos que são construídos com e pelo programa. Compreendemos que esta é uma forma eficaz da proteção social prevenir homicídios, tendo em vista que o fortalecimento do capital social desempenha um papel crucial na prevenção da violência letal, uma vez que comunidades coesas, com vínculos sociais fortes, tendem a desenvolver formas mais eficazes de controle social informal, o que desestimula comportamentos violentos e fortalece a cultura da paz. O fomento à participação social contribui para a ampliação da capacidade dos cidadãos de influenciar políticas públicas e cobrar respostas efetivas do Estado, possibilitando a construção coletiva de soluções e a promoção de uma segurança pública cidadã mais democrática e orientada pelas necessidades locais. Nesse contexto, essas estratégias possibilitam a construção de um ambiente em que os conflitos são resolvidos por meios não violentos, reduzindo os fatores de risco associados aos homicídios e promovendo uma convivência mais segura e solidária.

Como exemplo de ação, destacamos uma Ação ocorrida na Praça da Savassi, localizada no Palmital, em decorrência de um homicídio ocorrido neste espaço em janeiro de 2025, que desencadeou uma guerra entre grupos do tráfico da região. Este evento foi construído entre as equipes do FV! e do PMC, em que visou resgatar seu potencial simbólico e afetivo. Durante o evento, foi possível vivenciar uma verdadeira ocupação cidadã do espaço, com a presença de grupos diversos da velha guarda, das danças urbanas, do rap, da rima, promovendo ricas trocas e uma atmosfera de pertencimento, assim como foi possível para a equipe do PMC a partir de um mapa dialogar com a comunidade sobre as potencialidades existentes naquele território. Muitas pessoas que participaram da ação expressaram o desejo de que esse tipo de iniciativa se torne mais frequente, justamente por enxergar nela um caminho possível para que a cultura, a paz e o lazer substituam a violência e o medo. Essa experiência reafirma o papel estratégico da organização comunitária como instrumento de transformação social, capaz de promover segurança cidadã a partir da mobilização popular e do fortalecimento dos vínculos entre território e comunidade.

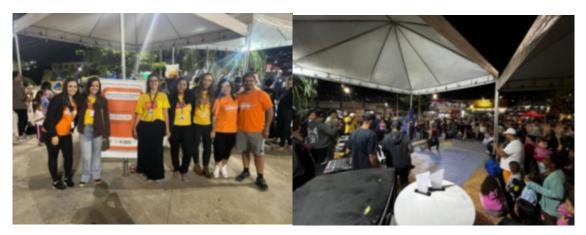


Foto - Ação Praça da Savassi - Palmital

Destacamos também o intercâmbio entre referências comunitárias entre PMC Vila Cemig e Vila Pinho, que ocorreu em maio em comemoração ao Dia Nacional do Líder Comunitário. Esta ação teve como objetivo propor uma troca de experiências entre as referências comunitárias de diferentes territórios e sua atuação em prol do desenvolvimento local e enfrentamento às violências em suas comunidades. Em formato de roda de conversa, os participantes relataram processos históricos sobre a consolidação de seus territórios, luta por moradia e infraestrutura urbana, sobre violência institucional, mobilização e participação social.





Projeto Intercâmbio de Referências Comunitárias PMC Vila Cemig e Vila Pinho

Também ressaltamos o Projeto de Comemoração dos 20 anos do PMC que ocorreu na UPC Vila Cemig, em que foi possível dialogar e realizar um resgate histórico da implantação do Programa e da história dos microterritórios de abrangência desta UPC. Com a presença de moradores, referências comunitárias, e oficineiras, foi possível construir uma linha do tempo a partir de marcos importantes levantados pelos participantes, tendo sido um momento muito expressivo que possibilitou a troca de experiências, de visões e de um estreitamento dos vínculos e reafirmação da apropriação do Programa por parte dos moradores.



Projeto - Comemoração de 20 anos PMC

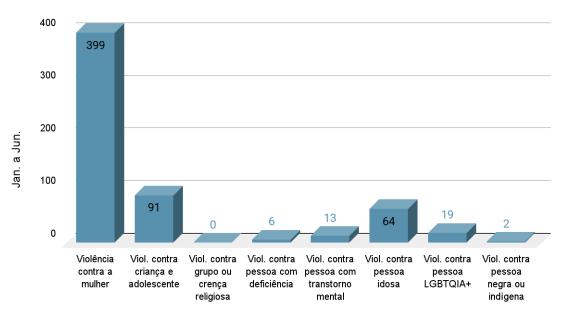
Reiteramos que, de modo geral, os atendimentos coletivos têm se destacado enquanto estratégia de intervenção das equipes. Nessa conjuntura, as oficinas se mantêm em destaque como uma ferramenta essencial na construção de estratégias comunitárias voltadas para a prevenção e o enfrentamento das violências nos territórios. Com o aumento de oficinas implantadas (57 oficinas ativas), os números de atendimentos têm se tornado cada vez mais significativos, devido à solidificação dessa prática de atendimento, bem como devido ao aumento progressivo da capilaridade do programa através dessa modalidade de intervenção. Conforme já sinalizado em outros relatórios, as oficinas contribuem de maneira dialógica para a resolução de conflitos, tanto por favorecer uma melhoria nas relações sociais, como também por possibilitar o fortalecimento do capital social das moradoras e, portanto, das suas comunidades. Através das oficinas, torna-se possível incentivar a formação de redes comunitárias mais sólidas, construindo relações de confiança entre as participantes e fomentando a participação ativa das mulheres nas decisões sociais, em seus territórios e na participação da construção de uma segurança pública cidadã. Ressaltamos que embora algumas equipes ainda não tenham alcançado êxito na implantação de mais uma oficina, há uma mobilização e movimento por parte destas para que essas implantações ocorram o mais breve possível de forma estratégica.

As demandas principais que chegam ao programa também são importantes de serem destacadas tendo em vista que de janeiro a junho, as demandas referentes a situações de violências ocupam o segundo lugar com 10% dos casos, juntamente com conflitos intrafamiliares, ambas sendo superadas apenas por demandas de pensão alimentícia com 12% dos



casos atendidos. Nesse contexto, reiteramos que as equipes estão sendo cada vez mais referenciadas pelas comunidades para tratarem questões referentes às violências que perpassam suas vivências. Sendo assim, destacamos que ao tomar conhecimento dessas demandas possibilita que as equipes tenham uma leitura de algumas violências que mais acontecem nos territórios, possibilitando que sejam construídas intervenções conjuntamente com a comunidade, a fim de munir as pessoas com técnicas de resolução pacífica de conflitos, ampliando seus repertórios comportamentais a partir de uma cultura de paz, visando, consequentemente, uma diminuição da violência letal nos territórios. Diante disso, destacamos que as violências que surgem com mais frequência no programa, são a violência contra as mulheres (65%), violência contra criança e adolescente (15%) e a violência contra a pessoa idosa (10%), conforme demonstra o gráfico a seguir.

Violências



Nessa conjuntura, reiteramos as intervenções das equipes em consonância com as leituras das dinâmicas sociais das violências e criminalidades dos territórios, a partir do que tem sido apresentado no território enquanto fatores de risco, bem como a partir do que se apresenta enquanto demandas de atendimentos para as equipes. Assim, destacamos a intervenção realizada pela equipe do PMC Ribeiro de Abreu no "Maio Laranja" em duas escolas do território, com uma metodologia adaptada à faixa etária ao contexto de cada grupo trabalhado, as atividades tiveram como eixo central os desafios relacionados a temas como corpo, intimidade, internet, violência, consentimento e proteção.



Projeto Maio Laranja - PMC Ribeiro de Abreu



Com relação ao indicador 1.2 – Média mensal de pessoas atendidas, no segundo trimestre de 2025, o Programa Mediação de Conflitos superou a meta estabelecida. Enquanto a meta pactuada previa o atendimento médio de 2.290 pessoas, foi alcançada a expressiva média de 3.009 atendimentos mensais, ultrapassando o que estava previsto.

Analisamos que esse resultado ainda está diretamente relacionado à execução do projeto "É na Base! PMC", desenvolvido em escolas da rede estadual de Minas Gerais, com foco na prevenção e enfrentamento das violências contra meninas e mulheres. Essa iniciativa, tradicionalmente realizada no mês de março, contribuiu significativamente para a intensificação do contato das equipes com os moradores dos territórios, ampliando o alcance das ações e gerando novos vínculos que influenciaram positivamente os atendimentos nos meses subsequentes. Desta forma, as equipes estabeleceram a manutenção desses vínculos criados.

Ainda, com base nessas análises, foi possível constatar um crescimento – mesmo que moderado – no número de atendimentos nas frentes coletivas, resultado também do estímulo dado pelos supervisores aos gestores sociais, no sentido de mobilizar suas equipes para atuar de forma mais incisiva nessa vertente. Tal orientação, já apontada em relatórios anteriores, reforça a importância estratégica das ações coletivas, como por exemplo, oficinas e ações de organização comunitária, que vêm sendo cada vez mais utilizadas e colocadas em prática pelas equipes do programa.

Essas ações nos territórios, como os projetos de prevenção, contribuem significativamente para o aumento da média de pessoas alcançadas, uma vez que promovem o fortalecimento do vínculo com os participantes. Essa relação continuada traz dois efeitos centrais: por um lado, garante a permanência dos sujeitos acompanhados no programa, e por outro, favorece a construção de processos coletivos orientados pela lógica da segurança cidadã, contribuindo com estratégias de prevenção à criminalidade e à violência letal por meio da participação social.

O gráfico a seguir apresenta o comparativo entre os dados do primeiro e do segundo trimestre de 2025, evidenciando o crescimento contínuo no número de pessoas atendidas na modalidade de organização comunitária, conforme já mencionado.

Por fim, destaca-se que o segundo trimestre também foi marcado por um aumento progressivo no total de pessoas atendidas. Esse avanço se deve a uma série de fatores articulados: o fortalecimento dos projetos em curso, a ampliação da visibilidade do Programa, o número de ações desenvolvidas pelas equipes através de uma atuação constante nos territórios e o comprometimento da gestão social, que está responsável pela orientação metodológica das equipes. Tais aspectos vêm promovendo a expansão da presença institucional e a qualificação do vínculo com a comunidade, possibilitando inclusive o acolhimento de novos atendidos.

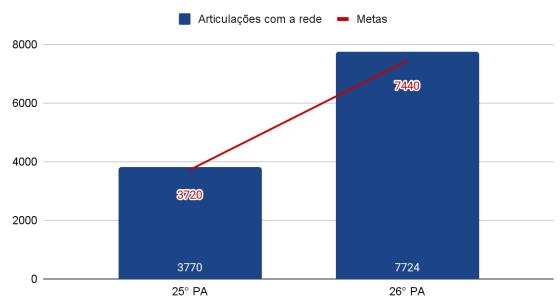
Vale ressaltar que muitas dessas pessoas vêm sendo atendidas simultaneamente por diferentes frentes de atuação do Programa, o que contribui significativamente para sua autonomia, fortalecimento dos vínculos sociais, ampliação do acesso à cidadania e garantia de direitos, reforçando a participação ativa da população na construção de territórios mais seguros e menos vulneráveis à violência e letalidade.

Na relação com o indicador 1.3 - Ações junto às redes de proteção social, o PMC segue, como no 25º período avaliatório, alcançando a meta global, atingindo basicamente o mesmo percentual de 104%, onde o estava pactuado o alcance de 7440 ações e foram entregues 7724, como será melhor ilustrado no gráfico anexado abaixo.

A discussão sobre essa relação de meta e indicador sintetiza parte do esforço das equipes na concretização do seu escopo de trabalho multifacetado. Aqui evidencia-se a potência da articulação global com as redes existentes no território, tanto de caráter mista/comunitárias, quanto de ordem instituída, envolvendo parceiros diversos também afetos à proteção social.



Indicador 1.3 Articulações com a rede



Como a primeira estatística aqui apresentada busca dar conta, temos hoje, no PMC, uma lógica de continuidade do trabalho na relação com este indicador, especialmente ao tratar o viés comparativo do período anterior, marcado pelo: crescimento importante das ações em recortes diversos, levando em consideração às participações em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços existentes na rede (378); na construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenções em fenômenos de violência e criminalidade com a rede de proteção social (1923); nas discussão de casos com a rede de proteção social (813), além de uma estabilidade no universo dos encaminhamentos para a rede parceira (840).

Esse escopo de ações é orientado pela metodologia do programa a partir da necessidade manifesta no estudo e acompanhamento dos casos pela equipe e em suas trocas em supervisão, junto à gestão social. Destacamos, aqui, pontos importantes que são oportunizados na prática do trabalho a partir da atuação em rede do PMC, como:

- O monitoramento de todos os componentes que contemplam este indicador contribui para a efetividade dos encaminhamentos e, logo, para o acesso a direitos, caminho muito caro e relevante ao programa em sua atuação que busca a promoção da Segurança Cidadã e pauta seu exercício sobre um critério de evidência e efetividade;
- Ainda no que diz respeito aos esforços globais do programa em ampliar o repertório de suas equipes na ponta e ajustar constantemente percepções entre as práticas nos territórios e as premissas amplas do PMC, ocorreu, no mês de junho, o seminário de capacitação de lideranças, onde, entre as mais diversas competências trabalhadas, habilidades relacionadas ao exercício junto à rede, como a construção de um bom networking, inclusive para trocas a nível territorial potencializando o trabalho das equipes e a reflexão e uso de dinâmicas coletivas que podem ser aplicadas de maneiras diversas entre outros aspectos junto ao programa foram enfatizadas. Aliado ao monitoramento das ações, essas estratégias contínuas de capacitação ampliam nosso teto de possibilidades do fazer junto à rede.
- O crescimento em ações que pautem estratégias de enfrentamento à violência e à criminalidade junto às redes, reforçando o ímpeto do programa em atuar preventivamente sobre os fatores de risco que alimentam a dinâmica social e criminal, buscando também a construção de leituras e práticas preventivas no que diz respeito à violência letal;
- O crescimento dos espaços de discussão de caso também revela o esforço laboral/reflexivo que atravessa o PMC, que entende como fundamental os encontros da própria equipe com parceiros que discutem transversalmente o tema afeto ao caso trabalhado, ampliando possibilidades e caminhos de intervenção sobre o público e o território monitorado pelas UPC's;
- E, ainda que a nível percentual apareça com menor destaque, a participação em comitês e grupos de trabalho apresentou um leve crescimento, apesar do seu caráter pontual, por vezes mensal, às equipes têm participado destes espaços ampliando seu repertório técnico e trocas com as redes locais, mesmo que os principais eixos de trabalho do PMC já estejam de diversas formas mais contemplados em outras ações.



A tradução dos esforços quantitativos expostos no texto deste indicador recebe luz a partir das ações das equipes, especialmente no campo das articulações diversas costuradas junto às redes locais, compostas por referências comunitárias e atores diversos de redes instituídas. Essas ações, sempre planejadas anteriormente e cuidadas na relação PMC e comunidade, são provocadas por razões diversas, a partir de diagnósticos realizados nos territórios, onde destacamos a sensibilidade do programa em abraçar o recorte de meses temáticos a partir do atravessamento de suas pautas, como ocorreu neste período com o "Maio Laranja" neste período, representando o combate ao abuso e à exploração sexual infantil no Brasil.

Dentro deste recorte temático, diversas equipes desenvolveram ações junto às redes neste período, onde conversando com a escrita desenvolvida para o 25º período avaliatório - que na oportunidade trouxe luz às ações relacionadas ao Dia Internacional da Mulher -, reforçando nosso movimento de debruçarmo-nos sobre fenômenos sociais complexos que acentuam vulnerabilizações e violências nas suas mais diversas manifestações nos territórios.

Destacamos, aqui, uma ação da equipe do PMC da UPC Primeiro de Maio que, em parceria com a rede de assistência local, promoveu uma "Blitz da Proteção", discutindo no território temas afetos à campanha de conscientização, buscando ressignificações sobre o que é entendido como violências/abusos etc. e fomentando fatores de proteção para a quebra de silêncios.



Ação do PMC Primeiro de Maio



Área Temática: Programa Mediação de Conflitos					
Indicador nº 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos					
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório				
• 35.240 • • 38.016 •					

Descrição do Indicador

O Programa Mediação de Conflitos - PMC tem por objetivo promover meios pacíficos de administração de conflitos em níveis interpessoais, comunitários e institucionais, que contribuam para minimizar, prevenir e/ou evitar que estes se desdobrem em situações de violências e criminalidade, a partir de atendimentos e da realização de oficinas. Tem como público-alvo moradores dos territórios correspondentes às áreas de abrangência das UPCs, que registram elevada incidência de criminalidade violenta. Seu foco é prevenir fatores de risco, agregar valores ao capital social preexistente e possibilitar a administração de conflitos potenciais e/ou concretos, evitando que esses sejam propulsores de situações violentas e delituosas entre o seu público atendido.

Este indicador visa a mensurar a quantidade de atendimentos realizados pelo PMC, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Programa, tendo em vista a concepção de mediação comunitária.

Para fins deste indicador, são considerados atendimentos cada intervenção realizada nas seguintes modalidades:

- 1. casos individuais: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos;
- 2. casos coletivos: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos;
- 3. projetos: intervenções que visam a trabalhar, a partir da demanda local ou institucional, as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos;
- 4. ações de organização comunitária: intervenções que visam ao fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam;
- 5. Oficinas do Programa Mediação de conflitos: intervenções coletivas realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência do Programa, com potencial em mobilização social e manejo para condução de grupos, abordando com as comunidades temáticas sobre as violências, segurança pública, direitos humanos e cidadania, além de potencializar a participação social para o enfrentamento às violências.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 26º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, de 01/04/2025 a 30/06/2025 foram realizados cumulativamente • 38.016 • atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta para o trimestre era de • 35.240 •, atingiu-se 107,8% do objetivo previsto. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade.

Tabela 3 - Distribuição do número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos por UPC

UPC	25° PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
CABANA	531	139	130	90	890
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	289	106	135	170	700
JARDIM FELICIDADE	428	167	167	161	923
JARDIM LEBLON	632	225	232	261	1350
MINAS CAIXA	650	177	188	123	1138
MORRO DAS PEDRAS	538	116	206	188	1048
PEDREIRA PRADO LOPES	363	69	170	70	672
PRIMEIRO DE MAIO	354	101	74	114	643
RIBEIRO DE ABREU	673	192	466	114	1445



UPC	25° PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
SANTA LÚCIA	358	101	162	95	716
SERRA	774	228	325	269	1596
TAQUARIL	558	536	675	609	2378
VILA PINHO	499	178	173	102	952
CITROLÂNDIA	718	198	215	287	1418
JARDIM D AS ALTEROSAS	526	183	86	168	963
JARDIM TERESÓPOLIS	876	297	320	328	1821
PTB	979	310	327	246	1862
ESTRELA DALVA	49	21	52	127	249
NOVA CONTAGEM	479	125	165	191	960
RESSACA	471	87	106	92	756
CARAPINA	547	159	152	141	999
TURMALINA	783	472	476	383	2114
BOM JARDIM	622	205	211	210	1248
OLAVO COSTA	678	233	232	216	1359
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	818	382	391	379	1970
JUSTINÓPOLIS	241	88	67	161	557
ROSANEVES	351	186	188	197	922
VENEZA	763	234	326	274	1597
PALMITAL	726	235	360	355	1676
VIA COLÉGIO	468	137	127	141	873
JARDIM CANAÃ	373	139	142	136	790
MORUMBI	490	175	145	108	918
MORRO ALTO	303	70	70	70	513
TOTAL	17908	6271	7261	6576	38016

Como afirmado na introdução deste relatório, superamos a meta estipulada para o *Indicador 1.1 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos*, e nesse espaço, iremos destacar duas equipes que destacaram, seja pelo aumento muito superior à meta ou por uma dificuldade significativa para o alcance do indicador.

Observamos que a equipe do PMC PTB se destacou superando a meta estipulada em 213%, isso se deu em decorrência da consolidação da oficina no território que possui em média 50 participantes. Observa-se que a oficina tem se configurado como um espaço que promove, para além do ofício, o compartilhamento de experiências, a discussão e reflexão acerca de diversas temáticas, ampliando a compreensão coletiva sobre diferentes temas estruturais e favorecendo o objetivo de prevenção às violências a partir do fortalecimento de vínculos comunitários. A oficina tem demonstrado impacto social positivo, promovendo a formação de um coletivo fortalecido, com protagonismo das mulheres e maior circulação de informações relevantes sobre a dinâmica social das violências e criminalidades do território. Além disso, a equipe tem construído com a rede a possibilidade de realizar intervenções em alguns grupos já consolidados nesses serviços, o que propiciou a possibilidade de a equipe realizar uma intervenção no CRAS referente ao Maio Laranja, e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) visando munir a comunidade com técnicas da Comunicação Não-violenta expandindo as possibilidades de resolução pacífica de conflitos.

Já a equipe do PMC Estrela Dalva ficou abaixo da meta estipulada em 67%, isso se deu pelo período de implantação da unidade no território. Importante ressaltar que desde outubro de 2024, a equipe vem atuando em um processo de aproximação e vinculação com a comunidade local, o que tem contribuído significativamente para a compreensão das dinâmicas sociais do território. Entre o início das atividades e fevereiro de 2025, a principal responsabilidade da equipe foi a elaboração de um diagnóstico territorial, fundamentado nessas análises iniciais. Diante disto, esse período foi fundamental para embasar os atendimentos posteriores, garantindo que fossem alinhados às reais necessidades da população. Assim, a equipe iniciou os atendimentos ainda de forma tímida apenas no início deste trimestre, em abril de 2025, já com as metas previamente definidas pelo Estado e por este motivo, o número de atendimentos ficou aquém do esperado, apesar do crescimento observado nos meses de maio e junho.



Área Temática: Programa Mediação de Conflitos					
Indicador nº 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos					
Meta do período avaliatório Resultado do período avaliatório					
• 2.290 • • 3.009 •					
Doscrição de	Indicador				

Descrição do Indicador

Descrição: Para além do quantitativo de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos, é importante verificar o alcance do Programa quanto ao número de pessoas atendidas por ele. Para fins desse indicador, serão consideradas as pessoas atendidas nas seguintes modalidades de atendimento, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária:

- 1. casos individuais: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos;
- 2. casos coletivos: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos:
- 3. projetos: intervenções que visam a trabalhar, a partir da demanda local ou institucional, as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos;
- 4. ações de organização comunitária: intervenções que visam ao fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam;
- 5. Oficinas do Programa Mediação de conflitos: intervenções coletivas realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência do Programa, com potencial em mobilização social e manejo para condução de grupos, abordando com as comunidades temáticas sobre as violências, segurança pública, direitos humanos e cidadania, além de potencializar a participação social para o enfrentamento às violências.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 26º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, de 01/01/2025 a 31/03/2025 foram atendidas em média • 3.009 • pessoas nas diversas modalidades de atendimentos do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 2.290 •, alcançou-se 131,3% do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de pessoas atendidas em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 4 - Distribuição da média mensal por UPC

UPC	ABR	MAI	JUN	TOTAL
CABANA	88	107	55	83
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	54	83	82	73
JARDIM FELICIDADE	77	77	64	73
JARDIM LEBLON	69	143	60	91
MINAS CAIXA	43	90	29	54
MORRO DAS PEDRAS	35	124	112	90
PEDREIRA PRADO LOPES	26	104	44	58
PRIMEIRO DE MAIO	47	34	66	49
RIBEIRO DE ABREU	57	348	58	154
SANTA LÚCIA	30	68	30	43
SERRA	65	85	72	74
TAQUARIL	116	180	94	130
VILA PINHO	59	122	62	81
CITROLÂNDIA	114	150	191	152
JARDIM DAS ALTEROSAS	105	41	106	84



UPC	ABR	MAI	JUN	TOTAL
JARDIM TERESÓPOLIS	117	136	172	142
PTB	77	102	62	80
ESTRELA DALVA	12	37	50	33
NOVA CONTAGEM	56	93	123	91
RESSACA	39	33	32	35
CARAPINA	60	55	48	54
TURMALINA	210	229	186	208
BOM JARDIM	59	104	73	79
OLAVO COSTA	81	89	74	81
CRISTO REI	0	0	0	0
SANTOS REIS	219	212	225	219
JUSTINÓPOLIS	80	58	57	65
ROSANEVES	53	69	56	59
VENEZA	91	186	129	135
PALMITAL	107	180	155	147
VIA COLÉGIO	64	54	68	62
JARDIM CANAÃ	106	101	96	101
MORUMBI	126	94	59	93
MORRO ALTO	33	36	37	35
TOTAL	2575	3624	2827	3009

No que tange ao *Indicador 1.2 - Média Mensal de Pessoas Atendidas*, e nesse espaço, iremos destacar duas equipes que destacaram, seja pelo aumento muito superior à meta ou por uma dificuldade significativa para o alcance do indicador.

A equipe do PMC Citrolândia superou a meta em 261%, isso se deu em decorrência do investimento realizado nas práticas coletivas de atendimento do programa, propiciando uma maior capilaridade do programa. Embora a equipe apresente um quantitativo significativo em atendimentos individuais, é possível perceber a existência de um equilíbrio dentre as modalidades de atendimento, possibilitando assim que a equipe alcance diferentes pessoas no território através da mobilização e participação social. A equipe realizou diferentes intervenções em organização comunitária como um cinema comentado, intervenções do Maio Laranja e atendimentos itinerantes em diferentes formatos e em diferentes partes do território. Além disso, ressaltamos a consolidação das oficinas existentes no território que também possibilita o êxito neste indicador. Assim, reiteramos a importância das frentes coletivas de atendimento para aumentar a capilaridade do programa possibilitando a ampliação das perspectivas da comunidade a respeito de diferentes temáticas, contribuindo com o engajamento e fortalecimento do vínculo comunitário.

Em contrapartida, a equipe do PMC Ressaca alcançou 64% da meta estipulada, ficando abaixo do desempenho esperado em comparação com as demais equipes. Esse resultado está diretamente relacionado à recente ampliação da área de abrangência, que passou a incluir um novo bairro. Com essa mudança, a equipe direcionou seus esforços para se aproximar dos moradores da nova região, priorizando ações de circulação no território e divulgação do programa. Essa reorientação estratégica, embora necessária, resultou em uma redução temporária no número de atendimentos, impactando diretamente na média de pessoas atendidas. Esta ação, no entanto, tem como foco a ampliação do alcance do programa e na promoção de novos atendimentos nos próximos meses, consolidando a presença da equipe na nova área e fortalecendo o vínculo com a comunidade local.



Área Temática: Programa Mediação de Conflitos

Indicador nº 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 7.440 •	• 7.724 •

Descrição do Indicador

O Programa Mediação de Conflitos atua na perspectiva da mediação comunitária, concebendo como essencial a interlocução com a rede de proteção social para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com a rede parceira. Metodologicamente, entende-se por rede parceira as referências comunitárias e instituições atuantes na garantia e defesa dos direitos do público atendido.

Este indicador objetiva mensurar as ações construídas em rede, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do PMC, que favoreçam o acesso a direitos do público atendido pelo PMC.

Para fins deste indicador, são consideradas ações junto às redes de proteção social:

- 1. Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à segurança cidadã e à mediação comunitária;
- 2. Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno de violência e criminalidade com a rede de proteção social;
- 3. Discussão de casos com a rede de proteção social;
- 4. Encaminhamentos para a rede parceira nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados pelo Programa;

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 26º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, de 01/04/2025 a 30/06/2025 foram realizadas cumulativamente • 7.724 • ações junto às redes de apoio do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 7.440 •, foi alcançado 103,8% da meta. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 5 - Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social

UPC	25º PA	ABR	MAI	JUN	TOTAL
CABANA	126	42	46	56	270
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	84	29	28	25	166
JARDIM FELICIDADE	41	18	18	35	112
JARDIM LEBLON	99	23	30	55	207
MINAS CAIXA	133	34	30	32	229
MORRO DAS PEDRAS	191	52	75	65	383
PEDREIRA PRADO LOPES	99	22	39	28	188
PRIMEIRO DE MAIO	139	56	43	53	291
RIBEIRO DE ABREU	100	41	45	37	223
SANTA LÚCIA	93	27	19	20	159
SERRA	160	56	54	40	310
TAQUARIL	155	31	52	31	269
VILA PINHO	111	35	36	38	220
CITROLÂNDIA	202	82	67	63	414
JARDIM DAS ALTEROSAS	71	21	25	30	147
JARDIM TERESÓPOLIS	144	50	50	61	305
PTB	113	40	24	22	199
ESTRELA DALVA	26	9	19	20	74
NOVA CONTAGEM	139	54	48	52	293



UPC	25º PA	ABR	MAI	JUN	TOTAL
RESSACA	92	23	40	34	189
CARAPINA	149	53	48	55	305
TURMALINA	163	75	64	50	352
BOM JARDIM	64	25	17	21	127
OLAVO COSTA	172	54	66	58	350
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	82	46	40	40	208
JUSTINÓPOLIS	69	32	35	33	169
ROSANEVES	53	38	19	21	131
VENEZA	140	26	93	63	322
PALMITAL	186	68	60	50	364
VIA COLÉGIO	72	24	21	21	138
JARDIM CANAÃ	113	39	37	40	229
MORUMBI	108	43	38	44	233
MORRO ALTO	81	22	21	24	148
TOTAL	3770	1290	1347	1317	7724

Destacamos, no recorte do Indicador 1.3 - *Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto* às redes de proteção social, as equipes Justinópolis e Jardim Felicidade.

Evidencia-se na equipe PMC Justinópolis um avanço dialógico com a rede, marcado não somente por uma performance junto ao indicador, mas também uma percepção qualitativa sobre o reflexo das ações da equipe nesse escopo de trabalho, dialogando diretamente com as ações de mobilização realizadas nos territórios e das articulações com as redes de proteção. É marcado aqui, também, a eficácia das estratégias adotadas pela equipe para aproximar o serviço do território e tornar a metodologia e a prática do trabalho acessíveis ao público e à rede.

Já a UPC do Jardim Felicidade, que atingiu 72%, no que diz respeito aos olhares tecidos sobre o comparativo entre o 25° e 26° PA, tem buscado se mobilizar junto às redes de proteção social presentes no território, acompanhando e potencializando seus processos de reorganização. Observamos que elementos afetos à dinâmica criminal minoram algumas possibilidades de acesso a equipamentos por parte do público, além dos desafios globais de circulação desde o início do ano, mas ressaltamos os elementos de avanços junto às redes, como o destacado espaço articulado em alusão ao maio laranja, fortalecendo discussões caras para o programa e dentro da temática, mas também construindo e potencializando sua relação com a rede.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE CONTROLE DE HOMICÍDIOS FICA VIVO!

Contextualização Geral dos Indicadores do Programa:

O segundo trimestre correspondente ao 26º período avaliativo evidencia o alcance das metas estipuladas para os indicadores 2.1, 2.2 e 2.3. Para esses indicadores, houve desempenho acima das expectativas, com respectivamente 7%, 31% e 3% acima da meta estipulada.

Seque abaixo o descritivo das metas e os quantitativos efetivamente alcançados no trimestre:

Indicador	Meta	Alcançado	%
2.1	35.240	38.016	107%
2.2	2.290	3.009	131%
2.3	7.440	7.724	103%

Tabela 1: Indicadores e metas

Considerando os resultados apresentados, compreende-se que, bem como no 25°, o 26° período avaliatório corresponde ao comprometimento e efetividade do trabalho desenvolvido pelas equipes técnicas, gestão social e oficineiros, sob o acompanhamento cuidadoso da supervisão da prevenção.

Ressalta-se o alinhamento junto à diretoria do Programa Fica Vivo!, como fundamental para o desenvolvimento qualificado das ações, intervenções e acompanhamentos. Em uma análise das especificidades presentes nos territórios de atuação do Programa Fica Vivo! o alcance das metas foi efetivo, ainda que frente aos desafios tangenciais aos fenômenos das violências e criminalidades que pautam significativamente as organizações dos territórios.

Percebe-se nesse último trimestre a redução no registro de homicídios, tendo em vista o recorte etário do Programa Fica Vivo!, o que não implica necessariamente na redução de conflitos e violências ou mesmo a redução considerável de homicídios que não correspondem ao público prioritário.

A partir do acompanhamento das áreas de abrangência, refletimos sobre necessidade de construção de ações que visem intervir nas situações de violências presentes nos territórios, fazendo-se relevante aprimorar ações que pautem a atuação na perspectiva integrada dos programas em base territorial, objetivando avançar na qualificação das leituras direcionadas à dinâmica social das violências e criminalidades.

Apresentar-se de maneira nivelada favorecerá intervenções e efetivamente a prevenção de conflitos e/ou violências que se desdobram em homicídio, dentro ou fora da faixa etária.

Em relação ao acompanhamento das atividades desenvolvidas nos territórios, a partir das várias modalidades de atendimentos que compõem o Programa Fica Vivo! e em resposta aos apontamentos direcionados ao 25º período avaliatório, compreendemos que a superação das metas estabelecidas corresponde à construção de estratégias que pautam a ampliação dos atendimentos em espaços de oficinas, atendimentos individuais, atendimentos coletivos, elaboração e execução de projetos de prevenção e a capilaridade do programa nas áreas de abrangência.

Destacamos ainda a prática de reavaliação do quadro de oficinas e readequação de projetos de oficinas, considerando as demandas apresentadas pelas juventudes, e ponderando entre elementos que dialoguem com a organização dos territórios em análise socio histórica a partir do acompanhamento realizado junto à gestão social.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Indicador nº 2.1: Média mensal de encontros de Oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 3.080 •	• 3.318 •

Descrição do Indicador

As oficinas do Programa Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa (adolescentes e jovens de 12 a 24 anos, moradores das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Territorial) que extrapolam a dimensão do ofício.

As oficinas devem ser realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência das UPCs (chamados de oficineiros), e que possuam experiência de trabalho com adolescentes e jovens anterior à chegada ao Programa. Os oficineiros se vinculam à Política de Prevenção Social à Criminalidade/Programa Fica Vivo! de forma a receber orientações no que tange a ações voltadas para a prevenção e redução de homicídios de adolescentes e jovens.

As propostas de oficinas deverão ser selecionadas via edital público permanente e aprovadas pelas equipes técnicas do Programa Fica Vivo!, considerando a demanda local, as especificidades dos territórios atendidos e se as mesmas respondem aos objetivos e diretrizes do Programa.

A realização de cada oficina deverá se dar, no mínimo, em 2 (dois) encontros por semana, totalizando 5 (cinco) horas semanais de execução de projeto.

Este indicador visa a mensurar a média mensal de encontros de oficinas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso será contabilizado o somatório do número de encontros de oficinas realizados em cada mês do período, dividido pelo número de meses do período avaliatório.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No que se refere especificamente ao indicador 2.1, nota-se que o Programa realizou, em média, • 3.318 • encontros de oficiais por mês. A meta estabelecida foi de • 3.080 •. Portanto, o programa superou em 107,7% o estabelecido. Na Tabela abaixo pode-se observar a quantidade de encontros realizados nos territórios em que as oficinas foram retomadas.

Performance do Indicador

Tabela 6 - Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

UPC	ABRIL	MAIO	JUNHO	MÉDIA
CABANA	169	171	153	164
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	87	85	93	88
JARDIM FELICIDADE	114	109	112	112
JARDIM LEBLON	108	106	100	105
MINAS CAIXA	96	70	84	83
MORRO DAS PEDRAS	102	99	103	101
PPL	100	99	87	95
PRIMEIRO DE MAIO	91	85	86	87
RIBEIRO DE ABREU	109	112	111	111
SANTA LÚCIA	101	118	104	108
SERRA	130	130	125	128
TAQUARIL	123	114	100	112
VILA PINHO	88	84	77	83
CITROLÂNDIA	116	115	107	113
JARDIM DAS ALTEROSAS	73	63	33	56
JARDIM TERESÓPOLIS	79	90	104	91
PTB	78	81	83	81

UPC	ABRIL	MAIO	JUNHO	MÉDIA
ESTRELA D'ALVA	0	0	9	3
NOVA CONTAGEM	154	134	131	140
RESSACA	72	87	96	85
CARAPINA	58	61	65	61
TURMALINA	90	75	83	83
BOM JARDIM	79	85	86	83
OLAVO COSTA	107	101	97	102
CRISTO REI	0	0	0	0
SANTOS REIS	123	120	119	121
JUSTINÓPOLIS	121	112	115	116
ROSANEVES	96	107	87	97
VENEZA	147	140	140	142
PALMITAL	145	141	130	139
VIA COLÉGIO	107	107	100	105
JARDIM CANAÃ	100	97	94	97
MORUMBI	115	115	106	112
MORRO ALTO	108	122	113	114
TOTAL	3386	3335	3233	3318

Na apresentação do indicador 2.1, verifica-se que o Programa realizou, em média, 3.120 encontros de oficinas por mês. A meta estabelecida foi de 3080 encontros. Assim, o programa excedeu a meta estabelecida em 5%.



Gráfico 1 – Performance do Indicador 2.1

A seguir destacamos os territórios e equipes que evidenciaram o bom desempenho, bem como aquelas que apresentam necessidade de avanços:

UPC	ABR	MAI	JUN	TOTAL	MÉDIA
CABANA	169	171	153	493	164
VENEZA	147	140	140	427	142
NOVA CONTAGEM	154	134	131	419	139

Tabela 3 - Número de Encontros de Oficinas

Cabana

O Cabana foi um dos territórios que neste período avaliatório apresentou bom desempenho no indicador 2.1 – Número de encontro de oficinas. Acredita-se que o bom desempenho está relacionado com a implantação de uma nova oficina no mês

de abril, e a relativa estabilidade na dinâmica criminal do território, que ao longo do ano apresentou uma redução de 25% no número de homicídios.

A implantação de mais uma oficina permitiu ampliar as portas de entrada do programa no território, bem como favorecer o acesso aos jovens e por conseguinte às suas demandas e realidades. Importante destacar que a ampliação do número de oficinas no Cabana impactou positivamente todos os indicadores do programa e não apenas o indicador 2.1.

Vale destacar que a implantação desta oficina é resultado de amplo processo de divulgação do chamamento público para apresentação de projetos de oficinas, e de criterioso processo de seleção com os proponentes, onde são avaliados desde o perfil do oficineiro e sua habilidade e disponibilidade para atuar com jovens, em especial jovens envolvidos em ciclos de violência e criminalidade, bem como seu nível de compreensão do programa e habilidades reais para com o ofício proposto.

Cabe ainda destacar que, como já mencionado acima, o Cabana, vive momento de relativa estabilidade na dinâmica criminal, o que favorece maior circulação e maior acesso da comunidade de forma geral a serviços. Essa estabilidade é sentida principalmente pelos jovens que conseguem circular com maior tranquilidade no território.

Esta estabilidade se deve principalmente a uma maior organização do tráfico de drogas na região, que se acredita estar mais voltado para gênese mercantil da traficância, e tendo com o principal objetivo a lucratividade e rentabilidade do negócio. Essa organização reduz os conflitos e rivalidades entre grupos, na medida que a tendência é uma maior centralidade no comando dos grupos e ou organizações que ali atuam.

Apesar disso, o território e a vida das pessoas que ali vivem ainda são muito marcados pela violência, sobretudo aquelas cuja notificação e registro ainda se dá de forma precária, ou são subnotificadas por falta de denúncias ou providências legais, como espancamentos, ameaças, expulsões, estupros, dentre outras.

Nesse sentido vale destacar a ocorrência de 3 homicídios que não foram registrados pelo ranking oficial. Embora esses eventos não tenham ocorrido especificamente dentro do aglomerado do Cabana, ocorreram na área de abrangência da UPC Cabana.

Desses três homicídios um foi resultante da ação policial, sendo considerado a priori lesão corporal seguida de morte, estando o policial amparado por excludente de ilicitude por ter agido em defesa legítima de 3ª pessoa, e os outros dois homicídios em razão de acerto de contas e motivação passional.

Veneza

A Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC) Veneza atualmente mantém 16 oficinas ativas, estrategicamente distribuídas ao longo de quase toda a sua área de abrangência, que contempla oito bairros de considerável extensão territorial e densidade populacional.

A equipe técnica é composta por analistas com diferentes níveis de experiência – entre veteranos e recém-integrados – que, apesar das distintas trajetórias, têm demonstrado uma integração harmoniosa e produtiva. Essa sinergia tem sido fundamental tanto para a continuidade das ações previstas quanto para a formulação de estratégias diante dos desafios que surgem e impactam na realização das oficinas.

O grupo de oficineiros, conforme já destacado em relatórios anteriores, é formado por profissionais experientes e com notável capacidade de diálogo e vinculação com a juventude. Tal característica favorece uma postura proativa diante das intercorrências na execução das oficinas, tornando-os abertos à construção conjunta de soluções com a equipe técnica.

Esses elementos – integração da equipe, experiência dos oficineiros e abertura ao diálogo – têm contribuído significativamente para a constância dos encontros e a continuidade das oficinas, fortalecendo o vínculo com o território e com o público atendido.

Abaixo uma ação que ilustra o investimento da equipe na manutenção do vínculo com o grupo de oficineiros que contribui e culmina para o alcance dos resultados.

Com o intuito de fortalecer os vínculos entre a equipe técnica e os oficineiros, foi realizado, no mês de maio de 2025, o 1º Encontro de Oficineiros e Oficineiras dos Programas Fica Vivo e Mediação de Conflitos da UPC Veneza. A iniciativa teve como cenário o emblemático Museu de Arte Contemporânea do Instituto Inhotim, localizado no município de Brumadinho — espaço que, por si só, inspira sensibilidade, reflexão e conexão.

Mais do que uma simples reunião, o encontro se constituiu como um momento de acolhimento mútuo, escuta qualificada e construção coletiva. Buscou-se, além do estreitamento das relações entre as equipes técnicas e os grupos de oficineiros dos programas, fomentar a articulação de ações conjuntas para os desafios futuros.

O evento contou com a participação ativa de oficineiros e analistas dos dois programas e a gestão social da unidade, reafirmando o compromisso comum com a valorização do trabalho em rede, o diálogo e a potência transformadora das oficinas no território.



Nova Contagem

A Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC) Nova Contagem encerrou o trimestre com um total de 18 oficinas em funcionamento, conduzidas por 16 oficineiros.

Embora o período tenha sido marcado pelo desligamento de duas oficinas — o que representou uma leve redução no quantitativo geral —, o número de encontros realizados manteve-se dentro da meta estabelecida, demonstrando a solidez do trabalho desenvolvido.

Esse resultado positivo pode ser atribuído, em grande parte, à parceria sólida, madura e estratégica entre a equipe técnica e o grupo de oficineiros, cuja sinergia tem se mostrado essencial para a continuidade e qualidade das ações do programa no território.

Adicionalmente, a relativa estabilidade na dinâmica criminal do território contribuiu de forma significativa para a manutenção das atividades, favorecendo um ambiente mais propício à atuação preventiva e ao fortalecimento dos vínculos com as juventudes desse território.

UPC	ABR	MAI	JUN	TOTAL	MÉDIA
CARAPINA	58	61	65	184	61
JARDIM DAS ALTEROSAS	73	63	33	169	56

Tabela 4 - Número de Encontros de Oficina

Carapina

Dentre os territórios de atuação do Programa Fica Vivo!, o Carapina se destacou pela importante redução observada em todos os indicadores em relação as metas pactuadas. Dito isto, é importante destacar o cenário em que estas reduções acontecem, sendo observadas desde o início de 2025. Desde o início do ano, o território vem lidando com o aumento da criminalidade violenta, sendo observada a ocorrência de quatro homicídios no primeiro trimestre; relacionados com disputas territoriais e de pontos de traficância entre grupos rivais, revides, acertos de conta, etc.

Embora desses quatro homicídios, três tenham sido de pessoas fora da faixa etária atendida pelo Programa, a vida dos jovens é impactada de forma muito direta, sendo esse o grupo etário preferencial das restrições impostas ao território. Via de regra a ocorrência de homicídios aumenta a sensação de insegurança, reduz ou impede a circulação, restringe o funcionamento de comércio e de serviços, e no Carapina não é diferente.

Os esforços empreendidos pelas forças de segurança que se articulam principalmente no GIE – Grupo de Intervenção Estratégica, permitiu a redução de homicídios no segundo trimestre, porém a dinâmica permanece bastante aquecida, ainda com a ocorrência de homicídios tentados, entre outras violências como ameaças, justiçamentos públicos e outros.

Para além da dinâmica criminal é importante destacar que o programa perdeu duas oficinas de esporte, ambas com muito alcance juntos aos jovens. Uma delas foi a oficina de vôlei, cujo o encerramento se deu a pedido do oficineiro, que não conseguiu sustentar a oficina, após a morte trágica de um dos jovens atendidos. A outra, de futebol, foi desligada em virtude

do falecimento do oficineiro, que além de uma referência para a juventude no território, também era uma liderança importantíssima para toda a comunidade.

Apesar de todos os desafios, equipe técnica em alinhamento com a gestão social adotaram medidas para redução dos impactos negativos decorrentes das restrições criadas pela dinâmica criminal e pelo desligamento das oficinas. Como estratégia de mobilização, a equipe propôs e intensificou os atendimentos coletivos e individuais com os jovens que eram vinculados às oficinas desligadas, além de dialogarem com estes sobre interesses e modalidades possíveis em face de novas implantações.

Também foram feitas articulações com Gepar com o objetivo de sinalizar a importância do aumento do patrulhamento em áreas críticas e no entorno das oficinas, a fim de favorecer a circulação e o aumento da sensação de segurança no território, sobretudo dos jovens.

Para além dessas ações, com o objetivo de favorecer a implantação de novas oficinas a fim de reduzir o impacto das oficinas desligadas a equipe junto com a gestão fizeram um grande esforço para mobilizar projetos de oficinas e pessoas interessadas em serem oficineiras do Programa FV! naquele território, promovendo uma ampla divulgação do chamamento público, junto a rede forma e informal, parceiros e os próprios jovens.

Jardim das Alterosas

Em relação ao resultado aquém do esperado nos indicadores 2.1 e 2.2, cabe explicitar o atual cenário vivenciado pelo território do Jardim das Alterosas. Apresentando o teto de oito oficinas, atualmente vivenciamos um contexto atípico, onde contamos com efetivamente quatro oficinas em execução, fator que inviabilizou o alcance das metas estabelecidas para ambos os indicadores, correspondentes ao número de encontros de oficinas e média de jovens atendidos nos espaços das oficinas.

Embora o encerramento dos projetos de oficinas impacte a entrega quantitativa, faz-se relevante pautar o investimento no acompanhamento e avaliação da viabilidade e continuidade de espaços que não corroboravam com as expectativas do Programa Fica Vivo!. O processo de reavaliação e readequação do quadro de oficinas em execução alinha-se à necessidade de qualificação dos atendimentos direcionados às juventudes.

Ressalta-se que, dentre os quatro encerramentos, contamos com solicitações de desligamentos a partir da compreensão da conclusão do trabalho junto ao programa, a partir do acompanhamento e intervenções realizadas pela equipe técnica em alinhamento com a gestão social.

Vila Pinho

Outro território no qual o Programa, vem enfrentando dificuldade com o indicador 2.1 - Número de encontro de oficinas, é Vila Pinho, estando este relacionado de forma direta a suspensão de oficinas em razão de adoecimento de oficineiro, e necessidade de reavaliação e alteração de outras oficinas.

Desse modo desde o primeiro trimestre a Vila Pinho vem apurando um resultado negativo do indicador 2.1. Porém cabe destacar que apesar da redução apurada, o território ainda mantém números importantes de execução de encontros de oficinas, bem como no demais indicadores.

Importante também destacar o investimento feito pela equipe e gestão para reorganizar o quadro geral de oficinas, investindo tanto na implantação quanto nas alterações necessárias para melhor execução das oficinas já implantadas.

Merece destaque também os esforços conjuntos entre a equipe técnica e o grupo de oficineiros, que tem intensificado a divulgação das oficinas, buscando dar visibilidade à estas nos diversos pontos da área de abrangência, por meio de ações articuladas e projetos que visam não apenas promover esses espaços, mas também mobilizar ativamente os jovens a participarem deles.

Além disso, há um empenho contínuo da equipe na divulgação do chamamento público, com o objetivo de captar de novos projetos de oficinas, de modo que seja expandida a oferta de atendimento em oficinas e por conseguinte nas demais frentes de atuação do Programa.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Indicador nº 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 8.855 •	• 8.918 •

Descrição do Indicador

As oficinas do Programa Fica Vivo! a partir da realização de atividades esportivas, culturais e artísticas possibilitam: o estabelecimento de vínculo entre os adolescentes e jovens e o Programa; a abertura de espaços para expressão de diferenças e singularidades sem julgamentos morais e preconceituosos; a criação de espaços de reflexão sobre formas de prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas; a promoção da circulação de adolescentes e jovens pela região de moradia; o favorecimento da integração entre os adolescentes e jovens atendidos.

Este indicador visa mensurar o número absoluto mensal de jovens que frequentam as oficinas executadas pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso, será contabilizado o somatório do número absoluto de jovens que participaram em alguma oficina no período, dividido pelo número de meses do período avaliatório. Não poderão ser contabilizados em duplicidade os jovens que participam em mais de uma modalidade de projeto de oficina.

Fonte de comprovação do indicador

Fórmula de Cálculo: (somatório do número absoluto de jovens que frequentaram as oficinas do Programa em cada mês do período avaliatório / número de meses do período avaliatório).

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 26º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/04/2025 a 30/06/2025 foram atendidos em média • 8.918 • jovens nas oficinas em execução até setembro de 2024, sendo a meta de • 8.855 • alcançando 100% da meta estipulada para o Programa.

Tabela 7 - Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

UPC	ABRIL	MAIO	JUNHO	MÉDIA
CABANA	410	400	433	414
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	257	266	264	262
JARDIM FELICIDADE	317	319	299	312
JARDIM LEBLON	265	272	295	277
MINAS CAIXA	300	265	290	285
MORRO DAS PEDRAS	250	253	266	256
PPL	269	302	276	282
PRIMEIRO DE MAIO	245	245	228	239
RIBEIRO DE ABREU	226	218	196	213
SANTA LÚCIA	215	216	228	220
SERRA	332	330	349	337
TAQUARIL	297	302	286	295
VILA PINHO	189	188	177	185
CITROLÂNDIA	239	234	250	241
JARDIM DAS ALTEROSAS	123	107	110	113
JARDIM TERESÓPOLIS	292	277	284	284
PTB	208	221	243	224
ESTRELA D'ALVA	0	0	48	16
NOVA CONTAGEM	311	297	334	314
RESSACA	116	176	221	171
CARAPINA	157	154	183	165
TURMALINA	233	238	258	243
BOM JARDIM	235	276	253	255
OLAVO COSTA	300	301	304	302
CRISTO REI	0	0	0	0
SANTOS REIS	297	309	299	302

UPC	ABRIL	MAIO	JUNHO	MÉDIA
JUSTINÓPOLIS	341	305	315	320
ROSANEVES	300	308	301	303
VENEZA	407	412	407	409
PALMITAL	402	432	393	409
VIA COLÉGIO	350	342	330	341
JARDIM CANAÃ	268	272	277	272
MORUMBI	301	313	250	288
MORRO ALTO	348	380	378	369
TOTAL	8800	8930	9025	8918



Gráfico 2 – Performance Indicador 2.2

O indicado 2.2 superou as expectativas estabelecidas para o 26º período avaliatório do contrato de gestão, fazendo-se relevante estabelecermos um comparativo com o 25º período avaliatório, onde observa-se avanço, apresentando alcance superior ao esperado de 101% da meta pactuada.

Em resposta aos desafios encontrados e apontamentos realizados no primeiro trimestre, pautam-se enquanto estratégias utilizadas as implantações de novas oficinas e substituições de oficinas desligadas em virtude da impossibilidade de atualização cadastral de oficineiros ou encerramento de oficinas que passaram por avaliação e tentativas de readequações a partir da necessidade de qualificação dos espaços de atendimentos, visto as especificidades apresentadas nos territórios de atuação do Programa Fica Vivo! e as demandas das juventudes.

Cabe mencionar os impactos da dinâmica territorial nos espaços das oficinas que, por vezes, inviabiliza a constância da participação das juventudes, elemento que permeia a organização territorial, direcionada às divisões territoriais, à constituição dos microterritórios, à construção da identidade coletiva e às restrições de circulação. Em relação à dinâmica territorial, compreende-se a necessidade de aprimoramento da qualificação da leitura da dinâmica social das violências e criminalidades a partir da construção estratégica de ações e intervenções pontuais, projetos de prevenção, construção e manutenção dos vínculos com as juventudes que viabilizem o fortalecimento e visibilidade do programa nos territórios que apresentam dificuldades.

A seguir destacamos os territórios e equipes que evidenciaram o bom desempenho, bem como aquelas que apresentam necessidade de avanços:

UPC	ABR	MAI	JUN	TOTAL	MÉDIA
CABANA	410	400	433	1243	414
PALMITAL	402	432	393	1227	409
VENEZA	407	412	407	1226	408

Tabela 6 - Média Mensal de Jovens Atendidos em Oficinas

Cabana

O Bom desempenho no indicador 2.2 – Média mensal de jovens participantes em oficinas também está relacionado com a ampliação de 17 para 18 oficinas no Cabana. Para além disso merece destaque as ações desenvolvidas pela equipe para construção de vínculos com os jovens e acompanhamento e formação de oficineiros.

O Programa Fica Vivo! no Cabana experimenta uma grande rotatividade de jovens nas oficinas, e mesmo nos atendimentos individuais e participação em projetos, o que de alguma forma reflete a forma desses jovens ser e estar nesse território.

Importante destacar que essa rotatividade e grande circulação de jovens no território, inclusive de jovens que são moradores de outros bairros e regiões da RMBH, também é percebida no tráfico, onde os jovens atuam quase que numa lógica de escala e jornada de trabalho, sem maior identificação ou vínculo com o local e com a comunidade.

Ao mesmo tempo em que a relativa estabilidade na dinâmica, aumenta a sensação de segurança e amplia as possibilidades de circulação nesse território, pondo fim às disputas e rivalidades locais, ela também cria maior distanciamento dessa comunidade com essa juventude que cada vez menos se reconhece como parte desse local.

Nesse sentido conseguir estabilizar e sustentar a média mensal de jovens participantes em oficinas tem sido um desafio, que tem exigido muito investimento da equipe e grupo de oficineiros, sob orientação atenta da gestão que cada vez mais busca suporte a alinhamento com a supervisão da prevenção e diretoria do Programa.

Carapina

Em relação ao indicador 2.2 – Média mensal de jovens participantes em oficinas, o Carapina também ficou abaixo da meta prevista. Conforme já mencionado a redução de oficinas e o aquecimento da dinâmica são eventos que acabam impactando todos os indicadores do Programa.

Na medida em que o aquecimento da dinâmica impacta a vida e as relações no território, também define quem pode ou não circular e quais grupos ou sujeitos ficam restritos e quais correm maior risco de reprimenda caso não atenda as restrições impostas de forma direta ou indireta.

Considerando que via de regra, os jovens protagonizam tais episódios, atuando como lideranças ou desempenhando papeis estratégicos em grupos rivais, estes acabam sofrendo de forma mais direta os riscos e os efeitos deste aquecimento, sendo eles envolvidos ou não com a criminalidade.

Apesar disso, e considerando o impacto causado pela perda de duas oficinas importantíssimas, as quais cada uma atendia em média entre 25 e 30 jovens (oficina de vôlei) e de 80 a 90 jovens (oficina de futebol) por encontro, podemos considerar como positivo o resultado apurado neste trimestre.

Importante também destacar o esforço e compromisso da equipe que sob orientação da gestão alinhada com a supervisão da prevenção, realizou grande mobilização para seleção de novos projetos de oficinas e de oficineiros no território.

Por fim cabe destacar o acompanhamento da equipe junto aos oficineiros e jovens, a fim de avaliar cenários e riscos decorrentes da dinâmica criminal que poderiam ou não impactar no acesso dos jovens ao Programa e com isto elaborar estratégias para viabilizar a participação de forma mais segura.

Palmital

O desempenho positivo apresentado pela UPC Palmital, está atrelada à fatores que favorecem a vinculação das juventudes aos espaços das oficinas, visto o grupo de oficineiros que se apresenta de maneira articulada.

As modalidades direcionadas as atividades esportivas que dialogam diretamente com as demandas apresentadas pelas juventudes, e que historicamente no Programa Fica Vivo!, representa significativamente o alcance quantitativo das metas estabelecidas. Embora o saldo seja positivo no que tange ao alcance das metas, faz-se relevante discutir os desafios presentes no acompanhamento do trabalho desenvolvido pela equipe e na construção de ações que viabilizem e favoreçam a vinculação da equipe técnica as juventudes, visto que possuímos diversas modalidades de atendimentos e a participação nos espaços de oficinas, corresponde a umas dessas modalidades.

Compreende-se que a equipe técnica, embora efetue entregas quantitativas interessantes e consistentes, apresenta dificuldades na construção de vínculos com as juventudes, necessitando de auxílio contínuo dos oficineiros.

Veneza

No que tange ao Indicador 2.2, a equipe técnica, em parceria com os oficineiros, tem se empenhado ativamente na promoção e ampliação da visibilidade das oficinas nos territórios. Esse esforço tem se concentrado, de forma especial, naquelas oficinas que apresentam menor adesão e impacto junto às juventudes locais. Como parte desse movimento estratégico, medidas como a realocação de oficinas — inclusive para outros bairros — têm sido implementadas, já apresentando resultados visivelmente positivos.

Esse investimento contínuo no acompanhamento e fortalecimento das oficinas, bem como no desenvolvimento individual dos oficineiros, tem sido um fator determinante para o destaque recorrente da UPC Veneza no cumprimento das metas estabelecidas pelo programa em seus indicadores. Os desafios, quando identificados, são prontamente enfrentados, evitando desdobramentos mais complexos e de difícil reversão.

Cabe ressaltar que esse acompanhamento sistemático, aliado ao forte vínculo estabelecido entre os oficineiros, equipe técnica e os jovens do território, tem favorecido a assiduidade dos participantes nas oficinas. Mas, mais do que isso, tem possibilitado uma escuta mais qualificada das demandas juvenis, permitindo a formulação de ações mais estratégicas, eficazes e alinhadas com as realidades e necessidades das juventudes atendidas.

Morro Alto

Atualmente, a Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC) Morro Alto conta com 13 oficinas ativas, sendo a maioria delas voltada para práticas esportivas. Dentre essas, destacam-se as oficinas de futsal e vôlei, que concentram o maior número de participantes, refletindo o forte interesse da juventude local por essas modalidades. A oficina de vôlei atende, em média, 40 jovens, enquanto as de futsal apresentam uma adesão ainda mais expressiva, contribuindo significativamente para o alcance das metas de participação estabelecidas.

É importante destacar o empenho conjunto da equipe técnica e dos oficineiros na ampliação da visibilidade do programa nos territórios. Ações estratégicas de divulgação vêm sendo implementadas com êxito, fortalecendo o vínculo com a comunidade e promovendo o engajamento dos jovens nas atividades ofertadas.

UPC	ABR	MAI	JUN	TOTAL	MÉDIA
VILA PINHO	189	188	177	554	184
JARDIM DAS ALTEROSAS	123	107	110	340	113
RESSACA	116	176	221	513	171

Tabela 7 - Média Mensal de Jovens Atendidos em Oficinas

Vila Pinho

A UPC Vila Pinho tem enfrentado alguns desafios que vêm impactando diretamente o desempenho no Indicador 2.3. Entre os principais entraves, destacam-se a suspensão de uma oficina por motivo de saúde do oficineiro, além da necessidade de readequação e mudança de local de algumas oficinas, essas estratégias foram adotadas com o intuito de ampliar o alcance às juventudes dos territórios.

Em resposta a esse cenário, a equipe técnica, em parceria com o grupo de oficineiros, tem intensificado os esforços de visibilidade das oficinas nos diversos pontos da área de abrangência, por meio de ações articuladas e projetos que visam não apenas promover esses espaços, mas também mobilizar ativamente os jovens a participarem deles.

Além disso, há um empenho contínuo na prospecção de novos projetos de oficinas, com o objetivo de expandir a oferta e atingir o número ideal estipulado, atualmente abaixo do previsto. Esse movimento revela o comprometimento da equipe em garantir que as oficinas continuem sendo espaços significativos de construção, pertencimento e protagonismo juvenil.

Jardim das Alterosas

Os resultados abaixo do esperado nos indicadores 2.1 e 2.2 estão diretamente relacionados ao cenário atual vivenciado no território do Jardim das Alterosas. Embora o teto seja de oito oficinas, atualmente apenas quatro estão em pleno funcionamento - uma situação atípica que acabou por comprometer o alcance das metas estabelecidas para ambos os indicadores. Especificamente, essa redução na capacidade operacional afetou tanto o número total de encontros realizados (indicador 2.1) quanto a média de jovens efetivamente atendidos nos espaços das oficinas (indicador 2.2), impossibilitando o cumprimento dos objetivos inicialmente planejados.

Embora o encerramento dos projetos de oficinas impacte a entrega quantitativa, faz-se relevante pautar o investimento no acompanhamento e avaliação da viabilidade e continuidade de espaços que não corroboravam com as expectativas do Programa Fica Vivo!.

O processo de reavaliação e readequação do quadro de oficinas em execução alinha-se à necessidade de qualificação dos atendimentos direcionados às juventudes. Ressalta-se que, dentre os quatro encerramentos, contamos com solicitações de desligamentos a partir da compreensão da conclusão do trabalho junto ao programa, a partir do acompanhamento e intervenções realizadas pela equipe técnica em alinhamento com a gestão social.

Ressaca

O cenário de reconfiguração do quadro de oficinas ativas no Ressaca vincula-se à dificuldade no alcance das metas estabelecidas para o 26º período avaliatório, bem como foi presente nos trimestres anteriores. Ressalta-se que têm sido direcionados investimentos à construção de ações que contribuam para a ampliação dos atendimentos em espaços de oficinas.

O processo de chamamento público também se apresenta enquanto uma estratégia de qualificação das demandas das juventudes, pois favorece a identificação de proponentes que dialoguem com as juventudes, estabeleçam vínculos e promovam a participação contínua nos espaços das oficinas.

Outro ponto que se apresenta enquanto elemento interessante para o alcance das metas está relacionado à ampliação da área de abrangência, considerando a possibilidade de capilaridade do programa e acesso a espaços ocupados pelas juventudes, que outrora não eram explorados, visto os limites de atuação postos ao território.

Acessar e implantar oficinas, como por exemplo no espaço do Céu das Artes, pode ser identificado como um grande avanço na vinculação com as juventudes, pois estaremos em áreas de maior fluxo e circulação dos jovens. Dessa maneira, acreditase que nos próximos trimestres os avanços em relação à ampliação dos atendimentos sejam perceptíveis, o que viabilizará o alcance das metas.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Indicador nº 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório			
• 57.945 •	• 64.546 •			

Descrição do Indicador

O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! desenvolve, a partir do Eixo de Proteção Social, atividades individuais e coletivas realizadas por meio de atendimentos ao público.

Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pelo Programa:

1. Atendimentos individuais: são realizados pelos Analistas Sociais a adolescentes e jovens de 12 a 24 anos moradores das áreas de abrangências das UPCs. Baseiam-se, desse modo, em uma escuta e intervenção apuradas e na articulação entre os aspectos sociais e subjetivos.

2. Atendimentos Coletivos:

- 1. Projetos de Oficinas: as oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa e que, por serem implantadas a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, articulada à demanda dos adolescentes e jovens, podem acontecer em diferentes locais das áreas de abrangência da UPC de Base Territorial.
- 2. Projetos Locais: são conjuntos de ações planejadas, com início e fim determinados, a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, devendo alcançar objetivos estabelecidos previamente e, como perspectiva, a ampliação das possibilidades de aproximação e atendimento aos adolescentes e jovens.
- 3. Projetos de Circulação: configuram-se como conjunto de ações planejadas a partir das especificidades de cada território e do público, com prazos e objetivos previamente definidos. Diferenciam-se, contudo, dos Projetos Locais por promoverem a circulação do público atendido para além da região de moradia, favorecendo, deste modo, a ampliação das perspectivas de circulação e de acesso à cidade.
- 4. Projetos (Inter) Institucionais: configuram-se como uma atividade que envolve, em um só projeto, todas as localidades atendidas pelo Programa ou a maior parte delas. São elaborados pela Diretoria do Programa Fica Vivo! e executados conjuntamente com a OS.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 26º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/04/2025 a 30/06/2025 o número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! foi de • 64.546 •, sendo a meta de • 57.945 • superada em 111,3%.

Performance do Indicador

A tabela abaixo apresenta o número acumulado de atendimentos realizados pelo programa no trimestre, por UPC.

Tabela 8 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

UPC	25° PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
CABANA	1474	437	569	467	2947
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	847	303	316	306	1772
JARDIM FELICIDADE	1073	382	405	329	2189
JARDIM LEBLON	980	287	303	319	1889
MINAS CAIXA	1081	340	347	352	2120
MORRO DAS PEDRAS	752	266	265	278	1561

UPC	25° PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
PEDREIRA PRADO LOPES	984	419	408	304	2115
PRIMEIRO DE MAIO	799	261	265	254	1579
RIBEIRO DE ABREU	646	262	280	222	1410
SANTA LÚCIA	762	235	243	288	1528
SERRA	1094	341	343	377	2155
TAQUARIL	1121	344	342	308	2115
VILA PINHO	681	258	404	243	1586
CITROLÂNDIA	800	409	403	393	2005
JARDIM DAS ALTEROSAS	812	263	278	131	1484
JARDIM TERESÓPOLIS	883	322	319	342	1866
PTB	756	232	245	258	1491
ESTRELA D'ALVA	0	0	0	48	48
NOVA CONTAGEM	1122	337	386	383	2228
RESSACA	653	175	232	267	1327
CARAPINA	800	237	210	193	1440
TURMALINA	681	362	315	331	1689
BOM JARDIM	923	268	331	300	1822
OLAVO COSTA	1060	417	402	403	2282
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	1014	590	449	591	2644
JUSTINÓPOLIS	1207	380	383	334	2304
ROSANEVES	1160	372	386	316	2234
VENEZA	1891	478	548	555	3472
PALMITAL	1333	417	526	424	2700
VIA COLÉGIO	1086	392	354	363	2195
JARDIM CANAÃ	924	313	319	311	1867
MORUMBI	1064	331	353	315	2063
MORRO ALTO	1178	424	422	395	2419
TOTAL	31641	10854	11351	10700	64546



Gráfico 3 – Performance do Indicador 2.3

A superação da meta estabelecida para o 26º dialoga com o acompanhamento assertivo realizado junto à equipe técnica pelos gestores sociais, a partir da orientação da supervisão da prevenção, o que impacta na construção de ações e intervenções estratégicas direcionadas à construção e manutenção dos vínculos com as juventudes, corroborando à afetividade do programa na realização dos atendimentos de forma ampla, visto as modalidades presentes no método do Programa Fica Vivo!, sendo elas atendimentos individuais e/ou coletivos, atendimento em espaços de oficinas, execução de intervenções pontuais e projetos de prevenção locais ou de circulação.

A seguir destacamos os territórios e equipes que evidenciaram o bom desempenho, bem como aquelas que apresentam necessidade de avanços:

UPC	ABR	MAI	JUN	TOTAL	MÉDIA
VENEZA	478	548	555	1581	527
CABANA	437	569	467	1473	491
PALMITAL	417	526	424	1367	455

Tabela 9 - Número Acumulado de Atendimentos Realizados pelo Programa

Veneza

A Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC) Veneza tem se destacado de forma consistente no cumprimento das metas estabelecidas, com especial êxito no que se refere ao Indicador 2.3. Tal desempenho é fruto, sobretudo, do sólido vínculo construído entre a equipe técnica, o grupo de oficineiros e as juventudes dos territórios atendidos.

Constituída por profissionais maduros, propositivos e profundamente comprometidos com as realidades juvenis, a equipe técnica, em estreita articulação com oficineiros experientes e enraizados no território, tem promovido ações e projetos que vêm conquistando significativa adesão por parte dos jovens. Trata-se de uma atuação que, além de responsiva às demandas juvenis, é orientada por uma escuta atenta e uma prática engajada, o que confere legitimidade e efetividade ao trabalho desenvolvido.

A visibilidade ampliada do programa junto aos territórios tem sido um cuidado contínuo da equipe técnica, que atua de forma estratégica e integrada em todos os eixos do programa: atendimentos individuais, projetos locais, projetos de circulação e oficinas. Essa atuação multifacetada tem garantido uma presença qualificada da política pública junto às juventudes.

No último trimestre, foram contabilizados 24 atendimentos individuais, 185 jovens atendidos por meio de projetos locais, 12 jovens beneficiados por projetos de circulação e um expressivo total de 1.360 atendimentos realizados em oficinas. Essa abrangência permite não apenas um olhar mais profundo e plural sobre as demandas juvenis, mas também uma leitura ampliada e qualificada sobre as dinâmicas sociais que atravessam as violências e as criminalidades nos territórios abrangidos pela UPC Veneza.

Dentre as ações e projetos desenvolvidos pela equipe técnica e o grupo de oficineiros, destacam-se iniciativas que exemplificam com clareza os resultados alcançados e o compromisso coletivo com a promoção de políticas públicas efetivas voltadas às juventudes.





Evento UPC de Casa Nova - apresentação da oficina de dança e kickboxing



Intercâmbio de oficinas femininas – Design de Sobrancelhas e Pedicure e Manicure

Cabana

Assim como nos indicadores 2.1 e 2.2, o Cabana apresentou bom desempenho no indicador 2.3 – Número acumulado de atendimentos realizados pelo programa, o que é resultado direto do conjunto de ações desenvolvidas ao longo do trimestre.

Além da implantação de uma nova oficina, nesse período avaliatório a equipe investiu de forma importante nos atendimentos individuais, nas discussões de caso com a rede, no monitoramento de oficinas, tudo como forma de aproximação com os jovens, que a partir disso sentem maior segurança de acionar as analistas de forma individual para atendimento.

Merece destaque também a integração e alinhamento entre as equipes Fica Vivo! e PMC, tanto na leitura do território, quanto no planejamento de ações, articulações de rede, discussão e acompanhamento de casos que são comuns aos dois Programas.

Foram também executados projetos locais, com a finalidade de dar visibilidade ao Programa, acessar jovens que ainda não são atendidos, bem como estreitar os laços com aqueles que já frequentam a oficina de forma esporádica ou que ainda não compreendem bem as possibilidades de atendimento. Importante destacar também as ações de valorização do território, da histórica e da cultura local.

Palmital

Ainda que apresentando performance positiva no alcance das metas pactuadas, o destaque no indicador 2.3 corresponde ao processo de acompanhamento sistemático direcionado à equipe técnica por meio das intervenções construídas junto à gestão social.

No indicador 2.2, pautamos os desafios encontrados pela equipe técnica na construção de vínculos com as juventudes, bem como a necessidade de apoio constante dos oficineiros, enquanto articuladores e mobilizadores, mas sobretudo, elos que conectam jovens e equipe técnica. Embora a atuação das equipes e oficineiros pautem a necessidade de parceria entre os

atores mencionados, faz-se presente a necessidade de problematizar a capacidade de mobilização, vinculação e referenciamento das equipes técnicas nos territórios, elementos que estão em desenvolvimento na atual equipe da UPC Palmital.

UPC	ABR	MAI	JUN	TOTAL	MÉDIA
CARAPINA	237	210	193	640	213
RESSACA	175	232	267	674	221
RIBEIRO DE ABREU	262	280	222	764	254

Tabela 10 - Número Acumulado de Atendimentos Realizados pelo Programa

Carapina

O indicador 2.3 – Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa, também sofreu queda no período apurado no Carapina. Redução essa que era esperada, considerando que a participação em oficinas ainda é a principal forma de atendimento do Programa.

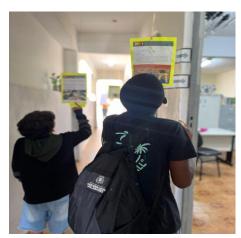
Apesar do cenário extremamente desafiador vivenciado neste trimestre no Carapina, no qual o Programa lidou com aquecimento da dinâmica e perda de oficinas, a morte de um jovem atendido e de um dos oficineiros com maior vinculação com os jovens, foi possível manter uma média mensal de 165 atendimentos/mês, o que evidencia o compromisso da equipe com a juventude naquele território.

Nesse período foram intensificados os atendimentos individuais e coletivos conduzidos pela equipe, não só com a finalidade de dar vazão as demandas individuais e específicas de cada um, mas sobretudo de acolher os jovens nos processos de luto pelas perdas sensíveis que experimentaram.

Importante destacar que foram essas ações que fizeram com que a queda no número acumulado de atendimentos não fosse ainda mais sensível. Apesar do aquecimento da dinâmica, da perda de duas oficinas importantíssimas e do luto, equipe e gestão não recuaram das ações propostas pelo Programa no território e buscaram sustentar e fortalecer sobretudo a articulação com a rede e o vínculo com os jovens e a comunidade de forma geral.



Projeto Local: Eu pratico a paz! - 10/04/2025



Projeto Local: "Não faça silêncio, faça bonito!" - 15/05/2025

Ressaca

Em relação ao não alcance do indicador 2.3, ressaltam-se as dificuldades pautadas nos indicadores 2.1, mas compreendendo a existência da necessidade de investimento nas ações, intervenções e projetos que fomentem nas juventudes o acesso ao Programa Fica Vivo!, ainda que por modalidades de atendimentos para além dos espaços das oficinas.

Enquanto estratégia que viabilize a execução de projetos locais que favoreçam a ampliação dos atendimentos, investimos em articulações direcionadas a parcerias junto ao município, a partir da apresentação de projetos de captação de recursos a partir do diálogo e articulação realizada entre a Gerência de Intervenção Estratégica, Supervisão da Prevenção e Gestão Social em diálogo junto à Secretaria Municipal de Segurança Pública de Contagem.

Ribeiro de Abreu

A Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC) Ribeiro de Abreu tem enfrentado desafios significativos que impactaram diretamente o desempenho no Indicador 2.3. Dentre os principais fatores, destacam-se o desligamento de oficinas e a baixa adesão de jovens em outras, o que tem exigido um acompanhamento mais próximo por parte da equipe técnica.

Adicionalmente, o último trimestre foi marcado por um agravamento na dinâmica criminal em determinados territórios da área de abrangência, o que levou à suspensão temporária de oficinas. Mesmo com a posterior retomada das atividades, a sensação de insegurança e a reduzida circulação de pessoas contribuíram para o esvaziamento das oficinas, dificultando a plena mobilização dos jovens.

Diante desse cenário, a gestão social, em parceria com a supervisão de prevenção, tem atuado de forma atenta e colaborativa junto à equipe da UPC, compartilhando os desafios enfrentados e construindo, de forma conjunta, estratégias que visem fortalecer o trabalho desenvolvido e promover avanços consistentes nos indicadores para os próximos períodos de avaliação.

Jardim das Alterosas

Em relação ao não alcance do indicador 2.3, ressaltam-se as dificuldades pautadas nos indicadores 2.1 e 2.2, mas compreendendo a existência da necessidade de investimento nas ações, intervenções e projetos que fomentem nas juventudes o acesso ao Programa Fica Vivo!, ainda que por modalidades de atendimentos para além dos espaços das oficinas.

Enquanto estratégia que viabilize a execução de projetos locais que favoreçam a ampliação dos atendimentos, investimos em articulações direcionadas a parcerias junto ao município, a partir da apresentação de projetos de captação de recursos a partir do diálogo e articulação realizada entre a Gerência de Intervenção Estratégica, Supervisão da Prevenção e Gestão Social em diálogo junto à Secretaria Municipal de Segurança Pública de Betim.

Santos Reis

Apesar de nos indicadores 2.1 e 2.2, o território Santos Reis não ter alcançado a meta proposta, é importante destacar que no indicador 2.3 – número acumulado de jovens atendidos, a meta foi alcançada com bastante sucesso, não só pelos

números apurados no período, mas principalmente pela qualidade das ações/intervenções realizadas pela equipe e oficineiros junto aos jovens atendidos pelos Programa.

Importante destacar que a UPC Santos Reis passou por uma transição na gestão, no cenário de mudanças que se iniciou em março deste ano, que alterou o formato do acompanhamento metodológico das equipes, passando este ser de responsabilidade da gestão.

Apesar do cenário de mudanças encontrado pela gestão recém-chegada, a mesma encarou com firmeza e proatividade as tarefas e os desafios que lhe foram apresentados, e sob orientação e acompanhamento da supervisão da prevenção, organizou o trabalho da equipe, equacionando de forma mais estratégica os recursos da equipe nas frentes de atuação do Programa.

Com isto, neste período foi feito um investimento importante no acompanhamento do grupo de oficineiros, no monitoramento das oficinas, no fortalecimento do vínculo com os jovens, na maior circulação e ocupação dos espaços da rede e sobretudo na execução de Projetos Locais, Projetos de Circulação e intervenções outras nas oficinas que qualificaram o espaço e possibilitaram maior aproximação da equipe com os jovens atendidos.

Para além disto, merece destaque também o alinhamento interno entre equipes Fica Vivo! e PMC promovido pela gestão, a ampliação de discussão de casos com a rede e construção de ações conjuntas entre Fica Vivo! e PMC garantindo atendimento de qualidade ao público de ambos os Programas, sendo resquardadas as especificidades de cada um.

Capacitação de destaque:

Em 23/06/2025, foi realizado o Encontro de Formação ampliado, contando com a participação da gestão social e equipes técnicas de BH, RM e interior. Enquanto proposta de um espaço de compartilhamento de práticas metodológicas, trabalhamos na perspectiva de dois momentos, sendo eles de apresentação da supervisão em novo formato, nivelamento das informações e orientações gerais e acolhimento das perspectivas das equipes em relação ao novo escopo da supervisão da prevenção.

Para o segundo momento, contamos com a apresentação do diagnóstico de implantação da Unidade de Prevenção à Criminalidade Estrela D'alva. Para tanto, fez-se relevante convidarmos as equipes técnicas do Programa Fica Vivo!, Programa Mediação de Conflitos, Gestão Social e Departamento de Monitoramento e Gestão de Projetos, atores fundamentais para a execução do processo de diagnóstico e implantação da UPC.

Considerando a proposta do Encontro de Formação direcionado ao compartilhamento de práticas metodológicas, com a apresentação das equipes, pode-se compreender como é realizado o processo de diagnóstico, desde a chegada no território a partir das circulações, mapeamento da rede territorial, identificação de lideranças comunitárias até a qualificação dos dados que sustentam a relevância do início das atividades e pautam as estratégias a serem construídas enquanto política de prevenção a partir do eixo da proteção social.

Ressaltamos A quão explicitada foi a relevância da compreensão do recorte territorial que define a área de abrangência da UPC Estrela D'alva, o que incide na potencialização da leitura territorial, mais especificamente compreensão dos limites territoriais, das subdivisões territoriais e constituição dos microterritórios que compõem nosso campo de atuação enquanto base territorial.

Enquanto compartilhamento e aplicabilidade considerando o método, pautaram-se os elementos apresentados como circulação, construção de vínculos, mapeamento da rede territorial e compreensão da área de abrangência como ferramentas para execução da proteção social. Embora estejamos tratando nessa pauta o processo de diagnóstico e implantação, as ferramentas mencionadas compõem o fazer diário e basilar ao Programa Fica Vivo!.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Indicador nº 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 316 •	• 354 •

Descrição do Indicador

Em complemento ao Eixo Proteção Social, o Eixo Intervenção Estratégica é resultado da articulação interinstitucional entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, as Polícias Militar e Civil, Ministério Público, Poder Judiciário, Órgãos Municipais de Segurança Pública e Gestão Social como representantes da OS.

Para fins deste indicador, são consideradas ações de Intervenção Estratégica:

- 1. reuniões dos Grupos Especiais de Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR) da Polícia Militar de Minas Gerais com a Gestão Social de Base Territorial e equipes técnicas, que ocorrem, no mínimo, 1 (uma) vez ao mês em cada território de atuação e que possuem como pauta aquelas definidas na Resolução Conjunta SEDS-PMMG nº 160/2013, que estabelece as diretrizes de atuação conjunta entre o GEPAR e as UPCs. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, as reuniões com o GEPAR, conforme a Resolução Conjunta supra.
- 2. reuniões preparatórias para os Grupos de Intervenção Estratégica (GIE) ocorridas entre a Gerência de Intervenção Estratégica, da SUPEC, e a Gestão Social, com o objetivo de promover o alinhamento sobre as pautas a serem apresentadas, no âmbito da proteção social, pela gestão social no espaço do GIE, além de favorecer a qualificação tanto da atuação da gestão social neste espaço, quanto o desenvolvimento das ações de proteção social. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, as reuniões preparatórias para o GIE.
- 3. reuniões ordinárias dos Grupos de Intervenção Estratégica (GIE) com a participação da Gestão Social de Base Territorial, representando a proteção social de cada um dos territórios atendidos. O GIE objetiva a prevenção e a redução de conflitos e rivalidades violentas por meio da ampliação da assertividade e da tempestividade das ações repressivas realizadas nas áreas de abrangência do Programa. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, cada ação de representatividade da proteção social realizada por meio dos gestores sociais no espaço do GIE. Desta forma, nos casos em que o gestor social estiver representando mais de 1 (uma) UPC, serão contabilizadas tantas ações de representatividade da proteção social quantas feitas pelo referido gestor social na mesma reunião do GIE.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 26º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, de 01/04/2025 a 30/06/2025 foram realizadas cumulativamente • 316 • ações de intervenções estratégicas no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era • 354 • foi realizado 12% além do esperado. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Como de conhecimento, a partir da assinatura do V Aditivo ao Contrato de Gestão, a ação "Reuniões Preparatórias para os Grupos de Intervenção Estratégica" passou a compor o Indicador 2.4 do Programa Fica Vivo! "Número acumulado de ações de intervenção Estratégica realizadas por meio do Programa Fica Vivo!". Essas reuniões se somam às ações "Reunião mensal com GEPAR" e "Participação da Gestão Social representando a proteção social nos GIEs", a partir do mês de agosto de 2021.

Nos documentos elaborados a partir das Reuniões Preparatórias para o Grupo de Intervenção Estratégica, a Gerência de Intervenção Estratégica alinha as pautas que serão apresentadas pela proteção social, avaliando os principais pontos das discussões da dinâmica e as ações desenvolvidas pela Proteção Social por intermédio dos programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos para responder a cada uma das demandas apresentadas pela dinâmica social das violências e criminalidade de cada território.

Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

Tabela 9 - Distribuição das ações de intervenção estratégica por tipo e UPC

			ABRIL			MAIO			JUNHO		
UPC	25º	GEP		RP-	GEP		RP-	GEP		RP-	TOTAL
	PA	AR	GIE	GIE	AR	GIE	GIE	AR	GIE	GIE	
CABANA	4	1	1	1	1	0	0	1	1	0	10
CONJUNTO ESPERANÇA/ VILA CEMIG	5	1	1	1	0	0	0	1	0	1	10
JARDIM FELICIDADE	2	1	0	0	1	1	1	1	1	1	9
JARDIM LEBLON	2	1	0	0	1	1	1	1	1	1	9
MINAS CAIXA	2	1	0	0	1	1	1	1	1	1	9
MORRO DAS PEDRAS	10	0	2	2	2	1	1	2	1	1	22
PEDREIRA PRADO LOPES	5	1	1	1	1	1	1	1	0	0	12
PRIMEIRO DE MAIO	2	1	0	0	1	1	1	1	1	1	9
RIBEIRO DE ABREU	10	2	0	0	1	2	2	1	2	2	22
SANTA LÚCIA	2	1	1	1	1	1	1	1	0	0	9
SERRA	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	8
TAQUARIL	5	1	1	1	0	1	1	1	0	0	11
VILA PINHO	5	1	1	1	1	0	0	0	0	1	10
CITROLÂNDIA	5	1	0	0	1	0	0	1	1	1	10
JARDIM DAS ALTEROSAS	5	1	1	0	1	0	0	1	1	1	11
JARDIM TERESÓPOLIS	5	1	0	0	1	0	0	1	1	1	10
PTB	5	1	1	0	1	0	0	1	1	1	11
ESTRELA D'ALVA	5	1	0	0	1	1	1	0	0	0	9
NOVA CONTAGEM	5	1	0	0	1	1	1	1	0	0	10
RESSACA	5	1	0	0	1	1	1	0	0	0	9
CARAPINA	5	1	1	0	1	0	0	1	1	1	11
TURMALINA	4	1	1	0	1	0	0	1	1	1	10
BOM JARDIM	5	1	1	0	1	0	0	1	1	1	11
OLAVO COSTA	5	1	0	0	1	0	1	1	0	0	9
CRISTO REI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	2	1	0	0	1	1	1	1	0	0	7
JUSTINÓPOLIS	5	1	1	1	1	0	0	1	1	1	12
ROSANEVES	5	1	1	1	1	0	0	1	1	1	12
VENEZA	5	1	1	1	1	0	0	1	1	1	12
PALMITAL	4	1	0	0	0	1	1	0	0	0	7
VIA COLÉGIO	6	2	0	0	1	1	1	0	0	0	11
JARDIM CANAÃ	2	1	1	1	2	0	0	1	1	1	10
MORUMBI	3	1	1	1	1	0	0	1	1	1	10
MORRO ALTO	5	1	1	1	1	0	0	1	1	1	12
TOTAL	146	34	20	15	32	17	18	29	21	22	354

A reunião mensal entre a unidade de prevenção e o Gepar é uma diretriz estabelecida na Resolução conjunta no decreto 160 de 2013. Ela tem o objetivo de aprimorar a articulação e atuação conjunta entre a Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC) e o Grupamento de Intervenções Estratégicas em Áreas de Risco (GEPAR).

Conforme metodologia do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! nesses espaços de articulação devem ser abordados assuntos relacionados à dinâmica das violências e da criminalidade, com o propósito de construção, avaliação e monitoramento de ações conjuntas na prevenção da violência e na promoção da segurança.

Como desdobramentos dos encontros, espera-se o aumento da segurança na área de abrangência das unidades de prevenção e a execução de ações assertivas no território, pautadas no conceito de segurança cidadã. Esses encontros devem, também, favorecer a interlocução entre a repressão qualificada e a proteção social.

No 26° período avaliatório do Contrato de Gestão, que compreende os meses de Abril, Maio e Junho, foram realizadas 98 (noventa e oito) reuniões entre a Gestão Social e o GEPAR, em detrimento de 10 (dez) justificativas apresentadas para a não realização do encontro.

Atualmente somam-se um total de 33 unidades de base territorial implantadas. Destacamos que o número de reuniões entre UPC e GEPAR são maiores que o número de unidades devido alguns territórios serem atendidos por mais de uma CIA da PMMG ou até mais de um BPMMG, por essas singularidades expostas, podemos considerar que este número total pode flutuar entre 32 e 35 encontros mensais realizados.

Temos que considerar, também, os casos de reuniões extraordinárias, para além da estabelecida mensalmente, que podem ocorrer pontualmente, por conta de aquecimento da dinâmica criminal ou alinhamentos necessários para a manutenção desta parceria.

Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atas produzidas a partir das reuniões realizadas pela Gestão Social de cada Unidade de Prevenção de base territorial com o Gepar.

Desta forma, no mês de Abril foram produzidas 34 (trinta e três) atas em detrimento de 2 (duas) justificativas para não realização da reunião. Seguem as justificativas: Morro das Pedras e Ventosa – segundo a Gestão Social a reunião não ocorreu por indisponibilidade de agendas entre a Gestão Social e a Tenente responsável pelo grupamento trata-se da mesma Gestão Social e UPC, porém o território é dividido entre duas áreas GEPAR.

No mês de Maio também foram produzidas 34 (trinta e quatro) atas e 2 (duas) justificativas para a não realização da reunião. Seguem as justificativas: UPC Taquaril - justificou que durante o mês de maio de 2025, não houve reunião com o grupamento e Tenente do GEPAR, devido à troca de comandância e indisponibilidade de agenda por parte do novo Tenente. UPC Palmital: Justificou a não realização de reunião no mês de maio em virtude da incompatibilidade de agendas do comandante da CIA 69.

Já no mês de Junho foram 30 (trinta) atas em detrimento de 6 (seis) justificativas e 01 (um) território que não fara mais parte da área da UPC. para a não realização da reunião. Seguem as justificativas: As UPCs Palmital e Via Colégio do município de Santa Luzia representam um total de 03 atas do GEPAR, a Gestão Social tem apresentado continuamente uma série de justificativas apontando dificuldades para manter as reuniões periódicas comas as Companhias da PMMG 69 e 71, a justificativa para o mês de junho foram as férias do comandante do GPAR. UPC Vila Pinho – indisponibilidade de agenda do comandante do GEPAR. UPC Ressaca e Estrela Dalva – devido período de vacância sem a Gestão Social durante o mês de junho. A UPC Ribeiro de Abreu que era responsável por duas diferentes reuniões com o GEPAR uma com a 18ª CIA para área do CBTU, e outra com a 24ª CIA para área do Ribeiro de Abreu, agora passará realizar apenas uma das reuniões devido a saída da CBTU da área de abrangência da UPC.

Quanto às reuniões preparatórias para o encontro do GIE, e que também é uma ação de Intervenção Estratégica e compõe este indicador, consiste na discussão prévia entre a gerência de intervenção estratégica e a gestão social. Neste momento, esses atores realizam o alinhamento das pautas que serão apresentadas no encontro do grupo de intervenção estratégica, identificando quais os principais desafios enfrentados naquele território, bem como as ações desenvolvidas pelos programas da política de prevenção à criminalidade enquanto resposta à dinâmica social das violências e criminalidades. Nesse sentido, as reuniões preparatórias tendem a ocorrer no dia que antecede o encontro do GIE. Importante destacar que os encontros do GIE para discussão dos territórios ocorrem bimestralmente, logo, as reuniões preparatórias ocorrem com a mesma periodicidade antecedendo o encontro do GIE.

No período que compreendeu o 26° PA, ocorreram 57 (cinquenta e sete) Reuniões Preparatórias para o GIE (RPGIE), sendo, 17 (dezessete) realizadas no mês de Abril, 18 (dezoito) no mês de Maio e 22 (vinte e duas) reuniões no mês de Junho. Como encaminhamento construído pelo Programa Fica Vivo, a partir do próximo Período Avaliatório as reuniões preparatórias que vinham sendo realizadas entre a Gestão Social e a Gerência de Intervenção Estratégica passarão a serem feitas entre a Gestão Social e a Supervisão de Prevenção de base territorial.

A última ação que compõem este indicador é a presença da gestão no grupo de intervenções estratégicas – GIE. Este é um encontro formal conduzido pelo Ministério Público e que conta com a participação de diversos atores envolvidos com a segurança pública, dentre eles: representantes das delegacias de homicídios, comandantes do GEPAR, representantes da prefeitura, gestão social e outros. Localizado no eixo "Intervenção Estratégica" do programa Fica Vivo, o GIE tem como objetivo principal "a prevenção e a

redução de conflitos e rivalidades violentas, por meio da ampliação da assertividade e tempestividade das ações realizadas nas áreas de abrangência do Programa".

Em Abril foram realizados 08 (oito) encontros previstos para serem realizados em BH, RMBH e Interior, a gestão esteve presente na discussão de 20 (vinte) territórios, e ausentes na discussão de 02 (dois) territórios, sendo esses: Citrolândia e Jardim Teresópolis, o motivo para ausência foi a férias da Gestão Social que responde pelas duas unidades em questão. Os territórios com participação da gestão social foram: Bom Jardim/Esperança, Cabana, Carapina, Conjunto Esperança/Vila CEMIG, Jardim Canaã, Jardim das Alterosas, Justinópolis, Morro Alto, Morro das Pedras, Morumbi, Pedreira Padre Lopes, PTB, Rosaneves, Santa Lúcia, Serra, Taquaril,

Turmalina, Veneza, Ventosa e Vila Pinho. Totalizando 20 (vinte) assinaturas.

Em Maio foram realizados os 06 (seis) encontros previstos a serem realizados em BH, RMBH e Interior, a gestão esteve presente na discussão de 17 (dezessete) territórios, e ausentes na discussão de 01 (um) território, sendo esse: Olavo Costa, o motivo para ausência da Gestão Social, foi a viagem da Gestora Social para Belo Horizonte para participação da Imersão de Líderes. Os territórios com participação da gestão social foram: CBTU, Estrela Dalva, Jardim Leblon, Jardim Felicidade, Minas Caixa, Morro das Pedras, Nova Contagem, Palmital, Pedreira Padre Lopes, Primeiro de Maio, Ressaca, Ribeiro de Abreu, Santa Lúcia, Santos Reis, Serra, Taquaril, Via Colégio. Totalizando 17 (dezessete) assinaturas.

Já no mês de Junho foram realizados 08 (oito) encontros com a discussão de 21 (vinte e um) territórios, e 02 (duas) ausências da Gestão Social. Ausência da Gestão Social das UPCs Conjunto Esperança/Vila CEMIG, e Vila Pinho por motivo de atestado médico. Os territórios que estiveram representados foram: Bom Jardim Esperança, Cabana, Carapina, CBTU, Citrolândia, Jardim Canaã, Jardim Das Alterosas, Jardim Leblon, Jardim Felicidade, Jardim Teresópolis, Justinópolis, Minas Caixa, Morro Alto, Morumbi, Primeiro De Maio, PTB, Ribeiro De Abreu, Rosaneves, Turmalina, Veneza e Ventosa. Totalizando 21 (vinte e uma) assinaturas.



ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA CENTRAL DE ACOMPANHAMENTO DE ALTERNATIVAS PENAIS

Contextualização Geral dos Indicadores:

O relatório apresentado propõe analisar o desempenho nas metas estabelecidas no Contrato de Gestão 002/2019 e, diante disso, faz-se necessário o registro do cenário e dos eventos que influenciaram na execução do Programa CEAPA no 26° Período Avaliatório.

Antes de tecer as análises sobre o desempenho nas metas estabelecidas no Contrato de Gestão 002/2019, faz-se necessário o registro do cenário e das circunstâncias que, de maneira direta ou não, influenciaram na execução do Programa CEAPA neste segundo trimestre de 2025.

Preliminarmente, importa destacar que neste período vivenciou-se plenamente a atuação da Supervisão de Prevenção Social à Criminalidade, a partir da reconfiguração institucional citada no relatório anterior. A atuação junto aos gestores sociais teve como foco especialmente a orientação metodológica do Programa, visando aumentar as competências, habilidades e atitudes dessas lideranças junto às equipes em prol do desenvolvimento técnico. Diante da complexidade do método da CEAPA, essa tarefa permanecerá sendo objeto de atuação durante o ano. Além disso, a Supervisão também agiu pela qualificação das articulações realizadas com o Poder Judiciário, uma das principais frentes de trabalho desses atores, no intuito de instrumentalizar a gestão social nas pautas, argumentos e soluções para os desafios identificados em cada juízo ou ator parceiro. Ressalta-se que tais orientações foram trabalhadas em supervisões e capacitações, que serão citadas a seguir.

Em relação ao aspecto qualitativo da execução, é fundamental destacar que permanece neste ano o desenvolvimento de capacitações periódicas para todo o corpo técnico do Programa, em uma perspectiva de agendas mensais. Neste segundo trimestre, portanto, foram realizados três espaços com essa finalidade, com os temas: "Grupos de Responsabilização em modalidade aberta no contexto da CEAPA/MG", partes I e II - em abril e maio, respectivamente, ministradas por Paula Jardim, especialista na pauta e consultora do CNJ. É importante relembrar que essas capacitações atenderam à demanda da DAL visando a ampliação do repertório de possibilidades de intervenção junto às pessoas com alternativa penal. No mês de junho, foi realizada capacitação conjunta com a temática "Tecendo redes: práticas intersetoriais para ampliação e qualificação do acesso da população em situação de rua às políticas públicas", ministrada por Priscila Fraga, também especialista no assunto, que integrou as equipes dos Programas CEAPA, PrEsp e APEC pela temática comum que perpassa os profissionais cotidianamente.

No que tange aos espaços de capacitações para a Gestão Social, primeiramente foi desenvolvido momento introdutório, para que as bases que sustentam o Programa fossem devidamente assimiladas e fortalecidas. Após, foram realizadas capacitações com as temáticas "Articulação com o Poder Judiciário", com orientações fundamentais para que o gestor social se prepare adequadamente antes da reunião, que consiga ser técnico e assertivo durante a reunião, e que tenha organização e capacidade de dar manutenção aos encaminhamentos após a reunião. Também foi executado espaço cujo tema era "Indicadores do Programa CEAPA", para que o gestor aumentasse sua capacidade de monitorar as entregas da sua equipe, de acordo com as metas pactuadas, e para que também conseguisse compreender os quatro indicadores ao ponto de corrigir qualquer percurso equivocado no decorrer do mês. Nesse sentido, é importante mencionar o apontamento do último Relatório de Monitoramento do OEP, no qual se apresenta a expectativa de manutenção desses espaços com a nova função da supervisão. Somado a isso, no mês de maio ocorreu a Capacitação de Desenvolvimento de Lideranças promovida pelo Instituto Elo em parceria com a SUPEC. Tal imersão oportunizou, a partir de suas diversas atividades, palestras e momentos de integração, que os líderes desta política obtivessem mais ferramentas para o fortalecimento e avanço de suas equipes.

Importa frisar que a supervisão permaneceu executando neste período as capacitações introdutórias com os profissionais recém contratados, cujo intuito é proporcionar o repasse de informações sobre a estrutura na qual a CEAPA se baseia e atua, o aprofundamento das noções introdutórias da pauta das Alternativas Penais, e orientar de forma detalhada a aplicação da metodologia do Programa.

Ainda no referido período, e como entrega pactuada no Contrato de Gestão, em abril iniciou-se a construção do Sistema de integração de dados do Programa CEAPA. Durante todo o trimestre aconteceram diversas reuniões para construção do



formato ideal para operacionalização dos atendimentos e registros feitos por todos os profissionais. O sistema aglutinou cerca de cinco planilhas de Excel e inúmeros formulários impressos, o que irá gerar maior fidedignidade dos dados, aprimoramento dos registros e disponibilização de tempo para que as equipes possam investir nas pessoas e na inventividade das construções metodológicas. É fundamental citar que o avanço da gestão da informação do Programa é algo extremamente impactante para a política pública, tanto a estadual, quanto a política nacional de alternativas penais, para que o serviço esteja cada vez mais eficiente para quem o utiliza. Para além disso, o referido sistema oportunizará melhor acompanhamento da execução quantitativa e qualitativa das ações pelos atores estratégicos e ampliará a capacidade de análise de dados em prol do avanço do Programa. A expectativa é de que no mês de julho a equipe da CEAPA Santa Luzia faça a experiência piloto de usabilidade para que, nos meses subsequentes, as demais 19 Centrais sejam capacitadas para utilização do sistema.

No que diz respeito às metas pactuadas, a partir do mês de maio o município de Pouso Alegre passou a integrar seu desempenho quantitativo ao Programa CEAPA, o que era anteriormente associado ao projeto FUNEMP. Os detalhes desse encerramento de ciclo e transição podem ser vistos a seguir neste relatório, no campo próprio para as análises desse projeto.

Outro fator significativo do período é a alteração da Diretoria de Alternativas Penais. Desde meados do mês de maio, com a saída da diretora e da gerente, intensificou-se a participação da Supervisão de Prevenção na colaboração com a Superintendência de Prevenção Social à Criminalidade para que a execução do Programa permanecesse caminhando dentro das diretrizes e prioridades.

Adicionalmente, destaca-se que neste trimestre a Supervisão permaneceu envidando esforços para atualização do Manual do Programa cuja modernização é essencial para subsidiar os novos profissionais quanto aos fluxos e procedimentos de trabalho e merece destaque pela importância da sistematização de conhecimento acumulado, visando a sua utilidade e o nivelamento técnico.

Por fim, é significativo mencionar que no mês de junho houve mais uma contribuição a nível nacional da Supervisão de Prevenção Social à Criminalidade do Programa CEAPA no III Webnário: Capacitação Técnica em Alternativas Penais, da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública do governo federal. Tal participação ocorreu através da explanação sobre a exitosa experiência mineira no acompanhamento dos casos que cumprem medidas cautelares diversas à prisão, na mesa: "Medidas Cautelares como estratégia de enfrentamento ao superencarceramento: as possibilidades do acompanhamento por grupos", cuja repercussão foi bastante positiva para os demais estados, bem como para a política nacional de alternativas penais.



Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais

Indicador nº 4.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA

Meta do período avaliatório

• 45.360 •

Resultado do período avaliatório

• 47.217 •

Descrição do Indicador

Além de materializar as alternativas penais e garantir suporte ao Sistema de Justiça Criminal no monitoramento/fiscalização do cumprimento dessas medidas, a CEAPA também visa proporcionar ações de caráter educativo e reflexivo, bem como desenvolver ações específicas para a responsabilização, orientação e encaminhamentos para rede de proteção social, ações que são realizadas por meio de atendimentos individuais ou grupais.

Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pela CEAPA:

- 1. Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novas pessoas com alternativas penais;
- 2. Atendimentos individuais de acompanhamento das pessoas com alternativas penais;
- 3. Participação das pessoas com alternativas penais em cada encontro do (a) Grupo de Inicialização, (b) Grupo de Acompanhamento, (c) Grupo Introdutório e (d) Grupo de Finalização ao longo do cumprimento da determinação judicial que assinaram lista de presença;
- 4. Participação das pessoas com alternativas penais em cada encontro dos Projetos de Execução de Alternativas Penais que assinaram lista de presença;
- 5. Participação das pessoas com alternativas penais em cada encontro dos Grupos de Responsabilização para homens autores de violência contra a mulher que assinaram a lista de presença.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 26º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, de 01/04/2025 a 30/06/2025 foram realizados cumulativamente

• 47.217 • atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais.

Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 45.360 •, o programa atingiu acima da meta. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 10 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA

UPC	25° PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
ARAGUARI	554	170	215	268	554
BARBACENA	1056	369	401	393	1057
BELO HORIZONTE	5308	1431	1660	1661	5321
BETIM	1643	454	607	468	1643
CONTAGEM	2423	780	911	750	2426
CURVELO	593	177	160	166	593
DIVINOPOLIS	574	252	299	285	579
GOVERNADOR VALADARES	757	280	216	243	757
IBIRITE	765	248	345	332	765
IPATINGA	973	309	377	262	974
JUIZ DE FORA	1217	454	427	408	1217
MONTES CLAROS	942	300	343	235	942
POUSO ALEGRE	0	0	238	207	0
R. DAS NEVES	1239	327	415	399	1239
SANTA LUZIA	613	202	244	260	613
SETE LAGOAS	740	209	257	258	740
UBERABA	1022	322	315	299	1022
UBERLÂNDIA	1393	581	634	614	1395



UPC	25° PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
VARGINHA	1007	251	294	302	1007
VESPASIANO	475	224	193	222	475
TOTAL	23294	7340	8551	8032	23319

O desempenho do Programa em seu primeiro indicador superou a meta estipulada, já que os 23.923 atendimentos realizados significam quantitativo 4,32% além da expectativa para o período, bem como representam leve aumento no desempenho em relação ao trimestre avaliatório anterior, no qual foram realizados 23.294 atendimentos.

Como supracitado, é importante novamente situar que o município de Pouso Alegre passou a contribuir nesse e nos demais indicadores CEAPA a partir do mês de maio, com a finalização do Projeto FUNEMP.

É sabido que o referido indicador é composto por 5 modalidades de atendimento, são elas:

- Atendimentos individuais de inscrição
- Atendimentos individuais de acompanhamento
- Atendimentos grupais na PSC
- Atendimentos grupais de PEAP
- Atendimentos grupais nas Ações de Responsabilização

Ao analisar o desempenho de cada uma dessas modalidades, também nesse período nota-se a predominância dos atendimentos individuais de acompanhamento, que representaram 45,65% do volume de atendimentos executados no segundo trimestre. Nessa modalidade, é realizado o monitoramento das alternativas penais e há atuação técnica em vulnerabilidades sociais e/ou riscos criminais do público - o que culmina no expressivo valor. Além disso, a estabilidade de encaminhamento dos casos de medidas cautelares diversas à prisão, que cumprem via comparecimento periódico através de atendimentos individuais, também contribuíram para o desempenho robusto dessa modalidade.

Cabe frisar que a performance neste indicador está fortemente atrelada às inscrições no Programa e o referido resultado demonstra consistência na porta de entrada e confiabilidade dos atores do Sistema de Justiça Criminal no trabalho das Centrais, considerando as 2845 inscrições realizadas entre abril e junho, resultado que indica o aumento de 168 casos encaminhados, se comparado ao período anterior.

Além disso, ressalta-se a execução dos grupos como frente de trabalho consolidada no Programa, especialmente as Ações de Responsabilização para homens autores de violências contra as mulheres, que representaram 29,88% dos atendimentos realizados no trimestre em tela. Se comparado ao período anterior, observa-se o aumento de 1.141 atendimentos grupais nesta modalidade, o que denota o crescente investimento do Programa no acompanhamento das Medidas Protetivas de Urgência e Medidas Cautelares no âmbito da Lei Maria da Penha. Isto posto, sublinha-se que o alcance de atendimentos individuais e grupais robustos nesta modalidade demonstra a forte atuação do Programa nos fenômenos de violência contra a mulher através de intervenções reflexivas e responsabilizadoras com os homens, visando a construção de repertórios de respostas a conflitos e a adoção de comportamentos mais saudáveis em suas relações.

No que tange aos atendimentos grupais dos casos que cumprem Prestação de Serviços à Comunidade, no Relatório de Monitoramento referente ao período anterior aponta-se a necessidade de maior consistência nessa modalidade, o que foi devidamente tratado e já se observa impacto positivo no referido período. Assim, entre abril e junho, foram realizados 1.058 atendimentos grupais de PSC, que representam um aumento de 102 atendimentos se comparado ao 25º P.A.

Somado a isso, é essencial ressaltar que o indicador de número acumulado de atendimentos do Programa, para além do dado quantitativo que se destaca, demonstra a atuação de equipes profissionais junto ao público por meio de construções em conjunto com cada pessoa atendida. Assim, variações nesta frente de trabalho devem considerar escalas sobre o Programa, sobre o público, sobre a rede de proteção e sobre o Sistema de Justiça. Por fim, cabe destacar, em detalhes, o desempenho de algumas Centrais que contribuíram positivamente para o quantitativo em questão.

Uberlândia: O município em análise demonstra um histórico de desempenho consistentemente superior ao previsto no indicador 4.1, padrão que se manteve no trimestre em questão. Registrou-se uma produtividade de 142% acima da meta estabelecida para essa e demais unidades de porte similar. A modalidade de atendimento individual de inscrição seguiu



apresentando aumento, especialmente nas Medidas Protetivas de Urgência e nas Medidas Cautelares, e, em efeito espiral, as demais modalidades também foram impactadas.

A porta de entrada, conforme apontado em relatório anterior, tem sido alvo de preocupação prévia, inclusive com a orientação da DAL para articulação com a magistratura e promotoria, visando a criação de um afunilamento nos encaminhamentos. Contudo, com a mudança da gestão social da unidade, a estratégia atual é a de aproximação com os representantes dessas entidades, estabelecendo a referência da nova gestão. Paralelamente, será aplicada a metodologia de grupo aberto para verificar a real capacidade de absorção do público nessa unidade. Com isso, espera-se que a gestão, um pouco mais madura em seu papel, possa realizar articulações que impactem enormemente o trabalho, com a possibilidade de juízes e promotores avaliarem que um afunilamento dependeria de maiores trabalhos desses órgãos, tornando o encaminhamento para a CEAPA menos estratégico e, ao invés de atingir o controle da porta de entrada, entrarmos em entrave com a ausência de encaminhamentos. Em se tratando desses atores parceiros, é necessário compreender bem o perfil e a demanda, bem como consolidar nossa metodologia interna para uma negociação de fato eficiente.

Contagem: Em repetição ao ocorrido no 25º PA, esta unidade superou em 61% a meta prevista neste indicador. Observa-se a robustez dos casos encaminhados pelo poder judiciário, com uma média de 258 nos últimos dois trimestres, o que impulsiona as demais modalidades de atendimento. Por exemplo, a modalidade de Atendimento Individual de Acompanhamento apresenta uma média de 445 atendimentos mensais neste ciclo, além das ações grupais de responsabilização no âmbito da Lei Maria da Penha, que também extrapolam uma média mensal de 200 atendimentos, e isso sem considerar as outras modalidades.

Ainda se verifica neste PA o investimento da Vara de Violência contra a Mulher no trabalho realizado pelo Programa. Contudo, como anunciado anteriormente, é fundamental sublinhar que se deve compreender a real capacidade técnica de absorção dos casos e execução de grupos. Essa provocação ganha força, especialmente se considerarmos que as Penas Restritivas de Direito, normalmente consistentes em períodos extensos de cumprimento, também apresentam um número de entradas semelhante ao das medidas protetivas. Isso sem mencionar que a DAL fomentou, durante todo o ano de 2024 e também em 2025, que os gestores atuassem junto às audiências de custódia para a efetivação dos encaminhamentos no âmbito das medidas cautelares. Este ponto ainda não se tornou frutífero em Contagem, mas, na análise dos números de casos e atendimentos, questiona-se a viabilidade dessa estratégia de fluxo neste momento.

Em conjunto, obtemperar que o quantitativo de casos encaminhados pelo Juizado Especial Criminal permanece com grande relevância, ainda ocupando uma média de 25% do público inscrito e demandando atuação consistente da equipe, já envolvida com os casos de recortes dos institutos jurídicos supracitados. Nesse sentido, reiteramos a provocação de que se deve considerar que Contagem vivencia um impasse com seu volume de casos inscritos e, para a superação deste, é preciso validar a necessária priorização das alternativas à prisão.

Em relação à organização do trabalho cotidiano, a gestão social participou de um espaço de supervisão onde foi estabelecido, para este semestre, um cronograma de grupos de Prestação de Serviços à Comunidade. O objetivo é coletivizar as intervenções e, consequentemente, reduzir o número significativo de atendimentos individuais, migrando-os para atendimentos grupais. Essa estratégia não impactará o número acumulado da unidade, mas concentrará os esforços nesse eixo de trabalho.

Por outro lado, é importante tecer análises sobre os municípios que tiveram desempenho aquém do esperado. O principal elemento que argumenta a não consecução do quantitativo é a ampliação da porta de entrada no Programa. São Centrais que enfrentam desafios no agendamento de articulações com o Poder Judiciário local, ou que não recebem retorno positivo sobre o acréscimo de encaminhamento de casos, ou ainda que não conseguem avolumar a porta de entrada em que pese o aceno positivo dos atores em reunião. Diante desse desafio, a Supervisão de Prevenção vem dialogando com a SUPEC para que o Estado contribua na superação deste cenário, convocando e participando dessas reuniões. Somado a isso, em diversas Unidades há profissionais com licenças médicas longas, o que gera impacto na execução e já é objeto de atuação do Departamento de RH do Instituto Elo, realizando-se, em alguns casos, a contratação de profissionais para substituição temporária da vaga.

Aqueles que não atingiram sua meta para o período foram:

Governador Valadares e Ipatinga: a análise dos dois municípios perpassa por um ponto comum: a redução da porta de entrada no Programa, especialmente de encaminhamentos de medidas protetivas de urgência, que impactam a



primeira modalidade de atendimento – os de inscrição – bem como outras modalidades, que aumentam por consequência da entrada de alternativas penais monitoradas. Em Governador Valadares foram encaminhados apenas dois casos no trimestre, e em Ipatinga houve acentuada queda de encaminhamentos nessa modalidade no mês de junho. Outro fator fundamental também atrelado à porta de entrada é a ausência de robustez no encaminhamento de medidas cautelares por desafios atrelados às articulações com o Sistema de Justiça Criminal supracitadas. Ciente desse cenário, Supervisão e Gestão trabalham as possibilidades de atuação para aumento dos casos enviados ao Programa, compartilhando os desafios com a SUPEC, para contribuição. Assim, registra-se que Governador Valadares desempenhou 73% de sua própria meta, e Ipatinga, por sua vez, realizou 75%.

Ibirité: Esta unidade figurou também no relatório anterior devido ao déficit na meta do número acumulado de atendimentos, o que contraria, novamente, ao seu desempenho que é historicamente superior ao esperado. No trimestre em análise, a unidade ainda apresenta valores aquém do pactuado, apesar de uma melhora que a deixou a apenas 8% do alcance da meta. Assim como no trimestre anterior, a unidade seguiu no período vigente com um processo de reestruturação de sua equipe. Mesmo com a recomposição realizada, leva-se um tempo considerável para que os analistas adquiram conhecimento e autonomia nos processos, de modo a contribuir efetivamente para os resultados junto ao público e ao Contrato de Gestão. Diante dessa conjuntura ainda desfavorável, a Supervisão da Prevenção já direcionou, em conjunto com a gestão social da unidade, a implantação de grupos abertos e um acompanhamento mais próximo dos eixos estruturantes do trabalho. Com essas medidas, se espera que a equipe consiga realizar os ajustes finais para responder à execução dos atendimentos dentro do esperado para uma unidade desse porte.

Curvelo e Pouso Alegre: Para fins de análise das equipes que tiveram desempenho abaixo do esperado no período, será feita a aglutinação de duas delas, Curvelo e Pouso Alegre, entendendo que os desafios se assemelham, mesmo que tratem de unidade em momentos muito distintos no processo de transição do Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulheres e Responsabilização de Homens Autores de Violência para o escopo do Programa Ceapa.

Curvelo, desde sua implantação, têm enfrentado desafios persistentes em sua porta de entrada. Mesmo enquanto operava como Projeto, e posteriormente como Programa CEAPA, esta unidade frequentemente não alcançou o êxito esperado no indicador de atendimento. Em contraste, Pouso Alegre, durante a maior parte de sua atuação como Projeto, conseguiu atingir as metas de atendimento esperadas. Isso se deveu, em parte, a uma porta de entrada de novos casos que se mostrava adequada à demanda daquele momento. Entretanto, com a transição para o Programa CEAPA em abril/maio de 2025 e a consequente necessidade de expandir as modalidades de alternativas penais, bem como a expectativa de responder a metas mais elevadas, esta unidade apresentou um desempenho inferior ao esperado.

Para ambas as unidades, embora em momentos distintos, o desafio central reside na superação dos paradigmas do sistema de justiça local e na construção de fluxos consistentes de alternativas penais, que vão além das Medidas Protetivas de Urgência. Essa demanda esbarra em múltiplas dificuldades, incluindo o perfil dos profissionais funcionalistas do judiciário, a dificuldade na concretização de agendas, a localização de juízes que atuam remotamente de outras comarcas, e a atuação de juízes plantonistas, também de outras comarcas, com limitado acesso ao município da UPC, como é o caso de Curvelo.

Diante do cenário exposto, cabe ponderar que os gestores sociais locais têm procedido com tentativas de articulação reiteradas. No caso de Curvelo, esses esforços já somam mais de dois anos, sem, contudo, lograr um êxito direto e consistente na porta de entrada. Pouso Alegre, por sua vez, apresenta uma situação distinta, com tratativas ainda embrionárias, iniciadas em abril por determinação da DAL. Apesar de ainda não terem gerado os resultados esperados, o tempo de atuação ainda se encontra dentro de uma razoabilidade. A inclusão desta unidade no presente relatório visa sinalizar que um espaço estratégico entre a OS e o OEP já está em curso, buscando uma atuação tempestiva para evitar um futuro semelhante ao de Curvelo.

Nesse contexto, Curvelo conseguiu realizar duas agendas importantes com a magistratura local no mês de junho. Agora, será observado se desses espaços surgirão avanços. Também neste município já está prevista uma reunião com o OEP, a fim de buscar respostas conjuntas, com uma entrada mais consistente do parceiro estatal nas articulações dessa unidade, visto que o cenário de desafios se estende por um longo período e as tratativas locais não alcançaram o êxito pretendido.



Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais

Indicador nº 4.2. Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial

<i>y</i>	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 75% •	• 72,9% •

Descrição do Indicador

Este indicador objetiva mensurar o cumprimento das alternativas penais acompanhadas pela CEAPA. Entendem-se como alternativas penais cumpridas aquelas que tenham se concluído conforme determinação judicial, baixadas pelo cumprimento integral ou pela ocorrência de indulto concedido pelo Poder Judiciário.

Não serão consideradas para fins de cálculo desse indicador as ocorrências de fatores externos ao Programa CEAPA, tais como: baixa processual devido a conversão por outra pena/medida não acompanhada pela CEAPA; baixa por conversão da pena/medida alternativa em prisão por motivo diverso do descumprimento; baixa por transferência de comarca; baixa por falecimento; baixa por prescrição; baixa realizada pelo Poder Judiciário por motivos diversos.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 26º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 de 01/04/2025 a 30/06/2025 o percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial foi de • 72,9% •. Considerando que a meta estabelecida foi de • 75% •, o Programa deixou de alcançar a meta estabelecida para o indicador. Abaixo seguem informações relativas ao percentual de cumprimento por município.

Tabela 11 - Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial

	N° TOTAL DE PENAS BAIXADAS POR CUMPRIMENTO INTEGRAL	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS	% DE CUMPRIMENTO	METAS
ARAGUARI	52	64	81%	75%
BARBACENA	60	70	86%	75%
BELO HORIZONTE	616	927	66%	75%
BETIM	47	83	57%	75%
CONTAGEM	232	277	84%	75%
CURVELO	44	54	81%	75%
DIVINOPOLIS	45	47	96%	75%
GOVERNADOR VALADARES	77	109	71%	75%
IBIRITE	67	96	70%	75%
IPATINGA	61	99	62%	75%
JUIZ DE FORA	92	115	80%	75%
MONTES CLAROS	54	73	74%	75%
POUSO ALEGRE	0	44	64%	75%
R. DAS NEVES	114	135	84%	75%
SANTA LUZIA	33	46	72%	75%
SETE LAGOAS	52	67	78%	75%
UBERABA	82	102	80%	75%
UBERLÂNDIA	102	121	84%	75%
VARGINHA	51	82	62%	75%
VESPASIANO	30	46	65%	75%
TOTAL	1939	2657	73%	75%



A análise deste indicador requer uma leitura integrada dos diversos processos e estratégias implementados nas unidades Ceapa, sobretudo diante da complexidade que envolve o acompanhamento das diferentes modalidades de alternativas penais. No ciclo avaliativo em questão, o percentual geral de cumprimento das alternativas penais situou-se abaixo da meta de 75%, alcançando 72,98%, repetindo valor semelhante ao ciclo anterior. Nesse sentido, diante do valor alcançado, a desagregação por modalidade de alternativa penal novamente evidencia que o desempenho mais frágil se concentra na Prestação de Serviços à Comunidade e nas Medidas Cautelares diversas à Prisão, ambas com percentuais de cumprimento inferiores à meta estabelecida. Nas demais modalidades, os dados revelam desempenho satisfatório.

Para fins de melhor entendimento, iniciaremos leitura sobre o que se refere às medidas cautelares. Nessa modalidade, as equipes reiteradamente apontam um conjunto de fatores que impactam o cumprimento regular e o encerramento da determinação com sucesso. As vulnerabilidades intensificadas do público atendido, associadas às questões de cunho territorial (como residências fora da sede do município, a exemplo de Belo Horizonte e suas cidades satélites), dificultam o comparecimento periódico às unidades. Com este cenário em mente, as equipes técnicas têm sido aprimoradas continuamente pela supervisão e, mais recentemente, pela gestão social. O foco reside no desenvolvimento de habilidades que mitiguem os entraves identificados e promovam melhorias no modelo de acompanhamento desse público específico. Como exemplo, no trimestre em questão, foram realizadas formações voltadas ao desenvolvimento de metodologias de grupos abertos, além de discussões aprofundadas sobre os desafios e estratégias para a condução de abordagens junto à população em situação de rua e usuários de substâncias psicoativas.

Ainda nessa toada, os esforços da Supervisão de Prevenção estão sendo direcionados para favorecer a comunicação entre as unidades da CEAPA e a APEC, especialmente em Belo Horizonte, onde se observa o maior quantitativo de casos em comum entre os serviços e, em paralelo, um menor índice de cumprimento dessa modalidade.

No que se refere a PSC, se destaca que essa alternativa penal depende fortemente da articulação entre Ceapa e rede parceira, visto que o cumprimento das horas determinadas ocorre em instituições externas ao Programa. Além da atuação técnica voltada à responsabilização penal e ao enfrentamento de vulnerabilidades sociais, é imperiosa a execução e qualificação das articulações com essa rede, tanto no que se refere ao papel dos órgãos parceiros quanto à constância do acompanhamento em conjunto do público. O fortalecimento dessas interfaces pode contribuir de forma decisiva para a integralidade das horas de PSC e, consequentemente, para a elevação do percentual de cumprimento da determinação judicial. Contudo, conforme se observará na análise do indicador 4.3, que se encontra abaixo neste relatório, os desafios para execução de uma frente de rede dentro das expectativas do Programa ainda não foram totalmente superados.

Noutro giro, ao direcionar a análise para as demais modalidades de alternativas penais e o desempenho destas no indicador aqui em estudo, se constata que as três – Projetos de Execução de Alternativas Penais (PEAPs), Medidas Protetivas de Urgência (MPU) e Penas Pecuniárias (PP) – obtiveram percentuais de cumprimento superior ao pactuado no Contrato de Gestão, repetindo o feito do período avaliatório anterior, e sendo o PEAP aquela que apresentou os valores mais expressivos ao atingir 80% de cumprimentos integrais. É válido afirmar que o sucesso dessa performance se esconde em fatores relevantes, tais como: menor lapso temporal entre o ingresso do caso no Programa e o início efetivo do cumprimento, seja por meio da inserção em grupos, atendimentos individuais ou encaminhamento à rede parceira. Também se pode incluir aqui o papel feito pela Supervisão para massivo desenvolvimento na temática de violência doméstica e execução grupal. E, somado a isso, a cobrança por realização de monitoramentos e intervenções céleres mediante as irregularidades.

Compreendendo os elementos necessários para reverter o cenário de insucesso repetido neste indicador, a Supervisão de Prevenção já está atuando para que os gestores consigam estruturar melhor os processos de monitoramento em caráter tempestivo. Isso inclui a implantação e/ou expansão de grupos abertos para mitigar a lista de espera por vagas, somado à maior incidência junto a rede de proteção para tratativas conjuntas dos casos com demandas desse aporte.

Por fim, é crucial destacar que, dado o histórico repetitivo deste indicador nos últimos anos e compreendendo a diversidade das modalidades de alternativas penais — que abrange desde o perfil do público e as demandas correlatas para a execução integral da determinação até a discrepância no tempo de aplicação —, a OS, por meio de sua Supervisão, tem proposto um diálogo com o OEP. O objetivo é discutir a desagregação das modalidades no indicador e aprimorar a análise das metas esperadas para cada uma. Com isso, se busca uma abordagem mais realista, capaz de considerar elementos extremamente distintos nas aplicações judiciais com pesos que respondam a essas especificidades.

A análise subsequente se concentrará justamente nas equipes que apresentaram pior desempenho, visando identificar os fatores críticos e as oportunidades de aprimoramento.



Betim: No período de abril a junho de 2025, este município registrou um percentual de cumprimento integral dos casos de 76% da meta esperada para o indicador 4.2, configurando um resultado inferior ao previsto. A análise detalhada revela que o pior desempenho ocorreu em maio, quando apenas 46% das alternativas foram cumpridas. Apesar de uma melhora em comparação ao trimestre anterior, ainda é crucial uma atuação mais concisa e direcionada para as três únicas modalidades que a unidade possui, vez que em nenhuma dela foi observado êxito, inclusive nas Medidas Protetivas, que em cenário geral apresentaram sucesso.

Em uma tentativa de explicar o cenário frágil, alguns fatores persistem. Dentre eles, se destaca o intervalo temporal entre o ingresso dos casos no Programa e o início efetivo do cumprimento da determinação. Para mitigar essa problemática, a Supervisão de Prevenção já determinou, em conjunto com a Gestão Social local, a implantação urgente, neste trimestre, de grupos na modalidade aberta, a fim de assegurar uma inclusão mais célere. Contudo, o resultado esperado dessa medida será percebido apenas a médio prazo.

No que tange à Prestação de Serviços à Comunidade, a orientação emanada pela Supervisão foi o estabelecimento de um cronograma de Grupos de Inicialização, para encaminhamento ao cumprimento em um prazo razoável, e a definição de agendas consistentes para os Grupos de Acompanhamento. O objetivo é desafogar o atendimento de plantão e possibilitar que a equipe atue nos demais eixos. Todavia, mesmo diante da necessidade de implantação de medidas metodológicas, é imperioso relatar que esta unidade enfrentou desafios na execução devido à recomposição temporária de sua equipe. A legítima ausência de duas profissionais por licença-maternidade, resultou na contratação de analistas temporários, que naturalmente pelas circunstâncias, possuem limitações devido ao curto tempo de atuação, e com isso apresentam menor desempenho nas diversas frentes, o que, invariavelmente, impactou os números.

Varginha: No trimestre de abril a junho de 2025, o município de Varginha alcançou 83% da meta estabelecida para o indicador 4.2, sinalizando um desempenho aquém do esperado. Embora a unidade tenha apresentado resultados positivos e expressivos em períodos anteriores, este ciclo revelou desafios relacionados à organização interna para garantir monitoramentos regulares dos casos em cumprimento, bem como lacunas na profundidade técnica das análises realizadas sobre as situações irregulares.

Outro aspecto relevante refere-se ao lapso temporal entre a manifestação da irregularidade e a atuação da equipe. Para exemplificar, destacam-se os casos de Prestação de Serviços à Comunidade que resultaram em descumprimento no período analisado. Todos esses casos, sem exceção, não registraram o cumprimento de horas desde 2024, e as tratativas correspondentes não foram conduzidas em tempo hábil. No âmbito das Medidas Cautelares, o fenômeno da morosidade na intervenção se repete. Todos os descumprimentos são de indivíduos inscritos em 2024, alguns dos quais já ultrapassaram os seis meses máximos da determinação judicial. Observa-se que parte desses casos não foi direcionada para grupos ou atendimentos de forma célere, o que, consequentemente, impactou o retorno e o acompanhamento eficaz.

Dessa forma, a supervisão já pautará com a Gestão Social a necessidade fundamental de que a unidade intensifique esforços para aprimorar os processos internos, a qualificação técnica da equipe e a tempestividade na atuação, visando superar as lacunas observadas e garantir o alcance pleno das metas nos próximos ciclos, restaurante o desempenho que era anteriormente observado nesse indicador.

Ipatinga: o município realizou 82% de sua própria meta, resultado aquém do esperado que demonstra oscilação aguda no decorrer dos meses, ao analisar o desempenho por alternativa penal. O destaque está no percentual atrelado à prestação de serviços à comunidade, que alcançou no máximo 71% de cumprimento neste período. É importante perceber que dos 32 casos que foram descumpridos nesta modalidade, em sua grande maioria não houve cumprimento da alternativa penal determinada e apresentação da folha de ponto nos últimos meses. Diante disso, a Supervisão de Prevenção permanecerá em diálogo com a gestão social para qualificação de fluxos internos de monitoramento e aprofundamento das intervenções técnicas dos casos irregulares.

Por fim, é importante destacar que, paralelamente às dificuldades enfrentadas, alguns municípios superaram a meta estabelecida, tornando-se referência de boas práticas a serem analisadas e compartilhadas no âmbito da gestão do Programa.

Ribeirão das Neves: No trimestre corrente, a unidade em questão demonstrou um percentual de cumprimento superior ao projetado (84%). Esta unidade, na contramão do desempenho geral, obteve êxito nos percentuais referentes às



quatro modalidades de Alternativas Penais em que atua, inclusive na PSC e Medida Cautelar, que apresentam os piores déficits na maioria das localidades. Os fatores que se destacam como fundamentais são: o curto lapso entre a inscrição e o início do cumprimento das medidas protetivas, visto que a maioria dos casos cumpridos nesse período teve entrada em 2025 e já foram direcionados para o cumprimento. Em relação às cautelares, apesar do tempo de inscrição ter ocorrido há mais tempo, observa-se um acompanhamento sistematizado do público para a superação dos elementos que levam à irregularidade, bem como a execução de monitoramento em tempo adequado para resposta preventiva ao descumprimento.

Por fim, sobre a PSC, se observa que são alternativas penais de longa duração, mas que o cumprimento é favorecido pela atuação junto à rede, observado no aumento significativo da execução dessa meta nos últimos 5 meses, e também considerando a atuação qualificada da equipe qualificada por meio do monitoramento tempestivo e intervenções assertivas na irregularidade.

Divinópolis: observa-se, no trimestre em tela, que o município atingiu percentual 28% além da meta. Ao analisar os quantitativos por alternativa penal, nota-se que o desempenho positivo se deve, especialmente, a execução das modalidades grupais, como supracitado. Com relação aos cumprimentos nas modalidades coletivas, persiste a análise de que o vínculo com o grupo e os facilitadores contribuiu para a integralização quase que total dos casos acompanhados. Com relação ao cumprimento de PSC, se observa, através do olhar da equipe técnica, que os cumpridores apresentaram boa vinculação com o programa, demonstrando regularidade nos comparecimentos na Central, bem como houve investimento técnico nos encaminhamentos para cumprimento em instituições próximas a regional de moradia das PAPs, o que contribuiu significativamente para a execução da PSC.



Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais				
Indicador nº 4.3. Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio				
Meta do período avaliatório Resultado do período avaliatório				
• 3.240 • • • 3.054 •				

Descrição do Indicador

O Programa CEAPA desenvolve as alternativas penais com o suporte de equipamentos públicos e entidades do terceiro setor em cada município, numa perspectiva horizontal, e propõe um acompanhamento integrado das pessoas em alternativas penais.

Este indicador objetiva mensurar as ações da CEAPA de orientação e acompanhamento dos profissionais que compõem essa rede. Para fins deste indicador, são consideradas ações junto às redes de apoio:

- 1. Visitas de monitoramento às instituições da rede parceira para recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade ou Projetos de Execução de Alternativas Penais;
- 2. Reuniões de articulação com instituições da rede parceira para recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade ou Projetos de Execução de Alternativas Penais para discussão sobre fluxos de encaminhamento, fluxo de comunicação e acompanhamento do público;
- 3. Reuniões de articulação com instituições da Rede de Proteção Social para discussão sobre o acompanhamento do público, fluxos de encaminhamento e fluxo de comunicação;
- 4. Reuniões de articulação com os órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, para discussão sobre fluxos de encaminhamento de alternativas penais; fluxo de comunicação e acompanhamento do público;
- 5. Participações em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes nos municípios que discutam temas relacionados às alternativas penais ou transversais;
- 6. Visitas para captação de novas parcerias;
- 7. Número de articulações realizadas nos encontros de rede desenvolvidos pelo Programa.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 26º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que foi de 01/04/2025 a 30/06/2025 foram realizadas cumulativamente • 3.054 • ações do programa CEAPA junto às redes de apoio. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 3.240 •, o objetivo não foi alcançado plenamente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 12 - Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio

UPC	25° PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
ARAGUARI	74	30	15	21	66
BARBACENA	53	29	24	34	87
BELO HORIZONTE	251	82	96	83	261
BETIM	85	26	17	32	75
CONTAGEM	109	36	36	44	116
CURVELO	57	16	21	17	54
DIVINOPOLIS	49	14	20	18	52
GOVAL	75	25	24	25	74
IBIRITE	48	26	27	24	77
IPATINGA	58	31	30	34	95
JUIZ DE FORA	90	19	42	36	97
MONTES CLAROS	64	25	25	25	75
POUSO ALEGRE	0	0	18	20	38
RIBEIRÃO DAS NEVES	74	26	45	30	101
SANTA LUZIA	70	19	17	18	54



UPC	25° PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
SETE LAGOAS	56	21	24	18	63
UBERABA	67	24	31	20	75
UBERLÂNDIA	49	25	24	8	57
VARGINHA	58	19	18	18	55
VESPASIANO	42	17	18	18	53
TOTAL	1429	510	572	543	1625

No período correspondente ao 26º período avaliatório, o Programa CEAPA desenvolveu 1625 ações junto às redes de apoio. Tal execução demonstra o alcance de 99,2% da meta pretendida e marca o aumento exponencial no desempenho neste indicador, já que no trimestre anterior foram realizadas 1429 articulações (196 a menos) e, nos períodos anteriores, tal frente de trabalho figurava como desafio crônico do Programa. Nesse mesmo sentido, registra-se que a meta mensal do referido indicador foi superada em maio, com a realização de 572 ações, das 552 esperadas para o mês. Compreende-se, portanto, que ainda que não haja atingimento pleno da meta esperada - faltaram 13 ações para tal - a execução das articulações de rede vem sendo dilatadas e as equipes técnicas e gestores sociais se fazem cada vez mais presentes na rede.

É fundamental frisar que o número de articulações permaneceu aumentando a partir do contínuo fomento da Supervisão de Prevenção em ampliar e qualificar as ações realizadas diante da necessidade de cada município e/ou regional. Além disso, é essencial novamente destacar que o quantitativo de ações de Pouso Alegre passou a contribuir nesse e nos demais indicadores CEAPA a partir do mês de maio, com a finalização do Projeto FUNEMP.

De abril a junho, nota-se que a ênfase da atuação técnica ocorreu nas visitas de monitoramento e reuniões de articulação junto às instituições da rede parceira para recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade ou Projetos de Execução de Alternativas Penais, que apontam, especialmente, para o acompanhamento próximo da rede que recebe o público para cumprimento, visando o alinhamento necessário para a corresponsabilidade no acompanhamento do público dessa alternativa penal – pela CEAPA e pela entidade. Ainda que se verifique predominância nas visitas é necessário pontuar que no trimestre em tela as equipes lançaram mão de todas as modalidades de articulação de rede, isto é, estiveram presentes em espaços instituídos, executaram Encontros de Rede, dialogaram com os órgãos que compõem o Sistema de Justiça Criminal, discutiram casos com a rede de proteção social e visitaram locais em busca de novas parcerias. Ressalta-se que as captações de parcerias são respostas estratégicas fundamentais para atingir o público que tem determinação judicial para cumprimento de prestação de serviços à comunidade, mas tem sua disponibilidade restrita por motivos de trabalho ou organização pessoal, que se desdobra na demanda de cumprimento à noite ou aos finais de semana. Torna-se um desafio, pois a maior parte dos parceiros funciona em horário comercial, fazendo com que essas pessoas aguardem mais tempo para serem encaminhadas e reforçando a necessidade das captações citadas.

Destaca-se a evolução da modalidade de Encontros de Rede, já que no referido trimestre foram executados 29 encontros, registrando aumento se comparado ao período anterior, no qual ocorreram 16 espaços. Nesses encontros, foram realizadas 156 articulações com instituições parceiras, o que também demonstra avanço dessa frente de trabalho, que figura como terceira modalidade mais predominante deste indicador e sofreu crítica no relatório anterior pela modesta execução de 50 articulações. Ainda que se observe avanço, a Supervisão permanecerá orientando pela aposta nessa modalidade, que agrega importante qualidade no acompanhamento das alternativas penais e tem por intuito amadurecer as instituições nas discussões afetas ao Programa e aos fenômenos criminais.

Adicionalmente, se reitera o quantitativo insuficiente de ações de rede desenvolvidas pela unidade de Belo Horizonte, que realizou 261 das 396 articulações esperadas para o trimestre. Tal aspecto impacta significativamente o desempenho global do indicador, considerando que o município é responsável por 25% da meta do Programa, em virtude de sua magnitude. Essa frente de trabalho permanecerá sendo objeto de intervenção da supervisão para que o desenvolvimento das ações de rede ganhe solidez.

As estratégias para o alcance desse indicador perpassam pela organização de agendas prioritárias dessa frente de trabalho; a construção interna e individual para maior circulação fora das UPCs; e a permanência do investimento nos encontros de rede como espaços de qualificação do cumprimento da PSC.

Isto posto, faz-se necessário aprofundar a análise dos municípios que não contribuíram a contento para o desempenho no referido período.



Belo Horizonte: No presente período avaliativo, a unidade de Belo Horizonte registrou resultados aquém do esperado no que concerne à atuação junto à rede parceira, ao realizar 66% das ações pactuadas, reiterando uma tendência observada em períodos precedentes. Contudo, o trimestre em análise demonstra uma execução discretamente superior em comparação com o desempenho passado, sinalizando um processo de progressão nesta área de atuação.

Os esforços empreendidos para o direcionamento sistematizado do trabalho, implementados por meio de capacitações temáticas sobre a articulação em rede e de supervisões in loco com a equipe técnica feitas no ano anterior, bem como nas supervisões e capacitações direcionadas para a gestão social do município no referido trimestre, favoreceram um incremento no quantitativo de ações efetivadas. Todavia, este aumento ainda se revela insuficiente para alcançar os valores estabelecidos pela meta pactuada.

Evidencia-se que as estratégias propostas e implementadas produzem efeitos positivos, e a reiteração da necessidade de seu aprimoramento e integração orgânica ao cotidiano da equipe e da gestão se faz premente. Atualmente, a gestão social executa espaços de reunião individuais e coletivas que perpassam pelo acompanhamento próximo dessa frente de trabalho técnico, com construção de saídas para os desafios da equipe de modo a atingir valores cada vez mais condizentes com a meta pactuada.

Não se trata, portanto, de um desconhecimento do escopo metodológico que define a articulação em rede como um eixo fundamental das alternativas penais, mas, sim, da necessidade de integrar estas ações de forma indissociável ao calendário de grupos e atendimentos individuais, conferindo-lhes a mesma prioridade e planejamento sistemático.

Betim: A unidade em análise realizou 83% da meta estabelecida, com um total de 75 ações pactuadas. Apesar de ter excedido o número de ações em julho, os quantitativos entregues nos dois meses anteriores foram insuficientes para que a média se mantivesse abaixo do pactuado. Conforme explicitado em análise pregressa neste relatório, o cenário de instabilidade da equipe, caracterizado por uma composição temporária em resposta a legítimas licenças por parte de duas profissionais nesse período, bem como por movimentações devido à demanda espontânea de desligamento, foi necessária a implementação de um regime de trabalho em contingência e isso resultou em uma consequente redução na execução dos diversos eixos de atuação. Nesse contexto, a realização destas ações junto à rede parceira, atividade que inerentemente requer tempo dedicado à elaboração e implementação, foi momentaneamente preterida. Tal medida mostrou-se necessária para garantir, minimamente, a manutenção da porta de atendimento ao público que se apresenta espontaneamente à Unidade, e que inclusive tem excedido o pactuado no indicador 4.1 nesta mesma localidade.

Juiz de Fora e Divinópolis: os municípios executaram, respectivamente, 90% e 96% de sua própria meta. Ressaltase que há, em ambos, um progresso no desempenho quantitativo dessa frente de trabalho se comparado ao período avaliatório anterior, ainda que não tenha alcançado com sucesso suas próprias metas. Tal resultado aponta para a necessidade de organização interna que permita a execução plena no valor esperado para o indicador, e os gestores sociais foram orientados e desenvolvidos sobre o acompanhamento próximo da execução das equipes nessa frente de trabalho.

Importa destacar que, de maneira geral, os demais municípios desempenharam quantitativo que superou suas metas relativas a este indicador (salvo Santa Luzia, que desempenhou 100% de sua meta), o que indica que as intervenções da Supervisão de Prevenção junto aos gestores sociais e equipes vêm surtindo efeito. Noutro giro, destaca-se o desempenho dos municípios citados abaixo por contribuírem para o quase atingimento da meta no referido período.

Barbacena: o município desenvolveu quantitativo que superou em 61% sua própria meta neste trimestre. Tal desempenho está atrelado à manutenção das visitas de monitoramento e leve aumento das articulações junto ao Sistema de Justiça Criminal para diálogo sobre as medidas cautelares e sobre a aplicação de monitoração eletrônica nos casos de medidas protetivas de urgência. Além disso, a equipe ampliou as discussões de caso com a rede de proteção social e permaneceu investindo em encontros de rede.

Vespasiano: o desempenho nas articulações de rede desta Central alcançou valor 47% a mais do que a expectativa pactuada em meta. O município priorizou as visitas nas instituições parceiras que possuem pessoas com alternativa penal realizando prestação de serviços à comunidade, para acompanhamento próximo do cumprimento e compreensão da demanda dos espaços. Também se elevou a participação nos espaços instituídos pela rede, com pautas direta ou transversalmente ligadas ao público do Programa cujos espaços também proporcionam o estreitamento de vínculos entre parceiros e contribuíram para os encaminhamentos de proteção social.



Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais

Indicador nº 4.4 - Percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 18% •	• 5,5% •

Descrição do Indicador

Este indicador objetiva mensurar o percentual de alternativas penais acompanhadas pela CEAPA que encontram-se aguardando encaminhamento para cumprimento por tempo superior a 120 dias. Entende-se como alternativas penais aguardando encaminhamento aquelas que, conforme determinação judicial, foram inscritas (ou deram reentrada) na CEAPA, mas ainda não foram encaminhadas para o cumprimento da alternativa penal, portanto não iniciaram o cumprimento. Conforme a metodologia da CEAPA, as alternativas penais podem se enquadrar nesse "status" ("aguardando encaminhamento") por até 120 dias, prazo no qual a equipe técnica do Programa trabalha questões sociais e de vulnerabilidade com o público, realiza atendimentos de intervenção sobre a responsabilização do caso, e articula possibilidades de encaminhamento para cumprimento da alternativa penal.

Entende-se que, após esse período (a partir do 121º dia), a alternativa penal que ainda não tiver sido encaminhada para cumprimento está incorrendo em alguma dificuldade ou irregularidade, o que vai ensejar uma intervenção mais direcionada.

É preciso ressaltar, entretanto, que é fato que nem todas as alternativas penais serão encaminhadas dentro do prazo estabelecido, a despeito de o programa ter seguido toda a cartilha metodológica e cumprido suas intervenções de forma efetiva. Isso acontece porque o indicador sofre interferências de fatores externos ao programa CEAPA, tais como: necessidade de um tempo para a construção do encaminhamento qualificado objetivando adequar o cumprimento da alternativa penal às possibilidades, condições, interesses, experiências e habilidades do público e com as demandas das instituições da rede parceira do Programa; disponibilidade da rede para recebimento do público iniciar o cumprimento; quórum para formação mínima dos atendimentos grupais; o público-alvo do Programa é composto por pessoas em cumprimento de alternativas penais, portanto existem questões subjetivas, e que mesmo após as intervenções realizadas pela equipe, algumas pessoas não se responsabilizam perante o cumprimento da determinação judicial; vulnerabilidades, riscos sociais ou criminais que não puderam ser minimizados e/ou sanados, mesmo com favorecimento de fatores de proteção, também podem afetar o início do cumprimento; também existem situações em que o princípio da individualização da pena não é cumprido em sua integralidade e a pena ou medida aplicada não é passível de ser cumprida devido à realidade de vida da pessoa.

Isto posto, o cálculo da meta do indicador deve considerar que existem fatores externos sobre os quais o programa pode intervir e contribuir para a minimização, mas não necessariamente eliminar por completo, devido à sua complexidade. Unidade de medida: percentual %

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Fórmula de Cálculo: (número de alternativas penais aguardando encaminhamento para cumprimento fora do prazo de 120 dias após a inscrição ou reentrada / total de alternativas penais acompanhadas no período avaliatório) x 100% Polaridade: quanto menor melhor.

Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Para o ano de 2025, foi incluído um novo indicador no programa Ceapa com o objetivo de mensurar as alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório.

No 26º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que foi de 01/04/2025 a 30/06/2025, foram contabilizadas • 5,5% • alternativas penais ativas aguardando encaminhamento. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 18% •, o objetivo foi alcançado plenamente. Abaixo seguem informações relativas ao indicador em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.



Tabela 13 - Percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório

UPC	ALTERNATIVAS PENAIS AGUARDANDO ENCAMINHAMENTO PARA CUMPRIMENTO FORA DO PRAZO DE 120 DIAS APÓS A INSCRIÇÃO OU REENTRADA	PERCENTUAL DE ALTERNATIVAS PENAIS AGUARDANDO ENCAMINHAMENTO
ARAGUARI	0	0,0%
BARBACENA	0	0,0%
BELO HORIZONTE	31	0,5%
BETIM	6	0,4%
CONTAGEM	949	35,2%
CURVELO	0	0,0%
DIVINOPOLIS	2	0,4%
GOVAL	45	8,0%
IBIRITE	150	13,6%
IPATINGA	1	0,1%
JUIZ DE FORA	6	0,5%
MONTES CLAROS	0	0,0%
POUSO ALEGRE	0	0,0%
RIBEIRÃO DAS NEVES	1	0,1%
SANTA LUZIA	52	5,0%
SETE LAGOAS	0	0,0%
UBERABA	3	0,4%
UBERLÂNDIA	7	0,4%
VARGINHA	40	4,6%
VESPASIANO	7	1,5%
TOTAL	1300	5,6%

Esse indicador, inaugurado em 2025, tem por finalidade aferir o intervalo entre a inscrição (ou reentrada) da pessoa no Programa e o início efetivo do cumprimento da alternativa penal imposta, mensurando o percentual de casos ativos que se mantêm na situação de "aguardando encaminhamento" por período superior a 120 dias. Conforme previsto metodologicamente, esse intervalo é compreendido como mais que adequado para que as equipes técnicas realizem intervenções prévias de responsabilização, avaliação de riscos criminais, articulações com a rede parceira e construção de estratégias que viabilizem o cumprimento qualificado. Portanto, extrapolar esse prazo, indica a presença de entraves que exigem intervenções mais estruturadas e direcionadas, considerando tanto variáveis de ordem interna quanto fatores externos à governabilidade do Programa, como disponibilidade da rede parceira, perfil do público, questões de vulnerabilidades não superadas, entre outros.

No segundo ciclo avaliativo com o indicador em execução, se observa um leve aumento no percentual em relação ao período anterior. Ainda assim, o desempenho segue amplamente satisfatório: a meta estabelecida de até 18% foi alcançada com margem expressiva, vez que foi registrado um percentual de 5,59%. Os dados evidenciam que a maior parte das pessoas atendidas foi encaminhada ao cumprimento de suas respectivas alternativas penais dentro do prazo pactuado no IX Termo Aditivo do Contrato de Gestão nº 002/2019.

Como forma de representar o sucesso na meta desse indicador, se destaca o fato de que dentre as 20 unidades componentes da Ceapa, 8 não registraram qualquer caso acima do limite de 120 dias e outras 4 tiveram somente 1 caso em tal situação. Ademais, se observou esforços significativos de reorganização e aqui se destaca o caso da unidade de Governador Valadares, que apresentou 23% em fevereiro — índice superior ao parâmetro estabelecido. No entanto, seguindo as orientações da Supervisão de Prevenção, foi feita a adoção de medidas corretivas e a atuação focada nos casos pendentes resultou em queda expressiva no índice, que terminou esse trimestre em 0%. Noutro sentido, as unidades de Contagem e Varginha, mesmo que também apresentaram percentuais abaixo do limite pactuado (6% e 7%, respectivamente), seguirão sob monitoramento para prevenir acúmulo de pendências futuras.

A unidade de Belo Horizonte, assim como a unidade de Governador Valadares, apresentou evolução significativa no desempenho, demonstrando avanços relevantes na execução das ações previstas. Essa melhora pode ser atribuída a



maior abertura de vagas em grupos, com a implantação da modalidade aberta e também os direcionamentos postos em capacitações e supervisões para a condução célere ao início do cumprimento e na eficiência na gestão dos casos. Com isso, se acrescido de atuação consistente na rede e monitoramento tempestivo, também será possível observar evolução no índice de cumprimento.

Em contrapartida, a unidade de Ibirité apresentou piora significativa, com o desempenho na meta praticamente dobrando em relação ao período de avaliação anterior, terminando o trimestre com 11%. Este cenário pode ser associado a fatores como a reestruturação da equipe, que leva a maior morosidade nos processos, além de possíveis dificuldades na organização interna. De modo semelhante, a unidade de Santa Luzia apresentou desempenho inferior ao registrado no período anterior (atingiu 6%), acompanhando a tendência negativa observada em Ibirité. Essa queda de desempenho reforça a importância de uma revisão dos processos internos, com foco em otimizar o fluxo de trabalho e fortalecer as estratégias para início célere do cumprimento. Neste sentido, a supervisão da Prevenção, ciente do contexto, pautará a demanda junto às gestões sociais locais e espera-se evolução no próximo período a ser avaliado.

Em síntese, os dados indicam que as unidades vêm se organizando adequadamente para garantir a fluidez entre a inscrição e o início do cumprimento da alternativa penal, assegurando coerência metodológica, aderência aos prazos e qualificação da gestão dos fluxos de trabalho que envolvem esse indicador.

Por fim, destaca-se que já foi realizada uma reunião entre a OS e o OEP para discutir a forma de cálculo deste indicador, resultando em consenso para a elaboração de texto, em Termo Aditivo futuro, que contemplará os ajustes necessários. Conforme acordado, será mais adequado que o denominador considere o número de alternativas penais "aguardando" no último mês de referência do trimestre avaliado, de modo a refletir o status mais atual e real das situações acompanhadas, em vez de utilizar o somatório acumulado ao longo de todo o período. Ressalta-se, entretanto, que a metodologia atualmente adotada não comprometeu significativamente a análise, sendo mantida a lógica para compreensão do cenário de cada unidade.



ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional				
Indicador nº 5.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP				
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório			
• 12.384 • • 12.214 •				
Descrição do Indicador				

O Programa PrEsp busca garantir o atendimento qualificado às pessoas egressas do sistema prisional, enquanto direito assegurado na Lei de Execução Penal e disposto em legislações específicas, tornando extensivo o atendimento aos seus familiares a fim de favorecer o fortalecimento de vínculos de apoio e suporte social.

Os atendimentos são realizados pela equipe técnica do Programa e visam: intervir em fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam favorecer o comportamento de risco e a vitimização; contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e de apoio comunitário; possibilitar e fomentar encaminhamentos para efetivação de direitos e garantias sociais bem como acesso às oportunidades existentes na rede de cada município; promover ações de enfrentamento à estigmatização que recaem sobre pessoas egressas do sistema prisional.

Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pelo Programa:

- 1. Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novas pessoas egressas;
- 2. Atendimentos individuais de pessoas egressas para fins de acompanhamento;
- 3. Atendimentos individuais de familiares de pessoas egressas;
- 4. Atendimentos individuais de pessoas pré-egressas e/ou familiares de pessoas pré-egressas;
- 5. Participação de pessoas egressas em ações grupais realizadas pelo PrEsp que assinaram a lista de presença;
- 6. Participação de pessoas pré-egressas em ações grupais realizadas nas unidades prisionais que assinaram a lista de presença;
- 7. Participação de familiares de pessoas egressas em ações grupais realizadas pelo PrEsp que assinaram a lista de presença;
- 8. Participação de familiares de pessoas pré-egressas em ações grupais realizadas pelo PrEsp que assinaram a lista de presença.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 26º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/04/2025 a 30/06/2025 foram realizados cumulativamente • 12.214 • atendimentos em suas diversas modalidades no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 12.384 •, alcançou-se 98,6% do objetivo. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

			,		
UPC	25° PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
BELO HORIZONTE	854	197	362	289	1702
BETIM	261	142	80	62	545
CONTAGEM	500	177	145	146	968
DIVINÓPOLIS	288	107	140	128	663
GOVERNADOR VALADARES	201	48	62	58	369
IBIRITÉ	227	86	102	73	488
IPATINGA	224	114	94	118	550
JUIZ DE FORA	660	235	241	246	1382
MONTES CLAROS	509	161	150	197	1017
RIBEIRÃO DAS NEVES	468	183	196	158	1005
SANTA LUZIA	365	156	127	132	780

Tabela 14 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP



UPC	25° PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
SETE LAGOAS	473	151	194	192	1010
UBERABA	278	121	83	85	567
UBERLÂNDIA	344	82	146	88	660
VESPASIANO	248	82	85	93	508
TOTAL	5900	2.042	2.207	2.065	12214

O Programa PrEsp busca garantir o atendimento qualificado às pessoas egressas do Sistema Prisional, enquanto direito assegurado na Lei de Execução Penal e disposto em legislações específicas, tornando extensivo o atendimento aos familiares a fim de favorecer o fortalecimento de vínculos de apoio e suporte social.

Os atendimentos são realizados pela equipe técnica do Programa e visam intervir em fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam favorecer o comportamento de risco e a vitimização; contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e de apoio comunitário; possibilitar e fomentar encaminhamentos para efetivação de direitos e garantias sociais bem como acesso às oportunidades existentes na rede de cada município; promover ações de enfrentamento à estigmatização que recaem sobre pessoas egressas do sistema prisional.

Para fins deste indicador serão contabilizados:

- 1. Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novos egressos;
- 2. Atendimentos individuais de egressos em acompanhamento;
- 3. Atendimentos individuais com familiares de egressos;
- 4. Atendimento individual de pré-egresso e/ou familiar;
- 5. Participação de Egressos de cada atendimento grupal realizado pelo PrEsp e assinaram a lista de presença;
- 6. Participação de pré-egressos em atendimentos grupais nas unidades prisionais e assinaram a lista de presença.

Seguindo o movimento esperado do segundo trimestre, houve um crescente na performance do indicador 5.1 - Número Acumulado de Atendimentos, com um crescimento percentual de 7% quando comparado ao resultado global atingido no último período avaliatório. O programa não logrou êxito no alcance global da meta pactuada, mas se aproximou ainda mais dela, tendo realizado 12.214 atendimentos cumulativos entre os meses de janeiro e junho, sendo 6.314 atendimentos somente no último trimestre. Foram 170 a menos que o estipulado para o período, cumprindo, portanto, com aproximadamente 98,6% da meta. Como de praxe, será feita a análise dos municípios que se destacaram no referido trimestre, antes, porém, é importante ilustrar alguns acontecimentos e conquistas relevantes deste período avaliatório.

Neste trimestre, o Presp deu início a duas importantes comissões de trabalho, a de indicadores e a metodológica, com a participação de Gestores Sociais, Analistas Sociais, Estagiários, Supervisão de Prevenção do Elo, Diretoria e Gerência da Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade - SUPEC. Tais comissões marcam um importante momento do programa, uma vez que será possível tanto revisar os indicadores em execução quanto desenvolver um novo indicador de impacto, além de realizar a revisão da metodologia e dos documentos orientadores, para fins de alinhamento com os objetivos, geral e específicos, do PrEsp. Permitindo assim, uma construção do trabalho e avaliação atualizados, assim como um aprimoramento contínuo da execução. Estes grupos de trabalho, considerando os diversos saberes, qualificam a execução da política pública para que estejamos cada vez mais alinhados com as necessidades sociais coletivas e as demandas do público atendido.

O presente período avaliatório foi marcado também por algumas mudanças significativas e o início do desenvolvimento de uma entrega importante por parte da Organização Social. O trimestre foi notável pela reestruturação do organograma da Organização Social, com a convolação das antigas Supervisão Metodológica e Supervisão da Gestão no novo cargo de Supervisão de Prevenção. Tal alteração se deu objetivando uma maior assertividade e centralidade na gestão das Unidades de Prevenção Social à Criminalidade atuante nos diferentes municípios do estado. Com três meses de desenvolvimento do novo formato já foi possível notar alguns efeitos positivos, como a maior velocidade na condução dos processos de trabalho, bem como uma maior autonomia na tomada de decisão pelos Gestores Sociais das respectivas unidades.

Além disso, a Organização Social iniciou no mês de junho o desenvolvimento do software do programa PrEsp, em parceria com uma empresa especializada, uma importante entrega do ano de 2025, a qual proporcionará, após sua conclusão, uma



sistematização e concentração das informações do programa em um único registro. Pretende-se fazer o uso da tecnologia para aprimorar os processos e fluxos da gestão do conhecimento, tornando-a mais segura, prática e sustentável. Após a essencial e breve contextualização, parte-se, então, para a análise dos destaques do trimestre para o indicador 5.1 - Número Acumulado de Atendimentos.

Assim como no trimestre anterior, Ribeirão das Neves e Contagem se sobressaíram com os resultados alcançados no indicador 5.1, tendo superado a marca do período avaliatório passado. O município de Neves tem apresentado uma constante no desenvolvimento de ações para a superação do indicador de atendimentos do programa, tendo buscado o desenvolvimento de importantes iniciativas locais com o público egresso e pré-egresso. Com o crescimento de aproximadamente 18% com relação aos resultados obtidos no trimestre anterior, que, destaca-se, já havia alcançado 118% da meta pactuada, Ribeirão das Neves tem protagonizado intervenções criativas com o público e projetos de impacto significativo para o público pré-egresso. Com relação às ações com o público pré-egresso, a Gestão Social do município instituiu importantes articulações no trimestre, as quais buscaram ampliar as intervenções da equipe técnica para outras 2 unidades prisionais, para além das 3 unidades em que a equipe já atuava. O resultado foi a ampliação do alcance do público pré-egresso no município, tendo saído de 104 frequências de pré-egresso, no primeiro trimestre, para 171 frequências de pré-egressos em atividades desenvolvidas dentro das unidades prisionais, com um crescimento de mais de 64%.

Importante destacar ainda que o município retomou a execução do Projeto Construindo a Liberdade, ação desenvolvida com o público pré-egresso, tendo enquanto marco a sua metodologia específica que combina, numa proposta de intervenções contínuas, atividades coletivas reflexivas com atendimentos individuais ao público, permitindo, assim, que a equipe trabalhe, a partir da escuta qualificada e da história de vida de cada pré-egresso, a sua saída da unidade prisional, bem como a retomada dos laços, o acesso a rede e aos direitos básicos.

Outro município que se consolidou no primeiro semestre, tendo ultrapassado em todos os meses a meta pactuada para o indicador 5.1 é o município de Contagem. O município atingiu 118% da meta pactuada no contrato de gestão, tendo sido um dos destaques do mês de abril, com 177 atendimentos. No referido trimestre, Contagem apostou na construção das ações coletivas, tendo executado 14 grupos, com egressos, pré-egressos e seus familiares, alcançando 148 participações em atividades coletivas e reflexivas. Além disso, a Gestão Social do Elo no município tem cuidado para que a equipe mantenha a rotina de acompanhamento sistemático dos casos, com a consolidação das rotinas de provocação dos usuários para retorno, controle que é feito a partir dos instrumentais do programa, e que permite uma efetividade maior dos atendimentos.

Ibirité e Ipatinga tiveram avanços significativos comparados ao período anterior, respectivamente 13% e 25% de elevação no percentual em relação aos resultados obtidos no período avaliatório passado. Ponto em comum entre os dois municípios foi a retomada das ações com o público pré-egresso, seja com atividades coletivas ou atendimentos individuais. Ibirité realizou três grupos de apresentação com o público pré-egresso no Ceresp de Betim. Esta construção foi possível a partir de uma análise dos municípios limítrofes, em que a entrada da equipe do município de Betim foi reavaliada, considerando as demais Unidades Prisionais de abrangência. Importante ressaltar tal retomada, uma vez que o Presídio Regional de Ibirité foi desativado em julho/2024. Desde então, Diretoria, Supervisão de Prevenção e Gestão Social buscaram estratégias para o alcance do público pré-egresso. Ainda, nota-se a qualidade do acompanhamento prestado aos egressos ao analisarmos os casos arquivados no trimestre, onde 18 destes foram arquivados com o status de "Alcance dos Objetivos do Plano de Acompanhamento do Egresso" (PAE). Fato que evidencia o cuidado quanto a temporalidade das intervenções e a importância de implicar o público atendido e a rede de proteção em todas as fases do desenvolvimento PAE.

Ipatinga iniciou a execução do projeto Construindo a Liberdade no presídio feminino de Timóteo, com a adesão satisfatória das pré-egressas. Ao todo foram 13 participações em atividade coletiva e 12 atendimentos individuais. Para além do projeto Construindo a Liberdade, foram realizadas duas atividades coletivas com pré-egressos na Penitenciária Dênio Moreira de Carvalho, com o alcance de 41 participações. O alcance do público feminino representa um desafio significativo para o programa, considerando que marcadores sociais como gênero e raça impactam profundamente a experiência prisional e o processo de inclusão social. Mulheres pré-egressas e egressas frequentemente enfrentam desafios adicionais decorrentes da interseccionalidade desses marcadores, o que as torna ainda mais vulneráveis à exclusão social. Apesar dessas barreiras, o município alcançou a participação de 61 mulheres, em ações desenvolvidas de forma individual e/ou coletiva. Com o público no geral, o município realizou cerca de 46% a mais de atendimentos comparado ao último período avaliatório analisado.

Belo Horizonte, embora não tenha alcançado a meta trimestral global estipulada para este indicador, apresentou avanços na construção e organização do trabalho, tendo superado a meta no mês de maio, onde atingiu a marca de 362 atendimentos realizados. Tal processo se dá em virtude do trabalho de reorganização da equipe e das frentes de atuação pela nova Gestão Social do Elo, que tem pautado e direcionado a equipe para a retomada de todas as atividades estratégicas



e assertivas do programa. Foi possível retomar 7 atividades coletivas desenvolvidas pela equipe, combinando atividades realizadas na UPC, no sistema prisional e nos equipamentos da rede parceira, processo esse que facilita o alcance ao público nas diferentes localidades e nas diferentes situações que se encontram. É válido ressaltar ainda o trabalho que a equipe tem desenvolvido com o público feminino no programa, com a realização de 78 atendimentos a mulheres egressas e 52 atendimentos a mulheres pré-egressas neste trimestre.

Noutro rumo, Governador Valadares e Uberaba têm enfrentado constantes desafios no alcance do indicador de atendimentos, o primeiro teve uma queda de 23% com relação ao resultado obtido no último trimestre, período em que também não foi possível lograr êxito no alcance da meta estabelecida. A equipe de Governador Valadares junto da Gestão Social do município tem pensado na estruturação de uma estratégia a fim de aumentar o acesso do público ao programa, através do número de encaminhamentos realizados pelos equipamentos da rede. Apesar de ser identificado um empenho para o fortalecimento dessa frente, o resultado ainda é muito tímido, sendo que a forma de chegada do público ao programa pela rede é de apenas 16%, contra 80% de chegada espontânea e 4% remanescente dos casos de reabertura.

O município, que tem enfrentado uma baixa sistemática neste indicador, tem apostado em construções com a rede institucional, tendo aumentado em mais de 50% o número de atividades de articulação de rede no território. A construção tem como finalidade levar ao conhecimento dos técnicos de outros serviços e instituições a existência do programa, bem como evidenciar a importância de realizar encaminhamentos para o acompanhamento posterior do público pelo PrEsp. Outrossim, a Gestão Social do Elo está fomentando e estimulando a porta de entrada através das unidades prisionais do município, frente de atuação de suma importância para a chegada do público egresso.

A Supervisão de Prevenção do Elo tem fortalecido a Gestão Social na construção de alternativas de intervenções no município, estimulando a troca com outras Gestões Sociais de municípios que passaram por processos similares ao de Governador Valadares, a fim de revisar as práticas da equipe técnica e estimular o desenvolvimento de novos repertórios na construção dos processos de trabalho. Por fim, a equipe junto da Gestão Social tem buscado meios de disseminar a informação e o conhecimento sobre os serviços que o programa oferta no município, estando inclusive em fase de planejamento de ações conjuntas com a Universidade, a fim de construir um podcast informativo, em parceria com um dos projetos de extensão dos cursos de comunicação e jornalismo, o que tem sido cuidado e acompanhado também pela Supervisão de Prevenção.

Já Uberaba alcançou 73% da meta de 396 atendimentos pactuados para o trimestre, 17% abaixo do percentual alcançado no trimestre passado. Dos 289 atendimentos realizados no mês, 30% foram de participação em atividades coletivas em espaço de audiência admonitória, número significativo comparado às demais modalidades de atendimento. Esta constatação demonstra a importância da permanente articulação com o poder judiciário, para manutenção, avaliação e fortalecimento desta parceria.

Evidencia-se a necessidade da ampliação das portas de entrada no município, com intuito de maior alcance do público e aumento dos atendimentos. Neste sentido, Gestão Social e equipe técnica vem construindo estratégias como a manutenção do fluxo de mobilização de rede e a realização de grupos de apresentação e reflexivos com a participação do público egresso e familiares de egressos.



			Sistema Prisional

Indicador nº 5.2. Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório

Meta do período avaliatório

80%

Resultado do período avaliatório

86%

Descrição do Indicador

O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp – tem por objetivo favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de pessoas egressas do sistema prisional, minimizando vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento.

Para o alcance desse objetivo torna-se necessário a construção de um vínculo do Programa com as pessoas egressas atendidas, já que as intervenções realizadas dependem de um conjunto de atendimentos continuados. Dessa forma, este indicador visa avaliar o percentual de retorno do público atendido ao PrEsp.

Para fins desse indicador, considera-se o número de retorno para atendimento no PrEsp das pessoas egressas após a realização da sua inscrição. Para cálculo desse indicador não serão considerados os atendimentos feitos a familiares de pessoas egressas ou de pessoas pré-egressas.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 26º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/04/2025 a 30/06/2025 2024 o percentual de adesão dos egressos atendidos pelo PRESP foi • 86% •. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 80% •, a meta foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 15 - Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório

UPC	№ TOTAL DE ATENDIMENTOS DE RETORNO	№ TOTAL DE ATENDIMENTOS DE EGRESSOS	% DE VINCULAÇÃO
BELO HORIZONTE	592	701	84%
BETIM	133	154	86%
CONTAGEM	257	304	85%
DIVINOPOLIS	82	110	75%
GOVAL	77	91	85%
IBIRITE	193	203	95%
IPATINGA	168	211	80%
JUIZ DE FORA	467	499	94%
MONTES CLAROS	303	390	78%
RIBEIRÃO DAS NEVES	313	340	92%
SANTA LUZIA	281	322	87%
SETE LAGOAS	298	323	92%
UBERABA	135	157	86%
UBERLÂNDIA	132	168	79%
VESPASIANO	125	145	86%
TOTAL	3556	4118	86%

O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp – tem por objetivo favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de egressos do Sistema Prisional, minimizando as vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento.

Para tanto, os analistas responsáveis precisam construir uma vinculação do egresso do Sistema Prisional ao PrEsp, justamente porque as intervenções do referido Programa dependem de um conjunto de atendimentos continuados. Dessa forma, este indicador visa avaliar a vinculação do público ao PrEsp.

Para fins deste indicador, considera-se vinculado o egresso que retorna ao PrEsp após a sua inscrição. Para cálculo desse indicador não serão considerados os atendimentos de familiares ou de pré-egressos.



O indicador 5.1, que avalia o percentual de adesão do público inscrito, manteve no segundo período avaliatório de 2025 o mesmo desempenho do primeiro - 86%. Esse resultado evidencia uma estabilidade nos índices de adesão entre os 15 municípios responsáveis pela execução do programa. Ao todo foram realizados aproximadamente 3.556 atendimentos de retorno. Dentre os municípios, 12 apresentaram percentuais entre 80% e 95%, enquanto o menor índice, não tão distante da meta, foi registrado em Divinópolis com 75% de adesão.

Ainda no referido trimestre, no mês de abril, a Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN, em parceria com os Institutos Federais e Universidades Públicas, iniciou o ciclo II do Projeto Alvorada, com previsão de término para novembro de 2025. Para este ciclo o curso ofertado é de "Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão". Com uma proposta de atuação ampliada e integrada para inclusão social e produtiva de pessoas egressas do sistema prisional, foram ofertadas 30 vagas para cada município contemplado. Considerando a área de abrangência do PrEsp, foram contemplados os egressos e seus familiares de Belo Horizonte e região metropolitana, Uberlândia e Montes Claros, totalizando um alcance de 90 pessoas nesse primeiro momento.

A parceria com o PrEsp, para além do encaminhamento do público egresso, conta com os grupos de acompanhamento e a construção de atendimentos de retorno, realizados pelas equipes técnicas do programa, visando não só a inserção, mas também o acompanhamento do público para além do período de execução do projeto. Abaixo, apresentamos análises complementares relativas ao indicador 5.2.

Ribeirão das Neves novamente se destaca para o alcance da meta do indicador 5.2 - Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp, perfazendo uma média trimestral de aproximadamente 92% de adesão do público, cumprindo com 116% da meta pactuada no contrato de gestão. O município se destacou no presente período avaliatório por ter alcançado a maior marca de todo o ano no mês de junho, entre todos os municípios, tendo atingido 98% de adesão no referido mês. Tal resultado apenas confirma a estabilidade de Ribeirão das Neves na realização de um acompanhamento qualificado, o qual se estrutura a partir do processo de vinculação e dos retornos sistemáticos e provocados do público.

Com 313 atendimentos de retorno no trimestre, Ribeirão das Neves foi capaz de condensar intervenções em atendimentos individuais com a execução de 11 atividades coletivas no processo de acompanhamento do público no município, sendo que 03 delas foram executadas na própria Unidade de Prevenção à Criminalidade, com a participação de 39 pessoas, reforçando a vinculação do público às propostas interventivas e à construção do trabalho da equipe. Além disso, em virtude de uma articulação conduzida pela Gestão Social da unidade, no mês de junho houve uma importante ação coletiva, também realizada no espaço da Unidade de Prevenção Social à Criminalidade, com o público pré-egresso de uma das unidades prisionais, onde foi possível iniciar um trabalho reflexivo e de preparação com aqueles que estão próximos de sua saída do sistema prisional.

O fortalecimento do vínculo com o público é essencial para o alcance dos objetivos do programa, pois garante maior adesão às ações propostas e às intervenções realizadas pela equipe técnica. Um reflexo desse comprometimento é o expressivo índice de 92% de adesão alcançado no município de Sete Lagoas. No período analisado, foram realizados 298 atendimentos de retorno, com uma média de 99 por mês. Em comparação com o trimestre anterior, observa-se um aumento de 52 retornos, o que representa um crescimento médio de 21%. O município de Juiz de Fora registrou o segundo maior número de atendimentos de retorno no período avaliado, totalizando 462, com uma taxa de adesão de 94%. Esses resultados estão diretamente relacionados à manutenção do vínculo dos egressos com o programa e ao desenvolvimento efetivo do PAE.

Montes Claros alcançou 97% da meta esperada para o indicador 5.1. No entanto, o município se destaca pelo expressivo número de inscrições: foram 87 novas inscrições no trimestre. Desses 87 novos egressos, 26 tiveram a forma de chegada a assinatura, 25 foram encaminhados pela rede e 38 chegaram de forma espontânea. Esses dados evidenciam que, embora o município ainda permaneça com a coleta trimestral de assinaturas, a manutenção do alto número de inscrições não se restringe a esse fator. A equipe técnica tem se organizado para garantir a execução de todas as frentes de trabalho, assegurando qualidade no atendimento aos que acessam o programa pela primeira vez. O município foi contemplado com a execução do Projeto Alvorada – Ciclo II, o que demanda a realização de atendimentos de retorno para o acompanhamento próximo dos casos encaminhados. No último trimestre, Montes Claros realizou 303 atendimentos de retorno, com o objetivo de oportunizar uma escuta qualificada, favorecendo a construção de estratégias para a superação das vulnerabilidades.

Já o município de Divinópolis teve uma pequena queda na performance do indicador 5.2 quando comparado ao primeiro trimestre do ano corrente, tendo decrescido em 9% e ficado abaixo do esperado para este indicador no presente período avaliatório. Divinópolis cumpriu com 92% da meta global pactuada para o trimestre. Apesar do cenário apresentado, a



Gestão Social e equipe técnica do Elo tem conseguido construir com clareza estratégias para contornar a situação, tendo apostado na construção e no fomento de ações coletivas, diante de uma redução da circulação do público na unidade. Só no mês de maio, a equipe executou 12 atividades coletivas, totalizando, somado aos atendimentos individuais, 140 atendimentos e 11 novas inscrições no programa, maior quantitativo alcançado no ano.



Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional

Indicador nº 5.3. Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional

<u> </u>			
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório		
• 1.360 •	• 1.485 •		

Descrição do Indicador

O PrEsp desenvolve diversas atividades de mobilização da rede de apoio em cada município e entidades privadas com ou sem fins lucrativos, no sentido de sensibilizar sobre a pauta da inclusão social de pessoas egressas do sistema prisional, assim como para criar fluxos de encaminhamentos para o atendimento de pessoas egressas nos diversos serviços e projetos sociais existentes.

Para fins desse indicador, são consideradas atividades de mobilização:

- 1. Reuniões realizadas para construção de fluxos de encaminhamento do público atendido;
- 2. Reuniões realizadas com entidades da rede de proteção social para discussão de casos;
- 3. Número de participação em conselhos, encontros ou outras atividades já desenvolvidas pela rede parceira em cada município;
- 4. Reuniões realizadas para o fomento de ações de profissionalização e empregabilidade de pessoas egressas do sistema prisional e/ou seus familiares;
- 5. Reuniões realizadas em unidades prisionais para fomentar a realização de ações conjuntas e/ou o encaminhamento do público quando este adquire o direito à liberdade;
- 6. Articulações realizadas em encontros de rede promovidos pelo Programa.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 26º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/04/2025 a 30/06/2025 foram realizadas cumulativamente • 1.485 • atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do sistema prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 1.360 •, o objetivo foi alcançado integralmente (9,1% acima do estabelecido). Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atividades em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

Tabela 16 - Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional

UPC	25° PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
BELO HORIZONTE	47	15	30	23	115
BETIM	41	15	15	17	88
CONTAGEM	41	19	18	15	93
DIVINOPOLIS	41	17	16	16	90
GOVAL	27	13	14	15	69
IBIRITE	96	20	15	16	147
IPATINGA	27	15	15	16	73
JUIZ DE FORA	51	21	24	22	118
MONTES CLAROS	48	15	19	22	104
RIBEIRÃO DAS NEVES	53	20	29	23	125
SANTA LUZIA	70	15	20	15	120
SETE LAGOAS	50	20	20	17	107
UBERABA	37	13	16	16	82
UBERLÂNDIA	31	19	15	16	81
VESPASIANO	40	12	10	11	73
TOTAL	700	249	276	260	1485



O PrEsp desenvolve diversas atividades de mobilização da rede de apoio em cada município e entidades privadas com ou sem fins lucrativos, no sentido de sensibilizar sobre a pauta da inclusão social de egressos do sistema prisional, assim como para criar fluxos de encaminhamentos para o atendimento de egressos nos diversos serviços e projetos sociais existentes.

Para fins deste indicador, deverão ser contabilizados:

- 1) Encontros com entidades públicas ou privadas sem fins lucra Dvos para construção de fluxos de encaminhamento de egressos;
- 2) Reuniões com entidades da rede de proteção social para discussão de casos;
- 3) Número de participação das equipes do PrEsp em conselhos, encontros ou outras atividades já desenvolvidas pela rede em cada município;
- 4) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa;
- 5) Encontros com entidades públicas e privadas para fomentar ações de profissionalização e empregabilidade de egressos.
- 6) Visitas em unidades prisionais.

Análise geral do trimestre considerando os fatores que interferem no alcance ou não da meta

No período avaliado a meta pactuada foi superada, com a realização de 785 atividades de mobilização de rede, o que corresponde a 111% do previsto. Com exceção dos municípios de Divinópolis, Ibirité, Santa Luzia, Sete Lagoas, Uberaba e Vespasiano que, embora tenham alcançado o quantitativo estipulado, não superaram o quantitativo do último trimestre, todos os demais apresentaram desempenho superior. Esse resultado reflete não só o fortalecimento progressivo das estratégias de articulação intersetorial, mas também o comprometimento das equipes na consolidação de uma rede ativa e sensível às demandas do público egresso. A intensificação das ações de mobilização tem possibilitado uma maior integração entre os serviços, favorecendo encaminhamentos mais assertivos.

Em alguns municípios, essa intensificação ocorre em contextos que exigem realinhamentos, seja em razão da rotatividade de profissionais, seja pela dificuldade de alguns atores em se comprometerem com a pauta da inclusão social da pessoa egressa. Ainda assim, as equipes têm demonstrado capacidade de adaptação, encontrando alternativas para manter ativa a mobilização da rede e assegurar a continuidade das ações. Esse cenário evidencia a responsabilidade institucional que vem sendo construída nos municípios, mesmo diante das adversidades. O engajamento das equipes técnicas, aliado ao suporte da Gestão Social e Supervisão de Prevenção, tem sido fundamental para a manutenção da qualidade das ações e para o fortalecimento da corresponsabilidade entre os diversos atores e serviços da rede. Seguem, abaixo, análises complementares

Governador Valadares, em contraposição ao cenário apresentado no indicador de atendimentos e em franca evolução quando comparado ao resultado apresentado no trimestre anterior para o indicador 5.3, avança no tocante aos resultados obtidos com a rede. O município executou 42 ações de mobilização de rede no referido trimestre, contra apenas 27 execuções no trimestre anterior, fruto de um planejamento estratégico de aproximação das instituições que desconhecem o programa no município e de repactuação com os parceiros institucionais que são essenciais à execução do trabalho do PrEsp, o que culminou no alcance da meta estabelecida para este indicador. Do total de ações de mobilização de rede, 28 foram para a construção de fluxos de encaminhamento do público atendido, o que demonstra a preocupação da equipe e Gestão Social em aproximar das instituições parceiras do município a fim de favorecer a leitura sobre a circulação do público egresso e seus acessos no município.

Uberlândia, do mesmo modo, alavancou os resultados no tocante ao desenvolvimento da frente de trabalho com a rede no município, saindo de 31 mobilizações de rede no último período avaliatório para 50 ações no presente trimestre, o que representa um crescimento expressivo de mais de 60% de um período para o outro, logrando êxito no alcance da meta pactuada. Há de se destacar que o desenvolvimento de tais ações se dá em virtude da condução dos processos rotineiros de trabalho, mas se relaciona também com a modificação da referência da Gestão Social no município do programa, em virtude de um remanejamento da antiga gestora para outro programa. Sendo assim, com a recente chegada e, diante da necessidade de estabelecimento de novos fluxos com os equipamentos da rede, Uberlândia desenvolveu um trabalho significativo no tocante à construção e tentativa de pactuação com as redes setoriais no município.

Os municípios de Betim e Ipatinga, que não haviam alcançado a meta do indicador 5.3 no primeiro trimestre, conseguiram superá-la neste período avaliatório. Betim realizou 47 ações de rede neste período, em comparação com 41 no período anterior. Já Ipatinga passou de 27 para 46 ações no mesmo intervalo. Betim realizou importantes reuniões para construção de fluxos de encaminhamento do público, com discreto avanço em espaços de discussão de caso com a rede parceira. Já



Ipatinga com destaque para o projeto o Projeto "Educar Reinserir e Prevenir", em execução, o qual tem o objetivo de promover a reinserção social e prevenção da reincidência criminal de pessoas egressas do sistema prisional, por meio do aumento da escolaridade e melhora na empregabilidade, incentivando a participação no Exame Nacional para Certificação de competências de Jovens e Adultos (Encceja), Gestão Social e equipe técnica mobilizaram a rede parceira para garantir o melhor acolhimento ao público atendido, onde foi articulado junto ao Centro de Atenção ao Cidadão (CAC), um suporte específico aos egressos no momento da inscrição. Os professores voluntários foram indicados pela equipe do programa, que gentilmente se dispuseram a contribuir com seus conhecimentos. Em parceria com o Conselho Comunitário de Segurança Pública (CONSEP), foram obtidos os materiais necessários — lápis, borracha, caneta e caderno. Para a oferta de um café da manhã, foi realizada uma articulação com o Banco de Alimentos Municipal. Ao todo, serão ministrados seis "aulões" aos sábados, com o objetivo de favorecer uma maior adesão dos participantes.

A articulação entre as redes parceiras fortalece a integralidade do atendimento ao público egresso do sistema prisional. Por meio de ações integradas, torna-se possível tanto construir um acompanhamento mais qualificado, quanto ampliar o acesso a serviços e garantir encaminhamentos mais assertivos. Para além disso, essa cooperação entre redes contribui para a construção de novas trajetórias e o rompimento de ciclos de vulnerabilidade, promovendo responsabilização, acolhimento e oportunidades.



ÁREA TEMÁTICA: PROJETO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

Contextualização Geral dos Indicadores:

CEAPA

Este relatório apresenta a análise dos resultados referentes exclusivamente ao mês de abril de 2025, período em que o Projeto aqui em análise foi oficialmente encerrado no último município em execução, Pouso Alegre. A partir do mês subsequente, a unidade passou a integrar o IX Termo Aditivo como CEAPA, alinhando seus indicadores e metas às diretrizes desse programa, conforme previsto no escopo contratual.

Cabe destacar que, embora as metas alcançadas no mês final tenham apresentado valores moderados, este resultado deve ser interpretado no contexto do histórico consolidado de mais de dois anos de execução exitosa do Projeto neste município, com impactos positivos e consistentes nos indicadores e práticas relacionadas à prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres, bem como à responsabilização de homens autores dessas violências.

O processo de encerramento se dá sobre um legado de sucesso, marcado pela efetividade das ações desenvolvidas e pela capacidade de transição para o Programa CEAPA, garantindo a continuidade das políticas públicas voltadas à prevenção da violência e alternativas penais.

PMC

Neste trimestre, o Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, gerido pelo recurso FUNEMP no município de Pouso Alegre, encerrou suas atividades, e, por isso, não foi registrado atendimentos ou intervenções com a rede, uma que a equipe estava finalizando a organização das fichas e instrumentais utilizados ao longo dos dois anos de execução e confecção de relatório de encerramento. Sendo assim, destaca-se a seguir, de forma sucinta, a trajetória do programa desde sua implementação até o encerramento das suas atividades.

O PMC iniciou suas atividades no município de Pouso Alegre em 20 de março de 2023, com a elaboração de um diagnóstico territorial aprofundado pela equipe técnica, que incluiu análises qualitativas sobre a conjuntura socioterritorial e entrevistas semiestruturadas com referências comunitárias e representantes de serviços públicos locais. O objetivo era compreender as demandas sociais, identificar as vulnerabilidades do município e mapear serviços disponíveis para atuação em rede na prevenção da violência de gênero. Embora tenham sido levando quatro bairros como prioritários para intervenções, os resultados apontaram o bairro São Geraldo como o território com maior vulnerabilidade social, alta incidência de violências e homicídios e carência de políticas públicas estruturadas. A partir dessa análise, o PMC estruturou suas estratégias de intervenção focadas em três eixos principais: segurança cidadã, mediação comunitária e enfrentamento à violência contra as mulheres. Ao longo do diagnóstico realizado foi observada a baixa participação social, diante da ausência da garantia de direitos, dificultando a responsabilização do poder público, e limitando as ações ao campo do assistencialismo e solidariedade.

Também foi observado pela equipe ao longo do processo diagnóstico, uma intensa desarticulação entre os coletivos e lideranças, que demonstraram divergências, afastando e individualizando suas mobilizações e intervenções. Somando-se a isso, foi observado uma baixa mobilização social, o que culminou em um descrédito do poder público, com relatos de perseguição política e boicote nas ações.

Além disso, durante o processo diagnóstico a equipe realizou diversas visitas territoriais em que foi possível construir uma vinculação com o território do bairro São Geraldo gradativamente, visando conhecer referências comunitárias, conhecer a rede formal e informal existente no território, bem como compreender as dinâmicas social das violências e criminalidades que perpassavam o território.

O panorama inicial da rede institucional ali existente revelava um afastamento significativo entre as instituições e serviços, marcado pelo desconhecimento mútuo sobre o funcionamento de cada serviço. A situação era agravada pela ausência de um fluxograma que orientasse a atuação integrada e coordenada, resultando em uma setorialização do trabalho. Segundo a equipe, haviam muitos estigmas relacionados ao tema da violência contra as mulheres que permeavam a visão de muitos trabalhadores, o que contribuía para a ocorrência de situações de revitimização das mulheres atendidas. Assim, foi observado dificuldades de inserção das mulheres em situação de violência doméstica à rede institucional, tendo em vista que muitos relatos sinalizaram violências institucionais e revitimização.



A partir da leitura inicial propiciada pelo diagnóstico, a equipe passou a investir esforços em vários seguimentos, como reuniões de rede, atendimento das mulheres em situação de violência doméstica e fomento a organização comunitária. Nesse contexto, a equipe teve a iniciativa de fomentar reuniões mensais com a rede, visando a aproximação com esses atores, de modo a construir um espaço participativo, descentralizado e intersetorial. Desse modo, os encontros contaram com a presença de servidores da rede pública, representantes da sociedade civil e dos movimentos sociais.

A progressão do trabalho desenvolvido trouxe impactos significativos na prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres, tanto por meio do aumento do número de atendimentos individuais, quanto de atendimentos em atividades coletivas. Dessa forma, foram realizadas ações de prevenção à violência, por meio de rodas de conversa, dinâmicas, exibições de filmes, grupos de discussão e outros eventos comunitários, sendo possível engajar a população de forma mais ativa e inclusiva. Essas atividades criaram oportunidades para a sensibilização sobre a violência de gênero, promovendo reflexões e disseminando informações essenciais sobre o tema, levando ao aumento da divulgação do PMC entre a população.

O fortalecimento da rede teve como objetivo fomentar a participação ativa dos equipamentos com a temática e estabelecer fluxos de atuação e encaminhamentos efetivos. Esse processo envolveu a sensibilização da rede sobre a violência contra a mulher, no que concerne ao acolhimento, manejo, intervenções e encaminhamentos, para o atendimento integral das mulheres. Dessa forma, os encontros mensais de rede buscaram a discussão e reflexão sobre a manifestação das violências contra as mulheres no município. Estes encontros também foram marcados por oscilações na participação dos integrantes. Embora houvesse a ausência de equipamentos importantes nessas reuniões, progressivamente outros representantes participaram com engajamento das reuniões.

Estes espaços contribuíram para diversas mobilizações coletivas e proporcionaram discussões de caso trazidos pelos serviços, visando analisar estratégias de atuação. Esta proposta demonstrou-se enriquecedora para os encontros de rede e propulsora da corresponsabilidade de atuação nos casos ilustrados como papel da rede intersetorial e não somente de um equipamento.

A construção e o fortalecimento de espaços de articulação entre os serviços públicos e a sociedade civil se mostrou como um dos avanços mais significativos no Programa Mediação de Conflitos (PMC) no município de Pouso Alegre. A rede mista, que envolve uma diversidade de atores dos serviços públicos e da sociedade civil, desempenha um papel crucial no aprimoramento do atendimento a mulheres em situação de violência, possibilitando uma coordenação mais eficiente e eficaz nas ações de enfrentamento à violência de gênero, refletindo diretamente na padronização dos atendimentos e no aprimoramento dos encaminhamentos para as mulheres que buscam atendimento.

A implementação do PMC, envolveu o conhecimento e a integração das mobilizações já ativas no território. Assim, o processo de diálogo e aproximação com movimentos sociais, coletivos e referências comunitárias foi fundamental para a leitura da dinâmica territorial. Dessa forma, buscou-se compreender as dinâmicas e desafios enfrentados pelos movimentos sociais e conhecer suas percepções, garantindo que a construção da política pública se alicerce na pluralidade de vozes da comunidade.

Diante da implantação do programa no município, foi preciso a elaboração de estratégias de divulgação permanentes, que favorecessem o acesso da população à política. Para isso, a articulação com as referências comunitárias, o diálogo com moradores e a circulação pelo território disseminou e possibilitou multiplicadores do programa e das práticas da segurança cidadã pelos atores sociais nos bairros. Além disso, o contato direto da equipe com a população no território contribuiu para o acesso ao programa e atendimentos itinerantes.

Com a intensificação das circulações territoriais, a equipe pôde utilizar diferentes estratégias para vinculação aos moradores do bairro São Geraldo. Sendo que, a estratégia que demonstrou maior efetividade, foi a vinculação à determinada praça do bairro, que possibilitou a aproximação de referências comunitárias ainda não conhecidas pela equipe. Além de ampliar a compreensão da dinâmica social das violências e criminalidade do território, também permitiu divulgar a atuação do Programa Mediação de Conflitos, aproximando a comunidade da política pública e promovendo a construção de ações em conjunto com as referências comunitárias e outros moradores.

As leituras realizadas pela equipe sobre a dinâmica territorial, demonstraram a necessidade do aprofundamento na temática com a rede institucional e comunitária, visando construir ferramentas teórico-práticas para a atuação dos profissionais, evitando a revitimização e subnotificação dos casos no território. Com isso, o PMC realizou ações em rede, visando construir estratégias e elaborar intervenções de modo compartilhado e que contribuam para a melhoria e efetividade do trabalho e visibilidade da temática no município.

Visando a articulação com as referências comunitárias e movimentos sociais, foi necessário pensar ações articuladas com as demandas dos territórios. Com intuito de construir estratégias em conjunto da população, fortalecer o acesso aos



direitos e fomentar a mobilização social. Sendo fundamental o fortalecimento da relação com a rede informal, através dos coletivos e referências identificadas ao longo do trabalho.

A articulação com a rede mista, também possibilitou a realização de vários projetos, dentre eles o Projeto "Resgate do Brincar", que foi uma atividade pensada para inclusão das mulheres e crianças do bairro, uma vez que, grande parte das demandas levantadas voltavam-se para a sobrecarga do papel de cuidado exercido pelas mulheres. Assim, houve a realização de uma roda de conversa sobre o papel do cuidado e seus impactos às mulheres. A parceria com coletivos e movimentos sociais, possibilitou a articulação e organização do evento, que promoveu visibilidade da temática, além de aproximação do público atendido. Essa ação teve resultados positivos na vinculação com os moradores do bairro, que foi reproduzido novamente no ano seguinte, com a parceria da Secretaria de Saúde, Secretaria de Políticas Sociais e referências comunitárias do território.



Projeto Resgate do Brincar 2025

O PMC também se destacou pela promoção de eventos comunitários que buscam estimular a ocupação dos espaços públicos e fortalecer os laços de solidariedade entre os moradores. Iniciativas em parceria com o projeto "Cine Rua", que visa proporcionar momentos de lazer, cultura e integração social para a população, de promover o acesso à cultura, serve como um ponto de encontro para os moradores, fortalecendo o sentimento de pertencimento e comunidade. As ações foram articuladas com os moradores, que escolheram o filme e mobilizaram a comunidade para participação. O retorno foi extremamente satisfatório e fortaleceu a credibilidade do programa no território. A ação demonstrou a importância do lazer e cultura na comunidade para as crianças, jovens e adultos, para pensar sobre o direito ao acesso à cidade, lazer, cultura e segurança pública cidadã.

O Programa de Mediação de Conflitos (PMC) desempenhou um papel crucial na organização comunitária e na ampliação da participação popular, especialmente no que diz respeito à conscientização sobre os direitos e deveres da população. Através de uma série de iniciativas voltadas à inclusão e à emancipação das comunidades locais, o PMC contribuiu para fortalecer e incentivar a participação ativa na construção de soluções para os problemas que afetam o dia a dia das pessoas, especialmente no contexto da violência de gênero.

O trabalho com esses coletivos permitiu que as comunidades desenvolvessem uma consciência crítica sobre os problemas que enfrentam, como a violência, a falta de infraestrutura e os desafios relacionados à inclusão social. A atuação do PMC junto a esses grupos contribuiu para o fortalecimento de uma rede de apoio que foi capaz de potencializar as vozes da comunidade e criar alternativas de organização comunitária. Além disso, ao trabalhar com essas organizações, o PMC contribuiu para o incentivo à mobilização de lideranças comunitárias, capazes de organizar os moradores em torno de causas comuns.

Ao trabalhar de perto com figuras conhecidas na comunidade, líderes informais, o programa fomentou a participação social para que os moradores se envolvessem mais ativamente nas decisões que impactam suas vidas cotidianas. Além disso, o fortalecimento dessas lideranças possibilita o fortalecimento de uma rede de apoio que pode ser



mobilizada em momentos de crises. O PMC ao incentivar a participação social, tem despertado o sentido de pertencimento e de responsabilidade coletiva, os quais são instrumentos necessários à efetividade das estratégias de Segurança Pública Cidadã construídas em diálogo com PMC.

Em âmbito municipal, outro aspecto relevante foi a mobilização dos coletivos, que contribuíram para a ampliação e potencialização da participação popular de modo ativo nas reivindicações de políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência contra a mulher.

Destaca-se a dimensão da atuação do Programa Mediação de Conflitos, quando se analisa que as mobilizações realizadas dentro do município voltadas para a prevenção da violência contra as mulheres e reivindicações de políticas públicas, foram intensificadas a partir da primeira mobilização iniciada pelo PMC nos encontros de rede, que tinha como objetivo colocar em evidência a campanha do agosto Lilás, através de ações a serem realizadas durante o mês de agosto de 2023. De modo que, a primeira atividade realizada foi a "Caminhada pelo Fim da Violência Contra a Mulher", que mobilizou coletivos, sociedade civil, rede institucional e teve um impacto positivo, se tornando referência para os municípios vizinhos reproduzirem a ação em seus territórios.



Caminhada pelo Fim da Violência contra a Mulher (Promovido pela Rede)

O Programa Mediação de Conflitos (PMC) desempenhou um papel crucial no fortalecimento das políticas públicas voltadas à promoção dos direitos das mulheres e ao enfrentamento da violência de gênero. Por meio de uma série de ações estratégicas, o PMC contribuiu diretamente para a criação de mecanismos de apoio mais eficazes, ampliando o alcance das políticas de proteção e aumentando a conscientização sobre os direitos das mulheres.

Um dos principais impactos do Programa Mediação de Conflitos é a consolidação das reuniões de rede como um espaço essencial de articulação e diálogo intersetorial. Desde a sua concepção, a iniciativa de promover esses encontros teve como propósito central fortalecer os vínculos entre os serviços, coletivos e a sociedade civil, promovendo uma visão integrada e compartilhada sobre as responsabilidades no enfrentamento à violência. Inicialmente, foram observadas significativas dificuldades em engajar os diferentes atores da rede, a adesão era limitada, e a proposta de colaboração frequentemente enfrentava barreiras institucionais, falta de comunicação e até desconhecimento sobre a relevância deste espaço. Contudo, ao longo do tempo, a atuação estratégica e consistente do PMC contribuiu para superar esses desafios, demonstrando de maneira concreta os benefícios e resultados dessas reuniões para a eficácia e fortalecimento da rede.

Como resultado de um investimento intenso da equipe, reitera-se que a rede se apropriou de maneira substancial desse espaço, tornando-se protagonista na organização e condução dos encontros. Os atores envolvidos assumiram com autonomia a responsabilidade pela divisão de tarefas, proposição de soluções e manutenção do diálogo contínuo. Essa apropriação representa um marco importante, alinhado ao objetivo inicial do programa. Portanto, mesmo com o encerramento do PMC, a continuidade dos encontros de rede demonstra os avanços alcançados no fortalecimento da rede e reforça o compromisso coletivo na prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres em Pouso Alegre.

Cabe destacar que a partir dos encontros realizados pela rede intersetorial de enfrentamento à violência contra a mulher no município, emergiram duas propostas legislativas para evidenciar o compromisso com a prevenção e o enfrentamento às diversas formas de violência. O primeiro projeto busca formalizar a periodicidade das reuniões da rede intersetorial, estabelecendo-as como um dispositivo com a designação obrigatória de representantes das instituições fundamentais para o tema. Essa proposta reconhece o papel estratégico desses encontros na criação de soluções integradas e sustentáveis para o enfrentamento da violência, fortalecendo o diálogo e a articulação entre diferentes setores. O segundo projeto de lei propõe a implementação da "Sala Lilás" em unidades de saúde, visando oferecer um espaço reservado para



o atendimento de mulheres em situação de violência. Tal medida tem como objetivo reduzir os riscos à vítima, prevenindo a possibilidade de ser seguida pelo agressor, além de garantir maior privacidade e evitar situações de exposição e revitimização durante o processo de acolhimento e atendimento. Essas propostas revelam a importância de se criar instrumentos normativos que consolidem práticas já discutidas no âmbito da rede intersetorial, fortalecendo a resposta institucional e garantindo condições mais adequadas para o atendimento às vítimas e a construção de políticas públicas eficazes no enfrentamento à violência.

Nessa conjuntura, o Programa Mediação de Conflitos expressou um papel preponderante na elaboração de estratégias coletivas com a comunidade, visando a prevenção, o enfrentamento às violências contra as mulheres em Pouso Alegre e o fortalecimento da segurança cidadã perante ao diálogo, construção estratégica e a vinculação entre sociedade civil e Estado.

A parceria com a rede institucional e comunitária, contribuiu para o monitoramento e avaliação conjunta dos impactos das ações, fornecendo mecanismos fundamentais para o aprimoramento do trabalho. Bem como, o fomento à conscientização e participação ativa da comunidade em defesa das demandas coletivas fortalecem a construção de políticas públicas orientadas para as necessidades da população.

Portanto, o Programa Mediação de Conflitos demonstrou ser uma ferramenta potente na prevenção da violência e no fortalecimento da segurança cidadã em Pouso Alegre. Os resultados alcançados, como o fortalecimento da rede intersetorial, a mobilização comunitária e o apoio a grupos vulnerabilizados, evidenciam o potencial do programa em gerar impactos positivos na comunidade.



Área Temática: Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher

Indicador nº 6.1. Número acumulado de Encontros de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher executados

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 8 •	• 39 •

Descrição do Indicador

O Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência tem como estratégia de ação a realização de Grupos de Responsabilização para Homens Autores de Violência Contra a Mulher, no formato presencial (preferencialmente) e/ou virtual, a partir do requerimento do Ministério Público e encaminhamento do Poder Judiciário para cumprimento de medida protetiva de urgência imposta ou alternativa penal. Este indicador visa a mensurar a quantidade de encontros dos Grupos de Responsabilização para Homens Autores de Violência Contra a Mulher executados pelo Projeto, presenciais ou virtuais, alinhados à metodologia de acompanhamento de alternativas penais.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

No 26º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/04/2025 a 30/06/2025 foram realizadas cumulativamente • 39 • Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 8 •, o objetivo foi alcançado integralmente. Abaixo segue um panorama sobre o funcionamento do Projetos nas três comarcas em relação aos programas Ceapa e PMC.

Indicador 6.1: Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher													
	25° PA		26º PA		27° PA		28º PA			Total			
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
CEAPA (Curvelo)	-	-	-	-	-	-							0
CEAPA (Barbacena)	-	-	-	-	-	-							0
CEAPA (Pouso Alegre)	12	12	7	8	0	0							39
TOTAL	12	12	7	8	0	0							39

Ceapa

A No mês de abril, a unidade de Pouso Alegre alcançou a execução de 8 encontros de grupos de responsabilização realizados. Este resultado reforça a continuidade da eficácia da metodologia aplicada, especialmente no que tange à modalidade de grupos abertos, que possibilita um manejo ágil e eficiente dos casos, garantindo a inserção regular de novos participantes. Contudo, em meses com calendário no qual se apresentam feriados prolongados durante a semana útil, o impacto na meta é observado devido a não realização dos encontros, fato ocorrido em abril.

A manutenção de um cronograma fixo para os grupos abertos e o manejo célere constituem fatores fundamentais para o sucesso deste indicador. Contudo, também é preciso que a porta de entrada ofereça números que favoreçam a realização dos grupos e atendimentos individuais. Deste modo, essa é uma pauta em processo de avanço em Pouso Alegre, especialmente com a necessidade de expandir os institutos jurídicos para outras modalidades de alternativas penais. Sobre essa conjuntura, a OS, por meio da Supervisão da Prevenção, já articula espaço de diálogo com o OEP para construção de estratégias para melhoria do cenário.



Área Temática: Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher

Indicador nº 6.2. Número acumulado de atendimentos de prevenção e enfrentamento a violências e violações contra a mulher e responsabilização de homens autores de violência contra a mulher

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 700 •	• 594 •

Descrição do Indicador

O Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência tem por objetivo prevenir e enfrentar a violência a partir da estruturação de serviços de acompanhamento e atendimento a mulheres e homens em situação de violência (sofrida ou praticada), especialmente nos casos amparados pela Lei Maria da Penha, e serviços de responsabilização e atendimento a homens autores de violência contra a mulher, encaminhados pelo Poder Judiciário para cumprimento de medida protetiva de urgência imposta ou alternativa penal.

Seu foco é prevenir fatores de risco, agregar valores ao capital social preexistente e possibilitar a administração de conflitos potenciais e/ou concretos, evitando que esses sejam propulsores de situações violentas. Tem como objetivo atuar nas diversas violências vivenciadas pelas mulheres, para além da violência doméstica, compreendendo-se que a interseccionalidade potencializa os fatores de vulnerabilidade do público alvo. Tem seu caráter voluntário, dialógico e participativo. Atuando em conjunto com a rede de proteção social e a sociedade civil, tendo como basilares a Segurança Pública Cidadã, a Mediação Comunitária e o Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres. Ainda, quaisquer homens podem ser atendidos pelo Projeto voluntariamente, quando apresentarem demandas afetas à temática.

Também, a partir da intervenção com homens autores de violências contra a mulher nos Grupos de Responsabilização, o Projeto visa proporcionar ações de caráter educativo e reflexivo, bem como desenvolver ações específicas para a responsabilização, orientação e encaminhamentos para rede de proteção social, ações que são realizadas por meio de atendimentos individuais ou grupais. Nos Grupos de Responsabilização a participação dos homens é obrigatória em razão do encaminhamento pelo Poder Judiciário.

Para isso, o Projeto tem como público-alvo mulheres e homens moradores dos municípios correspondentes às áreas de abrangência das Unidades de Prevenção à Criminalidade – UPC Regionais.

Este indicador visa a mensurar a quantidade de atendimentos realizados pelo Projeto, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia estabelecida. Para fins deste indicador, são considerados atendimentos cada intervenção realizada nas seguintes modalidades:

- 1. atendimentos individuais: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas das mulheres e homens no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou praticada e ao baixo acesso a direitos (pessoas que chegam ao Projeto voluntariamente) e também dos homens que se apresentam para o cumprimento da medida protetiva de urgência imposta ou alternativa penal (e que chegam ao Projeto de forma obrigatória);
- 2. atendimentos coletivos: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas voluntárias de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, além do fomento da criação de redes de proteção, a partir de interesses coletivos;
- 3. projetos de prevenção: São intervenções planejadas e sistematizadas, com período estabelecido de duração, realizadas em uma determinada região identificada com alto índice de violência contra a mulher. Nestes projetos, a comunidade é parceira na construção e execução, pautando as intervenções na análise dos fatores de risco e/ou proteção, objetivando gerar resultados na prevenção e no enfrentamento do fenômeno citado;
- 4. atendimentos grupais execução das ações de responsabilização para homens autores de violências contra a mulher: participação de pessoas com alternativas penais em cada encontro dos Grupos de Responsabilização e com assinatura da lista de presença.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

No 26º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/04/2025 a 30/06/2025 foram realizados cumulativamente • 594 • atendimentos a mulheres em situação de violência e a homens autores de violências contra a mulher. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 700 •, o objetivo não foi alcançado integralmente



		25° PA	L		26° PA			27º PA			28º PA		
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
CEAPA (Curvelo)	-	-	-	-	-	-							
PMC (Curvelo)	-	-	-	-	-	-							
CEAPA (Barbacena)	-	-	-	-	-	-							
PMC (Barbacena)	-	-	-	-	-	-							
CEAPA (Pouso Alegre)	113	124	107	113	-	-							
PMC (Pouso Alegre)	43	48	46	0	-	-							
TOTAL	156	172	153	113	-	-							

Ceapa

A meta estabelecida para o mês de abril não foi atingida, uma vez que se promoveu a realização de 113 atendimentos. Apesar de a equipe ter evidente capacidade de manter a qualidade e a abrangência do atendimento mesmo no período de transição e encerramento do Projeto, a porta de entrada ainda é alvo de investimento para o número de atendimentos aumentar e manter estabilidade.

Apesar das variações sazonais observadas, como a redução nos encontros grupais no mês devido a fatores externos, o desafio para a unidade, agora enquanto Programa Ceapa, se apresenta mais consistente. E por isso, o tema já está previsto nos diálogos com o OEP.



Área Temática: Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher

Indicador nº 6.3. Número acumulado de ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 120 •	• 129 •

Descrição do Indicador

O Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência atua na perspectiva da incompletude institucional, concebendo como essencial a interlocução com a rede de proteção social mista para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades nos níveis pessoais e comunitários. Nesse sentido, as intervenções do Projeto são construídas em diálogo, numa perspectiva horizontal de mobilização e cooperação com a rede parceira. Entende-se por rede parceira as referências comunitárias e instituições territoriais, municipais e regionais atuantes na garantia e defesa dos direitos do público atendido.

Este indicador objetiva mensurar as ações e estratégias construídas em rede, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Projeto, que favoreçam o acesso a direitos do público atendido e a criação/fortalecimento das redes de enfrentamento à violência nas comarcas/regiões contempladas pela atuação do Projeto.

Para fins deste indicador, são consideradas ações junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal:

- 1. Participação em comitês, grupos de trabalho, reuniões de rede social mista ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à segurança cidadã, à mediação comunitária e à execução e acompanhamento de alternativas penais;
- 2. Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno de violência e criminalidade com a rede de proteção social;
- 3. Discussão de casos com a rede de proteção social;
- 4. Encaminhamentos para a rede parceira nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados pelo Projeto;
- 5. Visitas para articulação e construção de fluxo com os órgãos do Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Secretarias Municipais e outras entidades correlatas para discussão afetas às alternativas penais.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

No 26º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/04/2025 a 30/06/2025 foram realizadas cumulativamente • 129 • ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 120 •, o objetivo foi alcançado integralmente.

Indicador 6.3: Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social													
		25° PA		26° PA		27º PA		28° PA			Total		
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
CEAPA (Curvelo)	-	-	-	-	-	-							
PMC (Curvelo)	-	-	-	-	-	-							
CEAPA (Barbacena)	-	-	-	-	-	-							
PMC (Barbacena)	-	-	-	-	-	-							
CEAPA (Pouso Alegre)	23	28	23	26	-	-							100
PMC (Pouso Alegre)	16	10	3	0	-	-							29



Ceapa

No último mês de execução do Projeto, a equipe cumpriu integralmente a meta mensal, ao promover 26 ações em rede, consolidando a articulação e o trabalho colaborativo com os órgãos de proteção social.

As modalidades de atuação que mais se destacaram foram os encaminhamentos para a rede parceira, a construção de fluxos e estratégias articuladas, bem como as discussões de casos, que, embora demandem ampliação, foram parte relevante do enfrentamento sistemático da violência.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA SELO PREVENÇÃO MINAS

Contextualização Geral dos Indicadores:

Trata-se do segundo período avaliatório de 2025, e o Programa Selo Prevenção Minas alcança as metas pactuadas para os indicadores 7.2 (eixo em curso) e 7.3 (mobilização social). Com relação ao indicador 7.1 (articulação de rede), a meta não foi alcançada em sua totalidade, tendo as Unidades de Prevenção à Criminalidade alcançado 47% do indicador.

Para este período avaliatório, era esperado o alcance de 310 articulações com a rede, 720 participantes nas atividades de formação ministradas pelo programa e 220 pessoas participantes das ações de mobilização social, reuniões da comissão municipal de prevenção à criminalidade e nas reuniões de rede promovidas pelo programa.

Neste trimestre, o Programa Selo Prevenção Minas alcançou 148 articulações de rede, 730 pessoas participantes nas atividades formativas e 435 pessoas participantes nas ações de mobilização social, reuniões da comissão municipal e nas reuniões de rede promovidas pelo programa. Resultando em uma evolução de 97% acima do esperado e que requer atenção para os próximos períodos avaliatórios.

Vale ressaltar que a RISP 4 estava prevista para ser implantada no mês de abril, no entanto, até a presente data a implantação não ocorreu. Do total de 310 articulações de rede exigidas para este trimestre, 70 são para a RISP 4, e, mesmo que as equipes não tenham alcançado de forma "individualizada" as metas pactuadas, trata-se de um fator a ser levado em consideração ao analisar o comportamento global do indicador 7.1, que não fora atingido. Outro fator que contribui para a baixa no indicador 7.1, é que com o desligamento da Gestão Social da RISP 10, a quantidade de articulações político-institucionais cai, em razão da sua não execução.

No tocante ao indicador 7.2, a meta foi alcançada com louvor. Convém mencionar que para o primeiro trimestre de 2025 eram exigidas 540 pessoas presentes nas atividades de formação e, para o segundo período avaliatório de 2025, esse número saltou para 720. As unidades alcançaram juntas, um total de 730 pessoas, sendo realizadas 19 capacitações em 17 municípios mineiros e integrando 172 instituições municipais e estaduais. Foram abordadas temáticas voltadas para a Segurança Cidadã e Prevenção à Criminalidade, Juventudes, Articulação de Rede e Combate à Violência Doméstica.

Por fim, assim como no primeiro período avaliatório de 2025, neste trimestre o indicador 7.3 novamente é alcançado, superando as expectativas, conforme já dito, em 97%. Este indicador mensura a quantidade de pessoas presentes nas reuniões da Comissão Municipal, que neste trimestre foram 3 realizadas, sendo duas em Teófilo Otoni e uma em Patos de Minas; Mensura a quantidade de pessoas presentes em ações transversais, como por exemplo, rodas de conversa ou espaços formativos e também, pessoas presentes em reuniões de rede promovidas pelo Programa Selo. Neste sentido, as equipes executaram juntas, quatro encontros de formação, uma roda de conversa e uma reunião de rede.

O segundo período avaliatório fica marcado pela evolução e maturidade das equipes em conciliar o trabalho qualificado aos desafios vivenciados no cotidiano, desde a atuação sem uma gestão social acompanhando de perto a execução, até a construção de autonomia e confiança. Os resultados apresentados neste período avaliatório, apesar do não alcance do indicador 7.1, são satisfatórios. Para o próximo período avaliatório, as expectativas são boas, considerando o início de novos profissionais que chegam para somar e os direcionamentos efetivos emanados pela Coordenação Estadual do Programa Selo Prevenção Minas e pela Supervisão de Prevenção Social à Criminalidade.

Feitas tais explanações, parte-se agora para a análise de cada indicador do Programa Selo Prevenção Minas.

Área Temática: Programa Selo Prevenção Minas

Indicador nº 7.1. Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 490 •	• 331 •

Descrição do Indicador

Descrição: O Programa Selo Prevenção Minas, a partir da perspectiva da Segurança Cidadã, concebe como essencial a interlocução com a rede parceira para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades nos municípios. Conforme metodologia do Programa, a rede parceira é composta por organizações, de caráter formal ou informal, que atuem nas áreas de segurança pública, justiça, proteção social e garantia de direitos humanos. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com essa rede.

Para fins deste indicador, são consideradas ações de articulação com a rede alinhadas à metodologia do Programa Selo Prevenção Minas:

- 1. Número de ações de articulações de rede, com caráter técnico, sobre como atuar em prevenção social à criminalidade;
- 2. Número de ações de articulações de rede para construção de diagnósticos e planos municipais;
- 3. Número de ações de articulação de rede para criação ou fortalecimento de fluxos ou protocolos de atendimento e encaminhamento de casos de violências e criminalidade;
- 4. Número de ações de articulação de rede para fomento da temática de prevenção social à criminalidade.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 26º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/04/2025 a 30/06/2025 obtevese um total acumulado de • 331 • ações de articulação de rede pelo Programa Selo Prevenção Minas. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 490 • ações, o Programa não atingiu o objetivo estabelecido.

7.1 - Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas							
Municípios	25° PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	Total		
RISP 10	81	21	11	29	61		
RISP 15	102	32	24	31	87		
Total	183	53	35	60	148		

A atuação do Programa Selo Prevenção Minas, como se sabe, é regional. Neste sentido, as Unidades de Prevenção à Criminalidade são implantadas nas sedes das Regiões Integradas de Segurança Pública em que irão atuar. No atual cenário, tem-se o Programa na RISP 10, cuja sede é Patos de Minas e em Teófilo Otoni, município sede da RISP 15.

A RISP 10 conta com 23 municípios e a RISP 15, por sua vez, com 60 municípios. Neste sentido, fazendo uma análise global, o programa Selo Prevenção Minas possui sua abrangência estendida para 83 municípios. Para analisar o indicador 7.1 de forma generalizada, há de se ater a este fator.

Eram esperadas para este trimestre 310 articulações de rede. Foram alcançadas 148, o que corresponde a 47% do indicador. Porém, apesar do não alcance numérico dos resultados, ações qualificadas foram realizadas como desdobramentos das articulações possíveis e que serão destacadas no presente relatório. Conforme dito acima, ambas as RISPS são compostas por 83 municípios e neste trimestre, alcançou-se 33 municípios com as articulações, sendo 11 na RISP 10 e 20 na RISP 15. Ou seja, dos 83 municípios de abrangência do Programa Selo Prevenção Minas, foram alcançados 40% do total, número expressivo que demonstra o poder de alcance de Unidades de Prevenção à Criminalidade de abrangência Regional.

Para este período avaliatório, será feita uma proposta diferente de apresentação dos resultados desenvolvidos ao longo do trimestre. Pretende-se, portanto, iniciar com o comportamento global do indicador 7.1, partindo para a atuação individualizada por RISP, apontando o que carece de desenvolvimento e destacando ações efetivas, como já exposto.

A RISP 10

Conforme já explicitado, a RISP 10 é composta por 23 municípios, tendo como sede, Patos de Minas. A partir de uma análise individualizada, para a RISP 10 eram exigidas 120 articulações de rede, tendo sido alcançada pela UPC um total de 61 articulações, correspondendo a 50% do indicador.

Alguns fatores devem ser considerados para o resultado alcançado pela equipe. A partir do mês de maio até o final de junho, a equipe executou suas ações sem um acompanhamento aproximado da gestão social que fora desligada do Programa Selo. Neste sentido, o indicador sofre um impacto pela ausência de articulações político-institucionais. Considerando este cenário, a Supervisão de Prevenção Social à Criminalidade direciona as analistas sociais, organizando um plano de trabalho para os meses de maio e junho, onde se percebe uma curva crescente no comportamento do indicador 7.1. Isso porque se parte de 21 articulações realizadas no mês de abril e reduz para 11 em maio, muito em razão de ausências e até da adaptação das profissionais ao cenário vivenciado, e sobe para 29 articulações no mês de junho, demonstrando uma adaptação à nova realidade e ao plano de trabalho proposto.

As articulações realizadas ao longo do trimestre tiveram como foco o convite dos membros para a participação nas reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade objetivando a realização de atividades formativas e para a apresentação do Programa Selo à rede. Um ponto que chama a atenção, é que grande parte das articulações foram realizadas por contato telefônico. Portanto, se faz necessário para o próximo período avaliatório avaliar as possibilidades de saída da UPC para a execução de articulações presenciais, com vistas a restauração os vínculos com a rede *patense*, e fortalecimento com os demais municípios que compõem a RISP 10.

As articulações de rede realizadas na RISP 10 reverberaram no aumento do quórum na reunião da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade, realizada no dia 25/06/2025, tendo contado com a presença de 16 pessoas.



Reunião da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade - Patos de Minas - junho de 2025

A proposta da Reunião, para além da retomada do quórum, foi de estabelecer encaminhamentos práticos para a realização das entregas previstas em uma das ações específicas do Plano Municipal, como o início do mapeamento dos serviços ofertados pelas instituições e a observação da dinâmica criminal no município. A partir disso, a Comissão irá retomar as pautas na próxima reunião prevista para o terceiro período avaliatório de 2025 e tomar as providências cabíveis, como por exemplo, a criação de protocolos de atendimento.

Ao longo deste trimestre, a equipe RISP 10 vivenciou diversas situações que demandaram inteligência emocional, resiliência e perseverança. Os resultados obtidos neste trimestre eram esperados em razão de tais situações, como por exemplo, a ausência da gestão social e de um acompanhamento aproximado. Para o próximo Período Avaliatório, é esperado a retomada do alcance deste indicador, considerando a chegada de uma nova gestão social que precisará se apresentar enquanto tal, para criar, manter e fortalecer vínculos com a rede patense e dos demais municípios que compõem a RISP 10.

A RISP 15

Conforme dito alhures, a RISP 15 é composta por 60 municípios, tendo como sede, Teófilo Otoni. A partir de uma análise individualizada para a RISP 15 também eram exigidas 120 articulações de rede, tendo sido alcançada pela UPC um total de 87 articulações, correspondendo a 72% do indicador.

Das 87 articulações de rede realizadas, nota-se que foram realizadas 48 em Teófilo Otoni e 39 no restante dos municípios da RISP 15, o que demonstra um equilíbrio no direcionamento da gestão social e da supervisão de prevenção social à criminalidade às ações da equipe. Dos 60 municípios que integram a RISP, 20 foram contemplados (considerando a sede, Teófilo Otoni), o que corresponde ao alcance de 33% dos municípios da RISP.

No decorrer do trimestre, o indicador 7.1 apresentou um desempenho estável, demonstrando uma tendência de aumento para o terceiro período avaliatório de 2025. Em cada um dos três meses de referência, eram esperadas a realização de 40 articulações, sendo feitas 32 em abril, 24 em maio e 31 em junho.

Ações presenciais como reuniões e visitas institucionais, contabilizam 36 ao longo do trimestre, o que demonstra a preocupação da UPC na criação, manutenção e fortalecimento dos vínculos junto a rede de Teófilo Otoni e demais municípios da RISP 15. As 51 articulações restantes foram realizadas por meios eletrônicos, como telefonemas e reuniões virtuais, que se apresenta como uma ótima estratégia para a otimização de recursos públicos e planejamento de ações para os demais indicadores do Programa, considerando as grandes dimensões da RISP.

Apesar do não alcance da meta de forma individualizada, a UPC atinge uma marca importante e que se converte para as ações qualificadas do eixo certifica, em curso, consultoria e também para as ações transversais.

Como fruto de boas articulações realizadas, bem como criação e manutenção de vínculos, a UPC RISP 15 e o município de Coronel Murta iniciaram um projeto de consultoria, cujo intuito é a construção de um protocolo e fluxo de atendimento às juventudes vítimas de violência, tendo sido realizada uma reunião com representantes do município de Coronel Murta para a apresentação das propostas iniciais e demandas.

Como já relatado no trimestre anterior, havia a previsão de lançamento do diagnóstico de segurança cidadã de Teófilo Otoni. As articulações haviam se iniciado ainda no trimestre passado e foram continuadas no decorrer do mês de abril, onde foi realizada a reunião extraordinária de apresentação do Diagnóstico para os membros da Comissão, no dia 29/04/2025:



Reunião extraordinária da Comissão Municipal de Teófilo Otoni: Apresentação do Diagnóstico - abril de 2025

A RISP 15 tem demonstrado maturidade na execução das ações, sobretudo, nas articulações de rede. Apesar do não alcance do indicador em sua totalidade, as articulações têm sido eficientes, uma vez que reverberam na execução de ações qualificadas nos eixos de atuação do Programa Selo Prevenção Minas. Para o próximo período avaliatório, é esperada a retomada do alcance do indicador 7.1, tendo em vista a conclusão do Plano Municipal de Segurança Pública, previsto para ser entregue ao município de Teófilo Otoni no próximo trimestre. Para isso, será necessária a realização de articulações qualificadas e efetivas pela gestão social e equipe.

O trabalho em Políticas Públicas, sobretudo, nas de Prevenção ao crime e violências, requer uma rede articulada. É fundamental trabalhar este indicador com seriedade, pois é através dele que é possível a realização de potentes ações de prevenção à criminalidade. Para o próximo trimestre, as Unidades de Prevenção à Criminalidade serão acompanhadas pela supervisão, de modo a retomarmos o alcance deste importante indicador.

Desafios e obstáculos são inerentes à atuação em políticas públicas e esperamos e temos nos planejado para o restante de 2025. A expectativa se alia ao árduo trabalho para manutenção da qualidade da atuação regionalizada do Programa Selo Prevenção Minas.

Área Temática: Programa Selo Prevenção Minas

Indicador nº 7.2. Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas

,					
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório				
• 1.260 •	• 1.256 •				
Descrição do Indicador					

Descrição do Indicador

O Programa Selo Prevenção Minas, dentre outros objetivos, visa disseminar conhecimentos adquiridos e técnicas utilizadas pela Política Estadual de Prevenção à Criminalidade, através da realização de atividades de formação e produção de conteúdo, para as instituições públicas e demais públicos interessados em qualificar sua atuação em prevenção ao crime e às violências. Assim, as atividades são passíveis de formatação personalizada ao contexto local, estruturadas em conjunto com o parceiro, visando atuar de maneira assertiva através da proposição de temas que contribuam para o enfrentamento dos desafios que tocam a segurança pública local.

Para fins deste indicador, são consideradas atividades de formação, alinhadas à metodologia do Programa Selo Prevenção Minas, os espaços de formação sobre temáticas de prevenção social à criminalidade realizadas nos municípios.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 26º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/04/2025 a 30/06/2025 obtevese um total acumulado de • 1.256 • pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 1.260 • pessoas, o Programa não atingiu a meta.

7.2- Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas						
Municípios	25° PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	Total	
RISP 10	271	69	209	34	583	
RISP 15	255	167	160	91	673	
Total	526	236	369	125	1256	

O eixo Em Curso visa fomentar a atuação em Prevenção à Criminalidade no Estado de Minas Gerais através de atividades de formação e produção de conteúdo direcionadas às instituições públicas e atores estratégicos interessados em qualificar a atuação em prevenção ao crime e às violências nos municípios. O indicador 7.2 tem por objetivo, mensurar a

quantidade de pessoas participantes nas capacitações, que podem ser entendidas como um conjunto de atividades de formação que têm por objetivo a aquisição de conhecimentos e habilidades em temáticas específicas, no caso, as temáticas adjacentes à segurança cidadã e à prevenção à criminalidade e às violências.

Neste trimestre, foram realizadas 19 atividades de formação em 17 municípios da RISP 10 e RISP 15, que contemplaram 730 pessoas de 172 instituições da rede.

Para este P.A era esperado o alcance de 720 pessoas e foram alcançadas 730, ou seja, a meta pactuada foi atingida dentro do esperado de forma bastante qualificada.

Para este trimestre, a apresentação de resultados do indicador 7.2 será exposta de forma diferente. A proposta é apresentar o desempenho por RISP de atuação e ao final, serão realizadas considerações finais acerca do comportamento do indicador como um todo.

A RISP 10

Para este período avaliatório, as metas pactuadas para este indicador foram aumentadas, o que exigiria das equipes um planejamento para a realização das ações, bem como articulações eficientes junto aos municípios, de modo a realizarem, de forma qualificada, as atividades formativas na RISP 10.

Durante os meses de maio e junho, a equipe RISP 10 esteve sem gestão social, neste sentido, foi pensado junto à Supervisão de Prevenção Social à Criminalidade estratégias de articulação, tendo a equipe executado as orientações e construções propostas de forma assertiva, comprometida, orientada aos resultados, dedicada e consequentemente, alcançando um excelente resultado, tanto em termos numéricos quanto em termos de qualidade na execução.

Destrinchando o indicador 7.2, é possível identificar que para a RISP 10, era exigido a presença de 270 pessoas participantes nas atividades de formação. A equipe, por meio das atividades formativas realizadas na RISP 10, alcançou um total de 312 capacitações, o que corresponde à um superávit de 15% para além do pactuado, atingindo a meta, portanto, dentro das expectativas.

Na RISP 10, foram realizadas um total de 8 capacitações temáticas. Abaixo imagens e detalhamento por mês de execução:

Abril de 2025



Segurança Cidadã e Prevenção à Criminalidade - 22 pessoas participantes - Atividade formativa realizada em 11/04/2025 - Patos de Minas



Redes, Desafios e Possibilidades na Construção de Espaços de Trabalho Integrado - 47 pessoas participantes - Atividade formativa realizada em 24/04/2025 - Lagoa Formosa

Maio de 2025

Neste trimestre, o mês de maio merece destaque na RISP 10. Foi o mês com o maior número de capacitações realizadas e consequentemente, com o maior número de pessoas participantes. Considerando o maio laranja, campanha nacional de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, realizada durante todo o mês de maio, com o dia 18 sendo o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, as ações realizadas neste mês tiveram como foco majoritário temáticas voltadas à proteção das juventudes. Nesse sentido, foi possível discutir os tipos de violências, num contexto geral, que assolam o público jovem e as possibilidades de prevenção aos fenômenos violentos e criminais. Abaixo imagens e detalhamento:



Juventudes: Os tipos de violência e o que fazer para prevenir - 64 pessoas participantes - Atividade formativa realizada em 29/05/2025 - Serra do Salitre



Maio Laranja: Prevenção à Violência Sexual Infantil - 58 pessoas participantes - Atividade formativa realizada em 15/05/2025 - Presidente Olegário



Maio Laranja: Prevenção à Violência Sexual Infantil - 56 pessoas participantes - Atividade formativa realizada em 13/05/2025 - Coromandel



Juventudes e as formas pacíficas de resolução de conflitos - 31 pessoas participantes - Atividade formativa realizada em 08/05/2025 - Varjão de Minas

Junho de 2025

O mês de junho, o último mês do período avaliatório em análise, fica marcado pela realização de duas capacitações voltadas para a articulação de rede e qualificação no atendimento às vítimas de violência, tendo sido realizadas duas capacitações, sendo uma no município de Douradoquara e outra em Arapuá:



Segurança Cidadã, Prevenção ao Crime e Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência - 21 pessoas participantes - Atividade formativa realizada em 27/06/2025 - Arapuá

Nota-se que a RISP 10, neste período avaliatório, diversificou as temáticas, alcançando uma capilaridade que é essencial para uma atuação regionalizada, como é a do Programa Selo Prevenção Minas e como consequência, alcança a meta pactuada. Para os próximos períodos avaliatórios, orienta-se a retomada e execução de temáticas "raízes" da prevenção e a manutenção das execuções para além de Patos de Minas, como tem sido.

A RISP 15

Até o presente momento, a RISP 15 é a região com maior extensão territorial e número de municípios de abrangência do Programa Selo Prevenção Minas, contando com 60 cidades. Neste contexto, pensar estratégias de alcance torna-se desafiador. A gestão social tem orientado e conduzido, brilhantemente, os analistas de referência do eixo em curso para a realização de capacitações, prezando pela capilaridade, diversidade nas temáticas e os orientando para ações transversais e demais eixos do programa, como a consultoria, que tem proporcionado a criação de vínculos com as administrações públicas municipais e possibilitado o planejamento prévio de outras ações para os meses restantes de 2025.

Destrinchando o indicador e sua atuação neste trimestre, observa-se que eram exigidas a presença de 450 pessoas participantes nas atividades de formação. A UPC alcança um total de 418 pessoas, o que corresponde a 93% do indicador. Trata-se de um excelente resultado obtido, uma vez que a UPC RISP 15 realizou neste trimestre 11 capacitações em 9 municípios distintos, abrangendo, de forma qualificada, temáticas voltadas para a prevenção e combate à violência contra a mulher, segurança cidadã e prevenção à criminalidade, juventudes e articulação de rede. Abaixo, segue fotos e detalhamentos de cada ação, separadas por mês de execução:

Abril de 2025



Violência contra a mulher: o que saber para contribuir com a prevenção - 45 pessoas - Atividade formativa realizada em 03/04/2025 - Novo Cruzeiro



Violência contra a mulher: o que saber para contribuir com a prevenção - 62 pessoas participantes - Atividade formativa realizada em 28/04/2025 - Ataléia

Maio de 2025

Na RISP 15, o mês de maio fica marcado pelo foco em atividades formativas voltadas para a articulação de rede, merecendo destaque por ter sido o mês com maior número de capacitações realizadas:



Humanização e qualificação no atendimento às vítimas de violência - 41 pessoas participantes - Atividade formativa realizada em 06/05/2025 - Padre



Fluxograma de atendimento às vítimas de violência - 23 pessoas participantes - Atividade formativa realizada em 08/05/2025 - Coronel Murta



Violência direcionada às juventudes – perspectivas de enfrentamento - 26 pessoas participantes - Atividade formativa realizada em 09/05/2025 - Coronel Murta



Humanização e qualificação de atendimento a vítimas de violência - 16 pessoas participantes - Atividade formativa realizada em 28/05/2025 - Carlos Chagas



Humanização e qualificação de atendimento a vítimas de violência - 54 pessoas participantes - Atividade formativa realizada em 30/05/2025 - Itaipé

Junho de 2025

O mês de junho, que encerra o período avaliatório em questão, fica marcado pela realização de duas atividades formativas em dois municípios distintos, tendo sido abordada a temática da humanização do atendimento às vítimas de violência:



Humanização e qualificação de atendimento a vítimas de violência - 30 pessoas participantes - Atividade formativa realizada em 30/06/2025 - Itaipé



Humanização e qualificação de atendimento a vítimas de violência - 61 pessoas participantes - Atividade formativa realizada em 26/06/2025 - Novo Oriente de Minas

No 2º período avaliatório de 2025, as Unidades de Prevenção à Criminalidade do Programa Selo Prevenção Minas superaram as expectativas com relação ao indicador 7.2. Um excelente resultado, fruto do empenho e dedicação dos profissionais que fazem o programa acontecer.

Este trimestre fica marcado pelo desafio de aumentar o número de pessoas participantes, o número de municípios alcançados e a diversificação das temáticas propostas, o que está demonstrado pela atuação qualificada e brilhante de todos os envolvidos. Para os próximos períodos avaliatórios, é esperado a manutenção deste resultado e a realização de mais capacitações voltadas às raízes da prevenção, além da realização de ações voltadas ao combate e prevenção à violência contra a mulher.

No relatório anterior, era esperado o alcance do indicador de forma plena, qualificada e diversificada, de modo a pautar a prevenção à criminalidade e as violências no maior número possível de municípios nas RISP 's de abrangência da política pública, e isso se confirmou para este trimestre. Neste sentido, espera-se a manutenção desta atuação, bem como a qualificação constante das atividades propostas.

O Eixo em curso merece atenção e esforços, pois por meio dele conseguimos diversificar nossa atuação na 10ª e 15ª RISP de maneira qualificada, integrada e continuada.

Área Temática: Programa Selo Prevenção Minas

Indicador nº 7.3. Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório				
• 360 •	• 749 •				
Descrição do Indicador					

Para a efetividade das ações e projetos em prevenção à criminalidade nos municípios em que o Programa Selo Prevenção Minas atua, é importante o alinhamento e engajamento de atores estratégicos, com atuação em rede, bem como da própria população a ser beneficiada.

Nesse sentido, o Programa visa criar e/ou fomentar outros espaços formais de participação comunitária na temática da prevenção à criminalidade, promovendo o encontro entre poder público e sociedade civil, de modo a fortalecer a responsabilidade e o compromisso coletivo com a temática no município. Entende-se por espaço formal de participação a organização de momentos em que o poder público se reúne com a sociedade civil com o objetivo de traçar estratégias, construir ações coletivamente e/ou conscientizar acerca de temáticas específicas.

Além disso, o Programa também tem por objetivo criar e/ou fomentar espaços de rede nas temáticas inerentes à prevenção à criminalidade, tendo em vista que a articulação entre os atores da rede é fundamental em se tratando do enfrentamento às violências e à criminalidade. Portanto, entende-se por espaço de rede uma forma de organização de um grupo de atores estratégicos, intersetoriais e interinstitucionais, que se reúnem com uma frequência pré estabelecida, possuindo um objetivo comum.

Por fim, a Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade é um espaço de rede formal e permanente nos municípios que aderem ao Selo Certifica, e tem por objetivos promover discussões sobre a pauta de prevenção à criminalidade e promover a interlocução sistemática entre as diferentes políticas municipais, de modo a fomentar uma atuação em rede para o enfrentamento à criminalidade e às violências. A equipe de Gestores, analistas e estagiários deverão, com apoio dos/as atores municipais e coordenação estadual, planejar e coordenar as reuniões, de modo a cooperar para o fortalecimento da pauta de prevenção à criminalidade e para a construção coletiva do trabalho.

Para fins deste indicador, são consideradas participações alinhadas à metodologia do Programa Selo Prevenção Minas:

- 1. Número de pessoas participantes nos espaços formais de participação com o viés de segurança pública promovidos pelo programa.
- 2. Número de pessoas participantes nos espaços de rede nas temáticas de prevenção social à criminalidade promovidos pelo programa.
- 3. Número de pessoas participantes nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 26º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/04/2025 a 30/06/2025 obtevese um total acumulado de • 749 • pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 360 • pessoas, o Programa atingiu o objetivo estabelecido.

7.3- Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da					
Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas					
Municípios	25° PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	Total
RISP 10	205	0	164	16	385
RISP 15	109	71	161	23	364
Total	314	71	325	39	749

A participação social em políticas públicas se refere ao envolvimento ativo dos cidadãos na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas que afetam suas vidas. No caso da política de prevenção social à criminalidade e ao público alvo do Programa Selo Prevenção Minas, qual seja, as Administrações Públicas Municipais, é fundamental que a sua atuação regionalizada seja direcionada para o fomento da participação social por meio das ações transversais, seja nos espaços das Comissões Municipais, dos espaços de formação, rodas de conversas e congêneres.

O indicador 7.3 contabiliza três modalidades, sendo o número de pessoas participantes nos espaços de mobilização social (que podem ser ações nas escolas, espaços de formação direcionadas ao público, rodas de conversa e etc.), nas reuniões de rede promovidas pelo programa e nas reuniões da comissão municipal. Para melhor compreendermos o desempenho das Unidades de Prevenção à Criminalidade no que tange a este indicador, é necessário analisá-lo separadamente.

Para o segundo período avaliatório de 2025, há como meta alcançar, nos 3 meses de referência, um total de 220 pessoas participantes nos espaços de mobilização social, nas reuniões de rede e das comissões promovidas pelo Programa, sendo 110 para a RISP 10 e 110 para a RISP 15.

Foram alcançadas 435 pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e das Comissões Municipais de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas, o que corresponde a 98% acima do resultado esperado.

Trata-se de um ótimo resultado, sob o ponto de vista do poder de mobilização das equipes em fomentar a participação social nas RISPS de atuação. No entanto, é necessário atentar-se à superação da meta pactuada para além do esperado. Algumas ações foram realizadas com a comunidade escolar e isso, inevitavelmente, aumentará a quantidade de pessoas presentes. No entanto, as ações realizadas foram qualificadas e voltadas justamente para as pautas da prevenção social à criminalidade, como as ações nas escolas voltadas para as juventudes, dizendo-lhes do acesso à direitos e violências que assolam a este público em específico. Para este trimestre, a proposta de apresentação dos resultados deste indicador será diferente. Pretende-se "separar" os três campos exigidos neste indicador para melhor visualização e qualificação das leituras. Para cada campo, serão apresentadas as ações por RISP. Inicialmente, serão abordadas as comissões municipais realizadas no período, contabilizando 3 reuniões.

A COMISSÃO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE

A Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade é um espaço de rede formal e permanente no município sede, que se reúne bimestralmente e tem por objetivo promover discussões sobre a pauta de prevenção à criminalidade, bem como apoiar o desenvolvimento do Diagnóstico Municipal, do Plano Municipal e a implementação das ações propostas nele. A Comissão deve promover uma interlocução sistemática entre as diferentes políticas municipais, de modo a fomentar uma atuação em rede para o enfrentamento à criminalidade e às violências. Ademais, a Comissão deve possuir uma leitura estratégica do município e sua atuação é essencial para o cumprimento de cada fase prevista no Programa Selo Prevenção Minas, bem como para a prevenção à criminalidade no município.

Neste período avaliatório, foram realizadas 3 reuniões da Comissão Municipal, sendo uma em Patos de Minas e duas em Teófilo Otoni. Em Patos de Minas, a proposta da Reunião, para além da retomada do quórum, foi de estabelecer encaminhamentos práticos para a realização das entregas previstas em uma das ações específicas do Plano Municipal. Objetivou-se iniciar o mapeamento dos serviços ofertados pelas instituições e a observação da dinâmica criminal no município para que, a partir disso, a Comissão possa discutir na próxima reunião prevista para o terceiro período avaliatório de 2025 e tomar as providências cabíveis, como por exemplo, a criação de protocolos de atendimento:

Em Teófilo Otoni, neste período avaliatório, foram realizadas duas reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade, sendo a primeira no dia 29/04/2025, que contou com a presença de 21 pessoas. Nesta reunião foi apresentado aos membros o Diagnóstico Municipal de Segurança Pública, elaborado a muitas mãos e que irá subsidiar a construção do Plano Municipal de Teófilo Otoni. Já a segunda reunião foi realizada no dia 03/06/2025 e contou com a presença de 19 pessoas. Nesta reunião, a Comissão Municipal foi separada em Grupos de Trabalho divididos por temáticas voltadas para a Prevenção Social, Prevenção Situacional, Produção de Informação e Inteligência, Capacitação, Participação Social e Articulação de Rede:



Reunião da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade -Teófilo Otoni -29/04/ 2025



Reunião da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade - Teófilo Otoni -03/06/2025

AÇÕES TRANSVERSAIS

No tocante às ações transversais realizadas neste período avaliatório, na RISP 10, foram executados dois encontros formativos, sendo a primeira na Escola Estadual Jose André Caldeira Coimbra, localizada no município de Presidente Olegário, contando com a participação de 117 pessoas. A ação foi desenvolvida em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social do município, que, em contato com a gestão do programa Selo à época, aproveitou da Campanha realizada pelo município do "maio Laranja" articulando para que levassem para os adolescentes da referida escola informações sobre a violência direcionada ao público jovem, as possibilidades de prevenção e de encaminhamentos possíveis.

A segunda ação realizada pela RISP 10, foi no município de Patos de Minas, na Escola Estadual João Barbosa Porto e contou com a participação de 47 pessoas. A ação foi executada em parceria com o CRAS IV, onde foi articulado apoio a instituição devido a Campanha do maio Laranja. Assim, como em Presidente Olegário, foram levadas informações sobre a violência direcionada ao público jovem, as possibilidades de prevenção e de encaminhamentos possíveis:



Espaço de Formação - Prevenção à violência direcionada às Juventudes - Presidente Olegário -15/05/2025



Espaço de Formação - Prevenção à violência direcionada às Juventudes - Patos de Minas -22/05/2025

Na RISP 15, foram realizadas no trimestre, 2 encontros de formação e uma roda de conversa, além de uma reunião de rede promovida pelo Programa Selo Prevenção Minas. A roda de conversa foi realizada na Escola Municipal Maria Ramos por solicitação da Diretora da instituição de ensino. Foi executada uma roda de conversa com as alunas do EJA sobre violência doméstica, foi apresentado alguns elementos da lei Maria da Penha e alguns equipamentos responsáveis pelo atendimento a vítima de violência doméstica:



Roda de Conversa - Prevenção à violência doméstica - Teófilo Otoni -11/04/2025

No município de Frei Gaspar foram realizados dois encontros de formação na Escola Estadual Salmen Bukzem A partir do convite da gestora da Assistência Social do Município, fora solicitada uma ação em conjunto com o CRAS na referida escola em que foi discutida ações de prevenção a violência e ao abuso sexual direcionada às juventudes:



Encontro de formação- Prevenção a violência e ao abuso sexual das juventudes - Frei Gaspar - tarde - 20/05/2025

REUNIÕES DE REDE PROMOVIDAS PELO PROGRAMA

Visando estreitar laços com o município de Coronel Murta, a UPC RISP 15, junto às instituições municipais, vem promovendo reuniões de rede, visando inicialmente, a discussão do cenário de violências e criminalidades que assolam as juventudes, cujo intuito, é o da criação de um protocolo e fluxo de atendimento às vítimas de violência. A primeira reunião ocorreu em 06/06/2025, onde foi solicitado pelo município de Coronel Murta a construção do fluxograma com a rede de atendimento às violências. A reunião vem ocorrendo no formato online, mas há a previsão de que a próxima venha a ser realizada presencialmente.

A participação e mobilização social é essencial para a execução de políticas públicas de prevenção à criminalidade e o Programa Selo Prevenção Minas prioriza esta frente em todos os eixos de atuação e esta é a razão de existir deste indicador. Neste trimestre, o indicador registrou um comportamento muito acima do esperado, com isso, a Supervisão de Prevenção Social à Criminalidade junto à Coordenação do Programa Selo, irão direcionar as orientações para as Unidades de Prevenção à Criminalidade no sentido de organizarem-se para o alcance dentro das expectativas pactuadas.

O segundo trimestre de 2025 fica marcado pela retomada do quórum da Comissão Municipal de Patos de Minas, de modo que será possível, a execução qualificada das ações do Plano Municipal, pela entrega do Diagnóstico Municipal de Segurança Cidadã de Teófilo Otoni e o direcionamento para a elaboração das ações do Plano Municipal. Também fica marcado pela realização de ações transversais com um público alto, o que requer a atenção das equipes e da Gestão Social no direcionamento da força de trabalho dos analistas sociais.

Encerramos o 2º trimestre do ano superando as metas pactuadas para o indicador 7.3. Se faz necessário atentar ao quórum da Comissão Municipal de Patos de Minas, pensando na manutenção do que foi alcançado neste trimestre e no fortalecimento dos vínculos entre a UPC RISP 10 e os membros da Comissão. Necessário manter a comissão municipal de Teófilo Otoni engajada para que o Plano Municipal seja elaborado e as ações, executadas e, por fim, direcionar as Ações transversais para um público mais reduzido, abordando temáticas raízes da prevenção, como o combate e prevenção à violência doméstica, por exemplo. Alcançamos um excelente resultado no segundo período avaliatório de 2025, contudo, devemos nos atentar para que venhamos a alcançar o indicador dentro do esperado e para isso, a Supervisão de Prevenção Social à Criminalidade fará um acompanhamento aproximado das Gestões Sociais, de modo a potencializar ainda mais as ações executadas pela RISP 15 e acompanhar o desenvolvimento da nova gestão social que chega para somar na RISP 10.

ÁREA TEMÁTICA: SERVIÇO DE ATENDIMENTO À PESSOA CUSTODIADA (APEC)

Contextualização Geral dos Indicadores:

Antes de tecer as análises sobre o desempenho nas metas estabelecidas no Contrato de Gestão 02/2019, para o Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC), faz-se necessário o registro do cenário e dos eventos que influenciaram na execução do referido Serviço, nos meses de abril a junho, trimestre que corresponde ao 26º período avaliatório.

Inicialmente, importa destacar as contratações que aconteceram no Serviço APEC, especificamente nos meses de maio e junho, possibilitando a ampliação das equipes dos municípios de Contagem e Uberlândia, e que tem contribuído para potencializar o alcance dos resultados esperados nos referidos municípios. Assim, tanto para o APEC de Contagem quanto para o de Uberlândia, que completaram um ano do início das atividades no mês de junho/2025, houve a implementação do cargo de um Gestor Social exclusivo, bem como a contratação de mais um analista social para cada um.

Neste contexto, no segundo trimestre, destacou-se o investimento na qualificação das equipes técnicas do Serviço APEC, com foco no fortalecimento das práticas profissionais e no alinhamento institucional. Neste período, a Supervisão da Prevenção promoveu uma capacitação introdutória e de reciclagem voltada tanto para os novos analistas quanto para uma analista já integrante da equipe, visando a padronização dos procedimentos, a qualificação das intervenções junto ao público atendido e a atualização de conhecimentos essenciais à atuação no Serviço. Paralelamente, foi realizada uma capacitação introdutória direcionada à Gestão Social que passou a atuar no município de Contagem, com o objetivo de apresentar as diretrizes, metodologias e eixos estruturantes do Serviço APEC, bem como a importância das articulações interinstitucionais.

Dando continuidade ao tema sobre qualificação e atuação com os objetivos metodológicos do Serviço APEC, se destaca ainda que dentro do trimestre, mensalmente, foram promovidas capacitações específicas para as equipes técnicas do Serviço APEC, no formato híbrido – BH e RMBH em caráter presencial, e a equipe do interior por videochamada. Os temas contemplados foram de suma importância para a atuação consistente e efetiva com o público das audiências de custódia. Como exemplo, apresenta-se a temática sobre as Ações do Serviço APEC junto às redes de apoio, conforme recomenda o 25º Relatório de Monitoramento, e no intuito de fomentar estratégias que abarquem Gestão Social e equipes no alcance da meta pactuada para o indicador 8.2.

Não obstante, foram realizadas pela Supervisão da Prevenção, mensalmente, capacitações, supervisões individuais e conjunta com os Gestores Sociais, além da articulação para a participação das equipes técnicas, no formato híbrido, em espaços de capacitações com outros Programas da Política de Prevenção, como PrEsp e CEAPA, e cujas temáticas relacionam-se diretamente com a atuação junto ao público atendido pelo Serviço, como por exemplo, a capacitação promovida pelo PrEsp, Tecendo redes: Práticas Intersetoriais para aplicação e qualificação do acesso da POP Rua às políticas públicas.

É fundamental destacar, ainda no que diz respeito às ações do Serviço APEC, a visita de uma comitiva de Juízes e servidores do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), que foram recebidos na Central de Audiências de Custódia de Belo Horizonte (Ceac-BH), com o suporte de atores da Ceac-BH, de integrantes do GMF/TJMG e da Gestão Social do Serviço APEC. Na oportunidade, conheceram o Serviço APEC BH e foi possível trocar experiências, estreitar laços e dialogar acerca das boas práticas adotadas. O principal objetivo da visita da comitiva foi conhecer as boas práticas desenvolvidas no Estado de Minas Gerais.

Por fim, cumpre dizer que, assim como recomendado no 25º Relatório de Monitoramento, no decorrer deste trimestre foi realizado o acompanhamento sistemático do trabalho executado pelo Serviço APEC dos municípios de Belo Horizonte, Contagem e Uberlândia, no intuito de garantir a continuidade e a qualidade das ações desenvolvidas junto público das audiências de custódia, aos atores do Sistema de Justiça Criminal e aos demais parceiros da rede.

Área Temática: Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (Apec)

Indicador nº 8.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço Apec

Meta do período avaliatório

• 6.270 •

Resultado do período avaliatório

• 7.302 •

Descrição do Indicador

O Serviço Apec, conforme apontado pelo "Manual de Proteção Social na Audiência de Custódia", visa contribuir para o aprimoramento das referidas audiências por meio da oferta de atenção especializada à pessoa custodiada na identificação de suas condições pessoais e sociais e com recomendações, orientações, referenciamentos e/ou encaminhamentos a serviços (tanto para a rede de proteção social, quanto para o cumprimento das medidas cautelares). O Serviço é constituído no campo da política de alternativas penais, pois possui o papel de efetivar a excepcionalidade da prisão na porta de entrada. O Serviço tem como público-alvo as pessoas presas e apresentadas em audiência de custódia. Destacase que a participação no Serviço Apec é voluntária e, para assegurar o encaminhamento da pessoa custodiada aos atendimentos, é necessário o estabelecimento de fluxos e articulações internas com os demais atores que compõem a logística envolvida nas audiências de custódia.

Isto posto, as ações do Serviço Apec são realizadas por meio de atendimentos individuais. E este indicador visa mensurar o quantitativo de atendimentos realizados, alinhados à metodologia estabelecida, que considera os parâmetros nacionais. Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pelo Serviço Apec:

- 1. Atendimentos Sociais Prévios às Audiências de Custódia: realizados para as pessoas presas em flagrante ou por mandado judicial, apresentadas em audiência de custódia, atentando-se para as informações relacionadas às condições pessoais e sociais.
- 2. Atendimentos Sociais Posteriores à Audiências de Custódia: realizados para pessoas a quem se concede liberdade provisória sem ou com medidas cautelares alternativas à prisão ou prisão domiciliar, atentando-se para os encaminhamentos para os serviços.

Este indicador será calculado pelo somatório cumulativo do número de atendimentos nas modalidades acima. Os atendimentos deverão ser contabilizados de acordo com a quantidade de intervenções realizadas com cada pessoa, portanto uma mesma pessoa pode passar pelas duas modalidades de atendimento. Bem como pode passar mais de uma vez pela audiência de custódia e consequentemente mais de uma vez pela mesma modalidade de atendimento. Unidade de medida: nº absoluto.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das Apec à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Fórmula de Cálculo: número de atendimentos realizados no período avaliatório e, cumulativamente, nos períodos anteriores.

Polaridade: quanto maior melhor.

Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 26º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/04/2025 a 30/06/2025 obtevese um total acumulado de • 7.302 • pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Serviço Apec. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 6.270 • pessoas, o Programa atingiu o objetivo estabelecido.

8.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço Apec					
Municípios	25°PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	Total
BELO HORIZONTE	2455	672	832	779	4738
CONTAGEM	529	98	124	181	932
UBERLANDIA	787	294	280	271	1632
Total	3771	1064	1236	1231	7302

Assim como no período avaliatório anterior, a meta correspondente ao primeiro indicador do Serviço APEC também foi alcançada, visto que foram realizados 3.531 atendimentos, para uma meta prevista de 3.420 atendimentos acumulados no trimestre. Já em relação ao número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço APEC no ano, observa-se que também houve a superação da meta no trimestre em estudo, uma vez que o valor estimado era de 6.270 atendimentos e foram executados 7.302, correspondendo a um desempenho de 16,46% além do previsto. Diante do quantitativo mencionado para o alcance deste indicador, alguns fatores merecem destaque pela contribuição neste desempenho positivo.

De início, tal qual observado no período anterior, aproximadamente 73,7% do número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço APEC relaciona-se à modalidade dos atendimentos sociais prévios às Audiências de Custódia, ocasião em que dos 7.302 atendimentos totais feitos neste período, 5.381 foram executados nesta modalidade.

Observa-se que, antes da audiência de custódia, os custodiados recebem atendimento prioritário da equipe técnica do Serviço APEC, com o objetivo de atender a demandas emergenciais e urgentes. Esse procedimento explica por que a maioria desses atendimentos está relacionada a essa etapa inicial. Além disso, os Magistrados, a Defensoria Pública e o Ministério Público, ao analisarem o Relatório Informativo de Condições Pessoais e Sociais — elaborado com base no atendimento social prévio —, passam a considerar a situação individualizada de cada custodiado. Esse relatório apresenta possíveis encaminhamentos e diálogos com a rede de proteção social do município, o que contribui para decisões judiciais mais adequadas durante a Audiência de Custódia. Por essa razão, os atores envolvidos demonstram interesse em garantir a realização desses atendimentos prévios.

Em contrapartida, no que tange à modalidade dos atendimentos sociais posteriores às Audiências de Custódia, novamente é possível perceber uma oscilação nos meses que compõem o trimestre em questão, dado que, conforme descrito no relatório anterior, a realização de tal modalidade está vinculada a fatores externos, que impactam diretamente na realização do trabalho desenvolvido pelas equipes técnicas e no quantitativo de público atendido. Desta forma, ainda se constata nas APECs de Belo Horizonte, Contagem e Uberlândia fatores comuns, a seguir relacionados.

O primeiro fator a ser considerado é o horário em que os Juízes comunicam às equipes técnicas as decisões sobre as audiências realizadas. Essas decisões podem incluir: a liberação do custodiado por meio de alvará de soltura (nesse caso, ele só passará pelo atendimento técnico posterior se houver necessidade de intervenções em situações de vulnerabilidade); o encaminhamento para serviços da rede de proteção social; orientações sobre direitos fundamentais e garantias legais; ou a aplicação de medidas cautelares — desde que já definidas pelo Magistrado na sentença. Sem a decisão emitida, a equipe não consegue realizar o referido atendimento. Outro fator importante, que também continua transcorrendo é a condução de custodiados de volta para a unidade prisional, sem o encaminhamento para a realização dos atendimentos posteriores, após as audiências de custódia.

Em meio aos números acima expostos e sobre as análises ora realizadas, insta destacar, novamente neste relatório, que dois espaços de capacitação específicos relacionados a esse eixo do Serviço foram efetuados pela supervisão de prevenção no decorrer do trimestre, no intuito de promover a qualificação técnica das equipes e aprimorar as intervenções com o público atendido, bem como fomentar nos Gestores Sociais o desenvolvimento de repertórios para as articulações com os atores do Sistema de Justiça Criminal e com os demais atores que fazem parte do fluxo interno do trabalho desenvolvido pelo Serviço APEC. Assim, com a ampliação do repertório, é possível que a Gestão Social consiga realizar articulações no sentido de intervir sobre os fatores externos que têm impactado diretamente no quantitativo de público atendido, em especial, nos atendimentos sociais posteriores, o que impacta também no alcance do indicador 8.1.

Em face disso, são identificados os municípios que contribuíram de maneira significativa para a ampliação do número de atendimentos:

• Belo Horizonte: no trimestre em voga, o Serviço APEC superou a meta acumulada de atendimentos, previamente estimada em 2.100, alcançando o total de 2.283 atendimentos realizados. Esse resultado reflete, em grande parte, os constantes alinhamentos e articulações com os diversos atores que integram a CEAC-BH e o sistema de Audiência de Custódia. Dentre os principais parceiros institucionais, destacam-se os dois Juízes fixos responsáveis pelas audiências, a Coordenação da CEAC e a Coordenação da Polícia Penal. Essas parcerias têm sido fundamentais para fortalecer a atuação do Serviço e ampliar o reconhecimento de sua relevância junto ao público atendido. Adicionalmente, ressalta-se que a organização da equipe técnica, aliada à atuação estratégica da Gestão Social, tem sido determinante para a efetividade dos atendimentos e a realização de encaminhamentos qualificados à rede de proteção social. A sinergia entre a equipe técnica e a Gestão Social tem contribuído diretamente para a

consolidação do Serviço como uma referência no cuidado e na articulação de políticas públicas voltadas ao público custodiado.

Uberlândia: o Serviço APEC de Uberlândia, mais uma vez, apresentou desempenho superior à meta estabelecida neste indicador. No período em análise, foram realizados 845 atendimentos acumulados no trimestre, frente a uma meta estimada de 285, o que representa um cumprimento de aproximadamente 196% do previsto. Esse resultado evidencia a continuidade do crescimento exponencial do Serviço desde sua implantação. Entre os fatores que contribuíram para esse avanço, destaca-se a recente incorporação de uma terceira analista à equipe. A ampliação do quadro de profissionais tem possibilitado um maior número de atendimentos e encaminhamentos, otimizando a capacidade de resposta do Serviço às demandas do público atendido. Já o cenário das Audiências de Custódia, que seguem sendo realizadas por diferentes Magistrados no município, permanece inalterado. No entanto, essa particularidade vem sendo objeto de atenção da Supervisão da Prevenção, em articulação com a Gestão Social, no eixo das articulações político-institucionais que competem ao Serviço. O objetivo tem sido manter e fortalecer a apresentação do Serviço APEC aos Juízes, a fim de consolidar sua atuação e garantir sua efetividade junto ao público-alvo. Adicionalmente, conforme aponta o 25º Relatório de Monitoramento, têm sido analisadas, em conjunto com a Gestão Social, as possíveis causas para o expressivo aumento no número de atendimentos realizados, sobretudo porque essa realidade difere significativamente do cenário observado nos primeiros momentos de funcionamento do Serviço. Esses resultados demonstram não apenas a evolução do Serviço APEC, mas também o comprometimento contínuo da equipe envolvida em garantir sua eficácia e impacto positivo no

Isto posto, faz-se necessário aprofundar na análise do município que não contribuiu a contento para o desempenho no referido período.

• Contagem: No trimestre analisado, o município em questão realizou um total de 403 atendimentos, diante de uma meta previamente estipulada de 465. Embora o número de atendimentos tenha se aproximado do previsto, o resultado ficou aquém do pactuado, refletindo desafios enfrentados ao longo do período. Para tanto, dois fatores devem ser considerados como influências diretas nesse desempenho. Primeiramente, até o mês de maio, o Serviço APEC funcionou exclusivamente no período da tarde – o horário em que são realizadas as audiências de custódia – o que limitou significativamente a disponibilidade para o atendimento aos custodiados, em especial os atendimentos sociais prévios. Em segundo lugar, a equipe responsável pelo Serviço era composta por apenas duas analistas, encarregadas de conduzir todos os atendimentos, o que comprometeu a capacidade plena de atuação. Assim como no município de Uberlândia, espera-se que a chegada da terceira analista para compor a equipe e ampliar as possibilidades atendimentos e encaminhamentos do público seja um fator que potencialize o quantitativo de atendimentos a ser realizado.

Outro aspecto relevante que pode ter impactado a realização dos atendimentos, neste caso os posteriores, refere-se à dinâmica das audiências no município de Contagem. Ao contrário de Belo Horizonte, onde as audiências são conduzidas por apenas dois Magistrados, em Contagem participam 11 juízes distintos. E, da mesma maneira como tem sido conduzido com a Gestão Social de Uberlândia, é um cenário que vem sendo trabalhado pela Supervisão da Prevenção, no que tange o eixo das articulações político institucionais, para que a apresentação do Serviço APEC continue sendo realizada aos Magistrados, no intuito de consolidar o Serviço e sua atuação junto ao público no município. Diante desses elementos, é fundamental considerar o acompanhamento bem próximo dos pontos acima descritos, visando alcançar melhores resultados nos próximos trimestres.

Área Temática: Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (Apec)				
Indicador nº 8.2. Número acumulado de ações do Serviço Apec junto às redes de apoio				
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório			
• 1.554 •	• 1.061 •			
Descrição do Indicador				

Como sinalizado no "Manual de Proteção Social na Audiência de Custódia", o Serviço Apec atua na perspectiva da articulação de rede como algo necessário, tanto para a inclusão e acesso a direitos, quanto para o cumprimento das medidas cautelares. Dessa forma, o Serviço acolhe, identifica demandas e faz mediação com as políticas públicas para realizar encaminhamentos que podem atender às questões apresentadas no âmbito da proteção social, bem como no âmbito do cumprimento da determinação judicial. Nesse sentido, as ações junto às redes de apoio são construídas a partir do mapeamento, reconhecimento dos serviços e políticas públicas, de forma horizontal e intersetorial. Este indicador visa mensurar o quantitativo de ações de rede realizadas pelo Serviço, alinhadas à metodologia estabelecida, que considera os parâmetros nacionais.

Para fins deste indicador, são consideradas ações junto às redes de apoio:

- 1. Reuniões de articulação com instituições da rede parceira (serviços de proteção social e de acompanhamento de medidas cautelares) para discussão sobre o acompanhamento do público e fluxos (encaminhamento e/ou comunicação);
- 2. Reuniões de articulação com os órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e demais atores que compõem a audiência de custódia, para discussão sobre o atendimento do público e fluxos (encaminhamento e/ou comunicação);
- 3. Participações em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes nos municípios que discutam temas relacionados à pessoa custodiada;
- 4. Número de articulações realizadas nos encontros de rede desenvolvidos pelo Serviço;
- 5. Encaminhamentos para a rede parceira (serviços de proteção social e de acompanhamento de medidas cautelares). Este indicador será calculado pelo somatório cumulativo do número de ações de rede nas modalidades acima. As ações deverão ser contabilizadas de acordo com a quantidade de intervenções realizadas, na mesma modalidade ou em modalidades diferentes.

Ademais, as Apec's devem resguardar na sua sede os comprovantes de cada uma das ações indicadas. Todas essas ações possuem modelos de instrumento que serão fornecidos pela SEJUSP/SUPEC.

Unidade de medida: nº absoluto

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das Apec à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Fórmula de Cálculo: número de ações realizadas no período avaliatório e, cumulativamente, nos períodos anteriores. Polaridade: quanto maior melhor.

Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 26º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/04/2025 a 30/06/2025 obtevese um total acumulado de • 1.061 • pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Serviço Apec. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 1.554 • ações, o Programa não atingiu o objetivo estabelecido.

8.2. Número acumulado de ações do Serviço Apec junto às redes de apoio					
Municípios	25° PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	Total
BELO HORIZONTE	141	30	73	149	393
CONTAGEM	63	28	33	68	192
UBERLANDIA	175	96	103	102	476
Total	379	154	209	319	1061

No segundo trimestre de 2025, o Serviço APEC realizou um total de 682 ações junto às redes de apoio, frente a uma meta pactuada de 831 articulações para o período. Embora o resultado represente um desempenho abaixo do esperado para o indicador, é relevante destacar que houve um aumento significativo em relação ao trimestre anterior, especialmente no mês de junho.

O crescimento observado é resultado da dedicação das equipes, que, em colaboração com a Gestão Social, adaptaram seus processos internamente para conciliar as atividades de articulação com a demanda por atendimentos. Entre as estratégias adotadas, destaca-se a divisão das equipes por regionais, possibilitando maior alcance e conhecimento dos diversos territórios que compõem os municípios. Além disso, os Gestores Sociais, além de apoiar a organização das ações, têm atuado diretamente nas articulações de rede, fortalecendo os vínculos e a presença do Serviço nos territórios e diversos espaços institucionais.

Durante o trimestre, também foram realizados dois espaços de capacitação com foco específico na temática das articulações de rede. As formações foram promovidas pela Supervisão da Prevenção e tiveram como objetivo qualificar tecnicamente as equipes e ampliar os repertórios de estratégias de atuação nesse eixo. Nessas ocasiões, foi reforçada a importância de priorizar as articulações de rede como parte central das ações do Serviço e da necessidade de garantir a constância e a qualidade na circulação pelas redes.

Outro ponto de destaque é o avanço na interlocução entre o Serviço APEC e o Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais, especialmente sob dois aspectos. O primeiro deles é a realização de diálogos voltados à identificação das instituições parceiras em cada regional de Belo Horizonte, considerando que a divisão regional também está em funcionamento no Serviço APEC BH. Já o segundo diz respeito às articulações com as Centrais de Acompanhamento de Alternativas Penais dos respectivos municípios, para o encaminhamento e acompanhamento público nos casos das medidas cautelares.

Essas iniciativas demonstram o compromisso contínuo com o fortalecimento das articulações interinstitucionais e com a qualificação das ações desenvolvidas pelo Serviço APEC, mesmo diante de desafios. A expectativa é de que, com o amadurecimento e a consolidação das estratégias trabalhadas junto à Gestão Social e às equipes, os resultados neste indicador possam ser gradualmente alcançados nos próximos trimestres, reforçando a importância da articulação de rede como um dos pilares da atuação do Serviço APEC.

Após essas elucidações sobre as ações realizadas com o intuito de desenvolvimento do Indicador II, é preciso analisar com maior profundidade o município que não apresentou um desempenho satisfatório no período em questão.

• Belo Horizonte: no primeiro trimestre de 2025, a equipe do Serviço APEC BH realizou 252 ações de articulação junto às redes de apoio, frente a uma meta estabelecida de 570 para o período. Embora o resultado ainda esteja aquém do esperado, é importante destacar os esforços empreendidos pelas equipes para a aproximação do número pactuado, especialmente a partir das estratégias definidas nos espaços de capacitação realizados ao longo do trimestre. Dentre as principais medidas adotadas pela equipe técnica em conjunto com a Gestão Social, destacam-se: o investimento no registro e formalização das articulações com os atores internos no espaço da CEAC, com vistas a fortalecer o diálogo institucional e a organização do fluxo de trabalho; a intensificação de ações com instituições do terceiro setor nos territórios, ampliando a rede de apoio e promovendo maior capilaridade das intervenções junto ao público atendido; a construção de um fluxo sistemático de discussão de casos com o PAI-PJ, a partir das demandas identificadas junto aos custodiados atendidos pelo Serviço; a manutenção do contato permanente com a equipe técnica da CEAPA, visando o alinhamento de ações e o fortalecimento da parceria. Essas estratégias demonstram o empenho da equipe em buscar superar os desafios e alcançar os objetivos estabelecidos.

Noutro giro, é igualmente relevante destacar os municípios cujas equipes conseguiram desenvolver as ações de rede em conformidade com as metas pactuadas para o período.

Uberlândia: destaca-se que, no período avaliativo em questão, o Serviço APEC de Uberlândia realizou 301 ações de articulação de rede, superando de forma expressiva a meta pactuada para o trimestre, que era de 54 ações. Esse desempenho significativamente superior evidencia não apenas o comprometimento da equipe, mas também a qualificação dos atendimentos realizados. Um dos fatores determinantes para esse resultado foi o elevado

número de encaminhamentos realizados para a rede parceira, o que contribuiu diretamente para o alcance e a superação do indicador. Tal volume de encaminhamentos reforça a efetividade do trabalho técnico desenvolvido, bem como a articulação efetiva com os serviços do município. Adicionalmente, conforme já mencionado, a ampliação do quadro de analistas sociais teve papel fundamental nesse avanço. Desde o mês de junho de 2025, o Serviço passou a contar com três analistas, o que ampliou sua capacidade de atendimento e, por conseguinte, aumentou a quantidade de encaminhamentos realizados. Essa estrutura reforçada tem possibilitado uma escuta mais qualificada e uma resposta mais eficiente às demandas do público atendido, refletindo diretamente na melhoria dos resultados apresentados pelo Serviço. Por fim, no que toca às articulações com a rede parceira, a Gestão Social tem sido orientada a priorizar e organizar tais articulações junto à equipe, de modo que seja possível a circulação nos diversos espaços do município.

Contagem: no segundo trimestre de 2025, ao contrário do desempenho observado no trimestre anterior, o município de Contagem superou a meta pactuada para as ações de articulação de rede. Foram realizadas 129 ações, frente a uma expectativa de 99 para o período. Esse resultado representa um avanço significativo e evidencia a consolidação da atuação do Serviço no município. Cabe destacar que os encaminhamentos para a rede de proteção social — uma das modalidades consideradas neste indicador — são realizados durante o atendimento posterior, momento em que se consolida, mais uma vez, a escuta qualificada. A ampliação da equipe técnica, com a incorporação de um terceiro analista a partir de meados de maio de 2025, contribuiu diretamente para esse aumento. Somado a isso, a alteração no horário de funcionamento do Serviço, que passou a atender o público custodiado também no período da manhã, ampliou significativamente sua capacidade operacional. Outro ponto importante foi a contratação de um Gestor Social exclusivo para o município de Contagem. Desde sua chegada, esse profissional tem desempenhado um papel estratégico na articulação com os atores do Sistema de Justiça Criminal, da CEAC Contagem, Polícia Penal e da rede de proteção social, contribuindo para o aumento gradual dos atendimentos sociais posteriores, em especial, e, consequentemente, do número de encaminhamentos do público realizados. Além disso, a Gestão Social tem promovido, junto à equipe, a organização das articulações institucionais, incentivando a circulação do Serviço nos diversos espaços do município e fortalecendo sua presença nos territórios. Esses avanços refletem não apenas a melhoria na estrutura de trabalho, mas também o fortalecimento do compromisso da equipe com a qualificação do atendimento prestado e com a integração efetiva do Serviço APEC às políticas públicas locais. Por fim, cabe salientar que o Serviço APEC de Contagem também tem realizado a manutenção do contato permanente com a equipe técnica da CEAPA, visando o alinhamento de ações, a discussão dos casos que serão acompanhados em virtude da aplicação das medidas cautelares, e o fortalecimento da parceria.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (PROTEJA MINAS)

Contextualização Geral dos Indicadores:

O Proteja Minas é o mais recente programa a integrar a Política de Prevenção Social à Criminalidade do Estado de Minas Gerais (Lei nº 23.450, de 24 de outubro de 2019). Lançado em 2025, no município de Ubá, o Programa representa um reforço significativo à política pública de enfrentamento à violência contra mulheres e meninas em Minas Gerais, com atenção especial à prevenção e à atuação territorializada.

a) Análise global de cada indicador e do desempenho das unidades que apresentam maior oscilação, apresentando as discussões e elementos metodológicos associados à sua execução (desempenho segundo metas definidas, mudanças na contabilização, aplicação de desenvolvimento de estratégias de execução; focalização em ações; orientações técnicas definidas para o período).

Este relatório tem como objetivo apresentar uma análise fundamentada dos resultados alcançados no 26º Período Avaliatório, de modo a subsidiar os processos contínuos de monitoramento, avaliação de desempenho, aprimoramento da execução das metas pactuadas e, sobretudo, contribuir para a qualificação contínua, conforme as diretrizes do Programa Proteja Minas e do Contrato de Gestão nº 002/2019.

Antes de apresentar as análises referentes ao 26º Período Avaliatório, e em atenção à recomendação da DCM, referente ao 25º Relatório Gerencial de Resultados, que apontou a ausência de ações coletivas alinhadas à metodologia do Programa, previstas para o primeiro trimestre de atuação, este relatório apresenta:

O cronograma trimestral das ações previstas e executadas no município, com foco no fortalecimento dos atendimentos coletivos e da dimensão territorial das atividades, conforme pactuado no Contrato de Gestão; (Conforme link Cronograma)

Ademais, procedeu-se ao registro sistemático das fontes comprobatórias das ações coletivas realizadas, visando evidenciar o alinhamento com as diretrizes metodológicas do Programa e demonstrar a superação dos apontamentos identificados na avaliação anterior.

Destaca-se, ainda, que foram adotadas medidas internas voltadas à reorganização metodológica e administrativa, como a adequação de instrumentais e planilhas de registro das ações e atendimentos, elaboradas pela AGI, além do acompanhamento sistemático realizado pela Diretoria, Coordenação/SUPEC e Supervisão de Prevenção. Também foram promovidas capacitações com a gestora social e a equipe técnica, com o objetivo de assegurar maior efetividade na execução das ações e na sistematização dos resultados, especialmente no que se refere à articulação em rede e à mobilização comunitária.

Cabe destacar, ainda, que, em decorrência das mudanças nos cargos ocorridas na Organização Social Instituto Elo, no que se refere a implementação da Supervisão de Prevenção, tornou-se necessário iniciar um processo de reestruturação interna, envolvendo tanto aspectos metodológicos quanto organizacionais.

Nesse cenário, a Supervisão de Prevenção assumiu um papel estratégico na qualificação da gestão social, com ênfase no alinhamento conceitual à metodologia do Programa, no fortalecimento da autonomia e na responsabilização frente às diretrizes institucionais. Reforçou-se, ainda, a importância de qualificar e acompanhar de forma contínua a equipe técnica, com vistas ao fortalecimento da execução das ações e ao aprimoramento dos resultados.

Nesse sentido, nos meses de abril, maio e junho, foram realizadas supervisões contínuas com a gestora social, acompanhadas de capacitações com a participação da equipe técnica. Essas ações foram planejadas de forma articulada com a SUPEC, priorizando a escuta técnica, a análise dos desafios identificados e a construção coletiva de estratégias de qualificação da atuação profissional.

As intervenções tiveram como objetivo fortalecer a compreensão metodológica do Programa e qualificar a condução das atividades desenvolvidas pela equipe. A seguir, apresentam-se os principais destaques desses momentos formativos, os conteúdos abordados e os efeitos observados na organização do trabalho e no desempenho da equipe.

Destaques das Ações Formativas

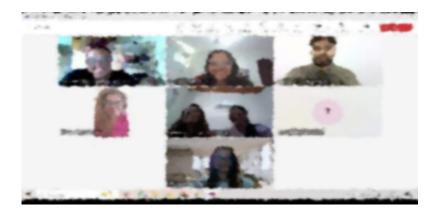
1 - Capacitação Abril, Maio, Junho - 2025

Na data de 9 de abril de 2025, foi realizada uma capacitação promovida pela Coordenação e Diretoria do Programa Proteja Minas/SUPEC, com foco no aprimoramento dos instrumentais e da planilha de registro das ações e atendimentos. A atividade teve como objetivo qualificar o uso das ferramentas de sistematização, assegurando maior padronização nos registros realizados pelas equipes técnicas no âmbito do Programa.

A abordagem utilizada na capacitação integrou exposição dialógica, análise prática e esclarecimento de dúvidas operacionais, o que favoreceu uma melhor compreensão tanto do uso dos instrumentos quanto da capacidade de monitoramento e avaliação das ações. Esse processo impactou diretamente na qualidade das informações produzidas e na efetividade do acompanhamento das metas pactuadas. Observou-se, ainda, maior segurança da equipe na utilização dos instrumentos, bem como melhoria na organização dos registros e maior fluidez nos processos de trabalho.

No dia 11 de abril de 2025, foi realizada uma capacitação ministrada pela Supervisão de Prevenção, com a temática "Rede de Enfrentamento e Rede de Atendimento à Violência contra a Mulher". Durante a formação, foram abordados os conceitos fundamentais de ambas as redes e os serviços que as integram, com destaque para suas atribuições e formas de atuação. A atividade teve como objetivo qualificar os atendimentos e as ações realizadas pela equipe, além de fortalecer a articulação com os serviços da rede, contribuindo para uma atuação mais integrada.

A capacitação foi conduzida por meio de uma abordagem dialógica, que integrou momentos expositivos e o compartilhamento de experiências entre os profissionais. Estimulou-se a participação da equipe, com o propósito de ampliar o repertório técnico, promover maior clareza sobre os serviços que compõem a rede, suas respectivas atribuições e limites institucionais, além de reforçar sua importância na prevenção e enfrentamento à violência contra às mulheres.



Capacitação Rede de Atendimento e Rede de Enfrentamento, realizada em 11 de abril de 2015, com a participação da Supervisão de Prevenção do Proteja, Equipe do Proteja Minas, a Coordenação do Proteja e a Supervisão da Prevenção do Programa Selo.

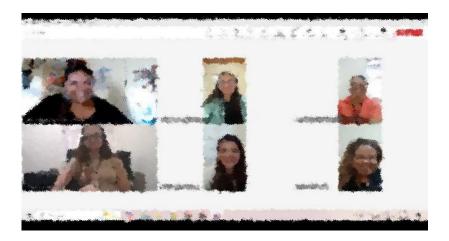
No dia 16 de abril de 2025, foi realizada, sob condução da Supervisão de Prevenção, uma capacitação com a temática "Atendimento Coletivo", voltada à qualificação metodológica da equipe do Programa. A formação teve como objetivo fortalecer o entendimento conceitual e técnico sobre os atendimentos e ações coletivas, destacando seu papel como estratégia central para a prevenção da violência contra as mulheres. A atividade abordou os fundamentos que sustentam a prática coletiva no contexto do Programa, com ênfase em: Princípios e objetivos dos atendimentos coletivos; Etapas de planejamento e execução das ações.



Capacitação Atendimento Coletivo, realizada em 16 de abril de 2015, com a participação da Supervisão da Prevenção, Equipe Proteja Minas e Coordenadora do Proteja Minas

Em 12 de maio de 2025, foi realizada uma capacitação ministrada pela coordenadora Maressa/SUPEC, com foco na temática "Grupo Reflexivo de Gênero", voltada à qualificação da equipe técnica. A atividade teve como objetivo aprofundar o entendimento conceitual e metodológico sobre os grupos reflexivos, reconhecendo-os como uma estratégia de prevenção e enfrentamento da violência de gênero.

Durante a formação, foram abordados conteúdos relacionados aos fundamentos teóricos dos grupos reflexivos, conforme as diretrizes da Lei Maria da Penha. A condução da atividade ocorreu por meio de exposição dialógica, promovendo reflexão crítica e alinhamento conceitual.



Capacitação realizada, em 12 de maio de 2025, com a participação da Coordenadora do Proteja, a Equipe Proteja Minas e Supervisão Metodológica.

Na data de 30 de junho de 2025, foi realizada uma capacitação ministrada pela Dra. Sandra, representante do Ministério Público de Minas Gerais/CAOVD, sobre o Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FONAR). A atividade teve como objetivo qualificar a equipe técnica do Programa Proteja Minas quanto ao uso adequado do instrumento, reconhecendo-o como uma ferramenta essencial para a identificação de riscos e a proteção de mulheres em situação de violência.

Durante a capacitação, foram discutidos: os fundamentos legais e institucionais do FONAR; a estrutura e os critérios de risco utilizados no formulário; e a importância da escuta qualificada e do olhar técnico na aplicação do instrumento.



Capacitação realizada no dia 30 de maio de 2025, com a participação da Dr.a°Sandra MPMG, a do MPMG, Equipe Programa Proteja Minas, a Coordenadora do Proteja/SUPEC, a Diretora do Proteja/SUPEC, Supervisora de Prevenção do Proteja.

Área Temática: Proteja Minas

Indicador nº 9.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Prevenção à Violência contra a Mulher

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 355 •	• 384 •

Descrição do Indicador

O Programa de Prevenção à Violência contra a Mulher tem por objetivo contribuir para a prevenção e redução da violência doméstica e familiar contra a mulher nos municípios de abrangência do programa, tendo como público-alvo mulheres e meninas em situação ou suscetíveis à violência; homens; e vítimas indiretas da violência doméstica e familiar contra as mulheres do município de atuação do Programa. Para tanto desenvolve ações com foco no âmbito preventivo, buscando alcançar de maneira indiscriminada mulheres e homens, independente da faixa etária, que residam no município de atuação do Programa, desenvolvendo ações que promovam o esclarecimento sobre os direitos e mecanismos de prevenção e proteção voltados para mulheres em situação de violência. As ações serão destinadas a toda e qualquer mulher ou homem, independente se já vivenciaram ou não o fenômeno da violência a partir das seguintes modalidades de atendimentos:

- a) Projetos de Prevenção: Os projetos de prevenção são um conjunto de estratégias pontuais, desenvolvidas pelas equipes técnicas através da leitura de cenários da dinâmica social e criminal do município de atuação do Programa, podendo ou não se restringir a determinados territórios, isso porque as realidades municipais e territoriais também podem se configurar como importantes fatores de risco e proteção para as mulheres e, portanto, devem ser contempladas nos projetos. Dessa forma, os projetos de prevenção terão como público-alvo mulheres e/ou homens moradores de determinada região que possam ou não se encontrar em situação de violência, e que configuram importantes atores na reestruturação social de uma convivência menos violenta.
- b) Atendimentos Individuais: O atendimento individual humanizado pode contemplar mulheres e seus dependentes em situação de violência, promovendo a identificação das violências, o perfil das vítimas, seus dependentes e dos agressores, bem como a identificação do risco e das vulnerabilidades existentes; e também mulheres que não necessariamente se encontrem em um ciclo de violência, mas que já podem ter sofrido em algum momento da vida a violência ou estejam vulneráveis a esse fenômeno. Nos atendimentos deverá ser priorizada a construção de vínculo entre a atendida e a equipe técnica, de modo a gerar confiança para o compartilhamento e construção de soluções de situações tão difíceis e delicadas. Os atendimentos poderão acontecer na Unidade de Prevenção à Criminalidade UPC, na Unidade Móvel* e ainda em espaços da rede parceira de maneira que facilite o acesso da mulher e/ou vítimas indiretas da violência ao serviço prestado.
- c) Atendimentos Coletivos: Os atendimentos coletivos têm por objetivo atender grupos ou conjunto de pessoas na perspectiva da prevenção à violência contra a mulher através das seguintes intervenções:
- Oficinas: As oficinas têm por objetivo proporcionar espaços de escuta coletiva de mulheres em situação de violência, visando o fortalecimento individual e coletivo das mulheres através de trocas de experiências. Essas ações deverão ser desenvolvidas na UPC física, preferencialmente, e terão o foco no desenvolvimento de estratégias que contribuam para a proteção da mulher e o rompimento do ciclo de violência;
- Rodas de conversa: As rodas de conversa são metodologias que proporcionam um espaço dialógico que permite a expressão de todas as mulheres e pessoas participantes buscando um aprendizado/crescimento e fortalecimento conjunto. Podem ser realizadas ou não dentro da UPC.
- Grupos reflexivos: São intervenções a serem aplicadas necessariamente com mulheres que se encontram em situação de violência, a partir da metodologia de encontros de grupo, no qual as mulheres possam refletir sobre a violência vivida, e juntas se fortalecerem e pensarem estratégias de fortalecimento para o rompimento do ciclo de violência.
- Fóruns: Os fóruns se constituem como espaços de diálogo entre instituições e população proporcionando troca e construções coletivas a respeito das políticas públicas. Espaços para construção de diagnóstico e devolutiva de resultados, de planos de ação e priorização de agendas junto à população.

Unidade de medida: nº absoluto

Fonte de comprovação do indicador

Fontes de Comprovação: Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas da sede do Programa de Prevenção à Violência Contra a Mulher, à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Fórmula de cálculo: Número de atendimentos realizados em todas as modalidades do período avaliatório e, cumulativamente, dos períodos anteriores.

Polaridade: quanto maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): (resultado / meta) x 10

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No que se refere ao Indicador 9.1 – Número acumulado de atendimentos, a meta pactuada para o período avaliatório foi alcançada, conforme previsto para o segundo trimestre e estabelecido no Contrato de Gestão nº 002/2019. A meta estipulada era de 355 atendimentos, sendo realizados 384 atendimentos no período.

Indicador Programa Proteja Minas – 26° PA				
Modalidades	Abril	Maio	Junho	TOTAL
Atendimentos individuais	14	16	06	36
Oficinas	0	0	0	0
Rodas de Conversa	0	59	04	63
Grupos Reflexivos	0	03	06	09
Fóruns	0	0	0	0
Palestras	0	58	218	276
Projetos	0	0	0	0
TOTAL MÊS	14	136	234	
TOTAL PA			384	

O indicador analisado contempla um total de sete modalidades de atendimento, sendo uma de natureza individual e seis de caráter coletivo: oficinas, rodas de conversa, grupos reflexivos, fóruns, palestras e projetos. Cada uma dessas modalidades desempenha uma função estratégica no contexto metodológico do Programa. No período avaliatório, observou-se maior incidência nas modalidades de palestras e rodas de conversa, o que impactou diretamente os resultados quantitativos do indicador.

O aumento do indicador na modalidade roda de conversa, está fortemente atrelado às articulações realizadas, em maio, pela gestão social e equipe técnica, junto à atenção primária à saúde e lideranças comunitárias. Identificou-se, nesse contexto, uma demanda significativa de mulheres em situação de violência. A iniciativa teve como objetivo ampliar o conhecimento da rede

sobre o Programa Proteja Minas, fortalecendo os fluxos de encaminhamento e promovendo ações integradas. Como resultado, firmou-se parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, viabilizando rodas de conversa com foco na prevenção das violências contra mulheres e na divulgação do programa ao público.

No que se refere ao desempenho do indicador na modalidade coletiva palestras, atribui-se parte do resultado às atividades realizadas no âmbito do Projeto "Prevenção é na Base", que contou com a participação de 97 jovens, e às ações alusivas à campanha Junho Violeta, que mobilizaram 90 pessoas. Tais iniciativas contribuíram diretamente para o aumento do número de atendimentos e para o fortalecimento da visibilidade do programa.

Destaca-se que os resultados obtidos refletem o empenho e comprometimento da equipe na execução das atividades propostas, evidenciando avanços importantes mesmo diante dos desafios apresentados. Entre os principais pontos, destacam-se o início do processo de implementação das ações coletivas no município, as dificuldades nas articulações iniciais com a rede de serviços, os esforços de mobilização social e as estratégias voltadas à divulgação do Programa e dos serviços ofertados, que ainda se encontra em fase de consolidação no Município. Soma-se a esse contexto o processo de construção do repertório metodológico por parte da equipe técnica e da gestão, bem como seu desenvolvimento na perspectiva de fortalecê-la enquanto liderança estratégica. Ademais, o cenário local é marcado por um conhecimento ainda limitado sobre a política de prevenção social à criminalidade e à violência.

Embora o resultado pactuado no Contrato de Gestão tenha sido alcançado, é fundamental destacar a importância de qualificar o indicador por meio da ampliação e diversificação das modalidades de atendimento. Observa-se a necessidade de fortalecer ações com foco na prevenção, especialmente aquelas voltadas às mulheres e meninas, conforme previsto na proposta metodológica do Programa.

Dentre essas modalidades, destacam-se os grupos reflexivos, que contribuem significativamente para o enfrentamento e prevenção das violências de gênero, e as oficinas de qualificação profissional, cuja construção e implementação podem representar um avanço significativo para o desenvolvimento da autonomia financeira, capacitação profissional e fortalecimento das mulheres atendidas.

Destacam-se, a seguir, as ações realizadas nos meses de abril, maio e junho, nas diferentes modalidades de atendimento previstas na metodologia do Programa;

2- Atendimentos Individuais Abril - Maio e Junho 2025

No mês de abril, foram realizados 14 atendimentos individuais a mulheres em situação de violência doméstica, que receberam acolhimento e acompanhamento por parte da equipe técnica da Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC). As abordagens foram conduzidas com escuta qualificada, visando ao fortalecimento emocional, à promoção da autonomia e ao rompimento do ciclo da violência, com encaminhamentos adequados à rede do Município sempre que necessário.

No mês de maio, foram realizados 16 atendimentos individuais com o mesmo perfil de atuação, e em junho, 6 atendimentos, mantendo o compromisso com a atenção e acolhimento às mulheres atendidas. Esses atendimentos representam uma importante estratégia do Programa Proteja Minas, alinhada às diretrizes metodológicas de prevenção e enfrentamento à violência doméstica.

3 - Rodas de Conversa Maio - 2025

No dia 15 de maio, a equipe técnica do Programa Proteja Minas realizou uma roda de conversa com lideranças comunitárias no bairro Solar, em Ubá/MG, com o objetivo de conhecer o território, fortalecer articulações locais e divulgar as ações do Programa.

Durante o encontro, mulheres atuantes e representativas na comunidade compartilharam relatos sobre a realidade vivenciada no território, destacando dificuldades no acesso a serviços públicos essenciais e a recorrência de casos de violência doméstica. A iniciativa teve como finalidade promover o diálogo com agentes comunitários que vivenciam os desafios locais, visando à construção conjunta de estratégias de enfrentamento à violência de gênero.



Roda de Conversa conversa com lideranças comunitárias no bairro Solar e Equipe Proteja Minas.

No dia 24 de maio, 24 moradores do bairro Solar, em Ubá (MG), participaram de uma roda de conversa promovida pela equipe do Programa Proteja Minas, com foco na prevenção e conscientização sobre a violência contra a mulher. O encontro foi realizado na Escola Municipal Professora Maria Luzia Brandão Teixeira, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, que disponibilizou uma unidade móvel de vacinação (Vacimóvel) para atender à população local. Durante a atividade, foram oferecidas todas as vacinas previstas no Calendário Nacional de Imunização.

A iniciativa revelou-se de grande relevância diante das dificuldades enfrentadas pelo bairro no acesso a serviços públicos essenciais. Além disso, a presença de casos de violência doméstica foi uma demanda expressa pelas lideranças comunitárias durante o diálogo com a equipe técnica do programa, reforçando a importância da ação para o fortalecimento da rede no Município.



Roda de Conversa moradoras do bairro Solar e Equipe Proteja Minas.

Nos dias 28 e 29 de maio de 2025, a equipe técnica do Programa Proteja Minas realizou rodas de conversa com participantes dos grupos de alongamento da Praça Getúlio Vargas e do Campo Bonsucesso, em Ubá/MG, contando com a participação de 16 e 15 pessoas, respectivamente. Durante as atividades, foi conduzida uma dinâmica interativa com frases relacionadas à violência, que estimulou reflexões e diálogos construtivos entre os presentes.

A iniciativa teve como objetivo sensibilizar o público sobre os diferentes tipos de violência, além de divulgar informações acerca do funcionamento e das ações desenvolvidas pelo Programa Proteja Minas.



Roda de Conversa realizada na Praça Getúlio Vargas.

4 - Grupos Reflexivos Maio - 2025

No mês de maio de 2025, foram realizados três encontros do Grupo Reflexivo com mulheres atendidas pelo Programa Proteja Minas, como parte das estratégias coletivas de prevenção e enfrentamento à violência doméstica. A atividade integra a proposta metodológica do programa, com foco na promoção do acolhimento, escuta qualificada, fortalecimento da autoestima, reconstrução de vínculos, desenvolvimento da autonomia das participantes.

Destaca-se, neste período, a presença da Supervisora de Prevenção e da Coordenadora da SUPEC na unidade, que acompanharam um dos encontros para fins de monitoramento técnico e qualificação do processo. Na ocasião, foram prestadas orientações metodológicas com o objetivo de alinhar as práticas desenvolvidas e potencializar os impactos da atividade no processo de enfrentamento da violência vivenciada pelas mulheres participantes.



Primeiro Grupo Reflexivo realizado pela Equipe Técnica na UPC.

5 - Palestras Maio - 2025

No dia 27 de maio, a equipe do Programa Proteja Minas realizou uma atividade educativa do "Projeto de Prevenção É na Base" na Escola Estadual Padre Joãozinho, direcionada a 58 alunos do 2º ano do Ensino Médio. Na ocasião, foi apresentada a proposta do Programa, com destaque para seus objetivos e ações voltadas ao enfrentamento da violência doméstica e familiar. Durante a atividade, foram abordadas as diferentes formas de violência, física, psicológica, moral, patrimonial e sexual, com o intuito de ampliar o conhecimento dos estudantes sobre a temática.

Na sequência, foi realizada uma dinâmica em grupo com o objetivo de promover a interação dos participantes e estimular a reflexão crítica sobre o tema. Os alunos foram organizados em oito grupos, cada um recebendo uma situação hipotética relacionada à violência. A proposta consistia em identificar os tipos de violência presentes em cada exemplo e discutir como reagiriam diante de situações semelhantes.

A atividade favoreceu a participação ativa dos estudantes, que demonstraram engajamento e interesse na discussão. A ação revelou-se produtiva e significativa, ao proporcionar um espaço de diálogo sobre a importância do enfrentamento à violência e sobre os canais de apoio existentes.



Palestra realizada na Escola Estadual Padre Joãozinho.

6- Roda de Conversa Junho - 2025

No dia 27 de junho de 2025, a equipe do Programa Proteja Minas realizou uma roda de conversa no Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPS IJ), com a participação de 04 pessoas, apresentando a temática da violência de gênero contra a mulher. A ação teve como objetivo sensibilizar os participantes sobre as múltiplas formas de violência, seus impactos na vida das mulheres e a importância da construção de relações baseadas no respeito e sem violência.

A atividade foi conduzida por meio de uma abordagem dialógica, incentivando a escuta ativa, a troca de experiências entre os participantes. O encontro também possibilitou a apresentação do Programa Proteja Minas, destacando sua atuação na prevenção e enfrentamento à violência, bem como os serviços da rede de proteção às mulheres disponíveis no Município.



Roda de Conversa realizada no Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPS IJ).

7 - Grupo Reflexivo Junho - 2025

No mês de maio, a equipe do Programa Proteja Minas deu continuidade às atividades do Grupo Reflexivo, realizando o terceiro encontro com a participação de quatro mulheres e o quarto encontro com duas mulheres em situação de violência. As atividades foram conduzidas com base na metodologia do Programa, promovendo espaços de escuta qualificada, acolhimento e construção coletiva de saberes sobre os direitos das mulheres, os ciclos da violência e estratégias de fortalecimento pessoal.

8 - Palestras Junho - 2025

No dia 4 de junho de 2025, a equipe do Programa Proteja Minas desenvolveu uma ação do projeto "Prevenção é na Base" na Escola Estadual Deputado Carlos Peixoto Filho, com a realização de uma palestra educativa voltada para 97 alunos. A atividade teve como temática "Relacionamento saudável x relacionamento abusivo", abordando aspectos essenciais para a identificação de comportamentos violentos nas relações interpessoais, especialmente no contexto da adolescência e juventude.

A ação teve como objetivo promover a identificação sobre os sinais de abuso emocional, psicológico e físico em relacionamentos afetivos, bem como incentivar atitudes baseadas no respeito, no diálogo e na equidade de gênero. A abordagem metodológica foi interativa e reflexiva, buscando envolver os estudantes de forma ativa na discussão e na construção de saberes que contribuam para a prevenção da violência de gênero.



Palestra "Projeto Prevenção é na Base" na Escola Estadual Deputado Carlos Peixoto Filho.

No dia 18 de junho de 2025, em alusão à campanha Junho Violeta, a equipe do Programa Proteja Minas realizou uma palestra na Praça São Januário, com a participação de 90 pessoas. A atividade teve como tema "Papéis Sociais e Tipos de Violência", abordando as construções socioculturais que sustentam desigualdades de gênero e favorecem a perpetuação de diversas formas de violência contra às mulheres e meninas.

A ação teve como objetivo informar a comunidade sobre os impactos dos papéis sociais impostos historicamente às mulheres, bem como promover o reconhecimento e a identificação dos diferentes tipos de violência, física, psicológica, moral, patrimonial e sexual. Por meio de uma abordagem acessível e interativa, buscou-se fortalecer o conhecimento da população acerca dos direitos das mulheres, e dos serviços da rede de proteção do Município.



Palestra realizada na Praça São Januário.

No dia 26 de junho de 2025, a equipe do Programa Proteja Minas realizou uma palestra no CRAS COHAB, com a temática "Violência de Gênero e seus Reflexos na Família", que contou com a participação de 31 pessoas, entre usuárias dos serviços socioassistenciais e profissionais da rede local. A atividade teve como objetivo sensibilizar o público sobre os impactos multidimensionais da violência de gênero, especialmente no contexto familiar, afetando vínculos, saúde emocional e o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

A palestra abordou, de forma acessível e reflexiva, os tipos de violência previstos na Lei Maria da Penha, os padrões culturais que os sustentam, e os efeitos geracionais dessa realidade. Também foram discutidas estratégias de enfrentamento, com destaque para os direitos das mulheres, os serviços de apoio disponíveis e o papel da comunidade na construção de redes de proteção.



Palestra Realizada no CRAS COHAB, pela Equipe Proteja Minas.

Considerações finais

O 26º Período Avaliatório representou um avanço significativo na consolidação das estratégias metodológicas do Programa Proteja Minas no território de Ubá/MG. Observa-se que, além do cumprimento da meta pactuada para o Indicador 9.1, com o total de 384 atendimentos realizados, superando em 11,3% a meta estabelecida no Contrato de Gestão, houve progressos relevantes na diversificação das modalidades de atendimento, com destaque para as ações coletivas, especialmente nas categorias de palestras, rodas de conversa e grupos reflexivos.

Esse desempenho está diretamente relacionado ao empenho da equipe técnica, às articulações promovidas junto à rede local, à intensificação das ações de mobilização comunitária e processo de qualificação técnica da equipe, favorecida pelas capacitações realizadas ao longo do período. Ressalta-se o papel estratégico da Supervisão de Prevenção e Coordenação SUPEC, na condução de processos formativos e na orientação metodológica, fundamentais para o alinhamento às diretrizes do Programa.

Embora o desempenho positivo do indicador, observa-se um aumento expressivo nas modalidades das ações rodas de conversa, especialmente nas palestras. Esse resultado, embora relevante do ponto de vista quantitativo, reforça a importância de qualificar as estratégias de atendimento por meio da ampliação e diversificação das modalidades previstas na metodologia do Programa.

Torna-se necessário, portanto, fortalecer ações com foco na prevenção, com ênfase naquelas voltadas especificamente a mulheres e meninas, conforme orientações da proposta metodológica do Programa Proteja Minas. Além disso, a importância de investir no planejamento para o desenvolvimento de oficinas voltadas à autonomia financeira e à qualificação profissional de mulheres em situação de violência, bem como na ampliação dos grupos reflexivos.

Ainda que os resultados apresentados indicam avanços importantes, o trimestre também revelou desafios, como o processo de estruturação das ações coletivas, as limitações de articulação com alguns setores da rede e o conhecimento restrito da população local sobre a política de prevenção à violência. Esses aspectos evidenciam a necessidade de continuidade dos esforços voltados à qualificação da equipe, ao fortalecimento das articulações de rede e à ampliação do acesso da comunidade às ações do Programa.

Dessa forma, os resultados alcançados neste período avaliatório refletem o comprometimento da equipe, o fortalecimento das ações realizadas e a importância do Programa frente às demandas do Município, reafirmando seu papel enquanto política pública de prevenção social à criminalidade e à violência doméstica e familiar.

É importante registrar também que nesse período avaliatório, a gestora social esteve sob acompanhamento sistemático da Supervisão de Prevenção, que, diante das fragilidades inicialmente identificadas, elaborou um plano de ação com o objetivo de promover seu desenvolvimento enquanto liderança estratégica e metodológica.

No entanto, mesmo com as orientações e diálogos contínuos, a gestora não apresentou desenvolvimento compatível com o perfil exigido nem atendeu às expectativas necessárias para atuação no Programa.

A partir de todo o processo de avaliação realizado, que considerou tanto aspectos técnicos quanto comportamentais, constata-se que os desafios enfrentados na gestão impactam diretamente na capacidade de liderança, na articulação institucional e no alinhamento metodológico da equipe. Reforça-se, assim, que a função de gestão social no âmbito do Programa requer um perfil profissional comprometido, alinhado às diretrizes metodológicas, com competências em mediação, liderança, ética e capacidade de articulação com a rede local, de forma a garantir a efetividade e a integralidade da política pública de prevenção à violência.

Diante desse cenário, e após diálogo consensual entre a Supervisão de Prevenção, Diretoria SUPEC e a Organização Social Instituto Elo, optou-se pelo desligamento da gestora, considerando que sua permanência compromete a condução dos processos de trabalho, a coesão da equipe e, consequentemente, a execução qualificada do Programa Proteja Minas no município de Ubá.

b) Intervenções da supervisão metodológica a partir da análise dos indicadores e metas.

No decorrer do 26º Período Avaliatório, as intervenções da Supervisão de Prevenção foram orientadas por uma análise técnica do desempenho dos indicadores, com foco na qualificação da execução das metas pactuadas no Contrato de Gestão. Apesar de o resultado quantitativo ter superado a meta prevista, as análises evidenciaram a predominância de ações concentradas nas modalidades de palestras e rodas de conversa. Diante disso, será necessário um direcionamento estratégico junto à equipe para o reequilíbrio das modalidades e o fortalecimento da dimensão qualitativa das ações.

Nesse cenário, as intervenções da Supervisão priorizaram o reordenamento metodológico, a diversificação das estratégias de atendimento e a intensificação das ações de prevenção com foco nas mulheres e meninas, conforme metodologia do Programa.

Destaca-se que nesse período também foram realizadas supervisões com a gestão social, com foco na reestruturação das práticas profissionais e no fortalecimento do seu desenvolvimento.

Em análise ao indicador, pretende-se para o próximo período, continuidade ao acompanhamento e orientação contínua das ações, com foco, na condução dos grupos reflexivos de gênero com mulheres em situação de violência, visando aprofundar os processos de responsabilização, fortalecimento emocional e autonomia; Monitoramento e planejamento junto a equipe à implementação das oficinas profissionalizantes, voltadas na autonomia financeira e qualificação profissional das mulheres; Apoio na implementação e monitoramento das ações coletivas, especialmente nas áreas com menor capilaridade da rede, fortalecendo a visibilidade do Programa.

ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO DE CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

Contextualização Geral dos Indicadores:

No mês de março de 2025, a OS, em alinhamento com a OEP, realizou a reestruturação de cargos e funções estratégicos do Instituto Elo, com a extinção dos cargos de supervisor metodológico e de supervisor da gestão e implantação dos cargos de supervisor da prevenção e de subgerente da prevenção.

Ocorre que essa reconfiguração impacta diretamente nos seguintes indicadores pactuados no Plano de Trabalho do 9º TA:

- Indicador nº 10.1. Número acumulado de supervisões da gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade;
- Indicador nº 10.2. Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade;
- Indicador nº 10.3. Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da supervisão da gestão.

Considerando que houve uma impossibilidade de se cumprir as ações previstas para esses 3 indicadores no âmbito de atuação dos novos cargos e funções da supervisão prevenção;

Considerando que, de acordo com o <u>Anexo III - Da Sistemática de Avaliação do Contrato de Gestão,</u> é possível utilizar do expediente da desconsideração de indicadores, expurgando-os da nota global do CG, em situações excepcionais e devidamente justificadas;

A OS solicita que tais indicadores não sejam contabilizados para fins de apuração da nota do Instituto Elo no Relatório da Comissão de Avaliação do 26º Período Avaliatório e dos períodos posteriores, até que o Plano de Trabalho seja readequado.

Diante do presente pedido de desconsideração, é importante destacar que os novos Supervisores da Prevenção e a Subgerência da Prevenção realizaram diversas supervisões direcionadas aos gestores sociais, além de promoverem capacitações voltadas aos gestores sociais, às equipes técnicas e a outros cargos estratégicos das OS e OEP.

A intensificação dessas ações mostrou-se necessária neste momento, uma vez que a reestruturação dos cargos e funções exige ampla discussão e alinhamento quanto ao novo modelo de trabalho entre todos os envolvidos.

Ainda que tais atividades não sejam contabilizadas para fins de apuração do indicador, é relevante registrar neste documento o volume e os temas abordados nas ações realizadas ao longo do 26º Período Avaliativo.

Com a implantação dos novos cargos de Supervisor da Prevenção e de Subgerente da Prevenção, foram obtidos os seguintes quantitativos de supervisões e capacitações realizadas, bem como o número de participantes:

Indicador nº 8 Número de Supervisões e Capacitações

		26° PERÍODO AVALIATÓRIO			
Programas	Supe	Supervisões		Capacitações	
	Encontros	Participantes	Encontros	Participantes	
Proteja Minas	6	0	6	0	
APEC	8	0	4	20	
Ceapa	26	26	9	325	
Fica Vivo!	33	7	7	281	
Mediação de Conflitos	41	49	6	286	
PrEsp	25	28	6	438	
Selo Prevenção	7	17	7	61	

Funemp	0	0	0	0
Subgerência da Prevenção	0	0	7	302
Total geral	146	127	52	1.713

A seguir, apresentam-se algumas Capacitações de destaque no 26° Período Avaliatório

Capacitações ampliadas promovidas pela Subgerência da Prevenção

Data: 16/06/25

Nº de participantes:65

Tema: A Escuta Ativa Como Instrumento nos Processos de Leituras e Aprofundamentos sobre os Crimes e a Violência Urbana

Breve relato: A palestra foi realizada pelo renomado jornalista, pesquisador e escritor Bruno Paes Manso, que é referência em pesquisas relacionadas a vida e vivência criminal no país, com pesquisas etnográficas com homicidas, pessoas faccionadas, envolvidos em organizações criminosas, assim como suas relações comunitárias e vida fora do crime. A palestra do Bruno apresenta muitas convergências com as vivências com o público atendido pela Política de Prevenção à Criminalidade, trazendo diversas reflexões importantes e apontamentos que inspiram o trabalho de modo a distanciar o olhar como técnico, e ao mesmo tempo, o aprofundar de modo acadêmico e analítico, em um trabalho que coloca os profissionais muito imersos e atravessados no cotidiano

Data: 30/06/25

Nº de participantes: 55

Tema: Território e Linguagem

Breve relato: A Prof. Dra Juliana Maddalena Trifilio Dias apresentou sua pesquisa centrada naquilo que ela denomina como Lugar Geopsíquico. Ela versa sobre como a linguagem ensina a respeito da experiência e significado dos territórios, e a necessidade que, durante os atendimentos, o profissional esteja atento ao significado dado por cada atendido. A professora alerta sobre como alguns espaços comuns possuem seu significado específico, por exemplo, quando alguém fala de casa, associamos essa palavra a um lugar seguro, de cuidado e proteção. O desafio é transpor e compreender com o sujeito o que é a casa para ele. A professora realizou uma atividade com o grupo, fazendo a palavra circular, tornando o espaço carregado de muita sensibilidade e aprendizado.

Tivemos mais de 400 participantes em espaços de capacitação integrada, com interseção com o Serviço Apec e os programas: Ceapa, Mediação de Conflitos e Fica Vivo!.

Capacitação de Integração com o Serviço Apec e os programas CEAPA e PrEsp

Datas: 30/04/2025 e 11/06/2025

Nº de participantes: 278

Temas: Conversando sobre drogas e fugindo do senso comum; Tecendo Redes: práticas intersetoriais para ampliação e qualificação do acesso da POP rua às políticas públicas.

Os dois espaços foram conduzidos pela palestrante Priscilla Fraga em virtude da especialidade e aprofundamento técnico e prático da palestrante com a pauta da vivência de situação de rua e a transversalidade com o uso de drogas.

No primeiro dia foi apresentado uma breve análise histórica e social sobre o uso de drogas, considerando suas representações culturais, a política de guerra às drogas e as diversas formas de violência direcionadas à População em

Situação de Rua, especialmente em cenas e casas de uso. Já no segundo dia, abordou-se a vulnerabilidade referente à situação de rua, vivência que se apresenta enquanto uma questão nos atendimentos, demandando ações institucionais que se voltem para a manutenção da liberdade bem como para a prevenção da reentrada no sistema prisional.

Capacitação de Integração com o Serviço Apec e os programas CEAPA, PMC e FICA VIVO!

Datas: 18/06/2025

Nº de participantes:141

Tema: "PrEsp: cidadania e liberdade"

O espaço de diálogo sobre o "PrEsp: cidadania e liberdade" foi pensado a fim de estimular a integração e a colaboração entre os demais programas da política de Prevenção com o PrEsp. Partiu-se de uma contextualização política, institucional e social do egresso do sistema prisional, passando por temas como seletividade penal, estigma e desafios para o acesso a direitos, até uma introdução sobre a metodologia do programa. A capacitação foi avaliada como positiva pelos participantes que sinalizaram, ao final, a importância de espaços como estes para a compreensão da real atuação, bem como para a compreensão das possibilidades de atuação colaborativa e integrada. O espaço foi conduzido pela Supervisão de Prevenção de referência do PrEsp.

Seminário de Capacitação das Lideranças

Data: 27, 28 e 29 de Maio

Nº de participantes: 77

Tema: Imersão de Líderes: Capacitação de Desenvolvimento de Lideranças

Essa capacitação não foi realizada pela Subgerência de Prevenção ou Supervisão Metodologica, sendo prevista apenas na Memória de Cálculo e executada pelas gerências e diretoria da OS em parceria com o OEP.

Breve relato: Foi realizado um encontro histórico pela Política de Prevenção à Criminalidade durante 3 dias dos meses de maio. O encontro contou com a participação de 77 atores que ocupam cargos estratégicos na execução da Política de Prevenção: Gestores Sociais, Supervisores de Prevenção, Gerentes de Departamentos do Elo, Presidência do Instituto, Gerentes da SUPEC, Assessores de Superintendência, Diretores de Programas, Superintendente e Subsecretária. A proposta foi viver uma experiência de imersão de liderança, com uma jornada que auxiliasse os profissionais na compreensão e no despertar para 3 princípios de liderança: Proposito, Integração e Engajamento. A metodologia proposta foi a convivência de todos os líderes em um mesmo local, onde fosse fomentada a vivência para além dos espaços de estudo e atividades, e que também pudessem ter um tempo dedicado a aproximação, participação em palestras temáticas de liderança, com uso de instrumentos de jogos coorporativos, por exemplo. O resultado ainda durante o evento e nos primeiros dias após o encontro foram perceptíveis, com expressões recorrentes com relatos como "subimos o nível a respeito da concepção de liderança", "esse é o início de um novo tempo". Considera-se que esse marco da Imersão de Líderes tem fundamentado as intervenções e proposta de acompanhamento e desenvolvimento das lideranças que compõe a Política de Prevenção à Criminalidade.

Indicador nº 10.1. Número acumulado de supervisões da gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório	
• 91 ••	• - •	

Descrição do Indicador

Uma das principais atividades do supervisor da gestão diz respeito a realização de supervisões junto aos gestores sociais. Tal trabalho consiste no desenvolvimento de um espaço de acompanhamento mensal ou por demanda que visa garantir o suporte e promover o desenvolvimento e aprimoramento do trabalho da Gestão Social, capacitando e acompanhando individual e coletivamente os profissionais que compõem este grupo. Por meio de ações de intervenção estratégica, a supervisão busca formar os(as) novos(as) Gestores(as) Sociais e acompanhar para que se tornem capazes de atuar na Promoção da Política de Prevenção, na Coordenação das Unidades de Prevenção e na Gestão de Pessoas. Em termos objetivos, o trabalho de supervisão perpassa por: (i) orientar para que o trabalho da Gestão Social seja baseado nos princípios que orientam a segurança pública cidadã e na identificação dos fatores de riscos e de proteção social presentes nos territórios e municípios de atuação; (ii) construir um plano de trabalho que vise mapear, identificar e fortalecer os vínculos com a rede de proteção social, com o sistema judiciário, com as instituições de organização social e as principais referências dos territórios e municípios de atuação e (iii) identificar e analisar dificuldades no desenvolvimento do trabalho, no desenvolvimento metodológico ou no perfil da Gestão Social. Essa análise criteriosa e técnica por parte da Supervisão da Gestão vai direcionar e promover a melhor formação e desenvolvimento desses profissionais.

Para fins deste indicador serão contabilizados: Supervisões mensais ou a partir de demanda, nos formatos presencial e/ou de videochamada.

Fonte de comprovação do indicador

Fotografia (ou print da tela) e/ou lista de presença assinadas dos participantes da supervisão.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

A OS solicita que tais indicadores não sejam contabilizados para fins de apuração da nota do Instituto Elo no Relatório da Comissão de Avaliação do 26º Período Avaliatório e dos períodos posteriores, até que o Plano de Trabalho seja readequado.

Indicador nº 10.2. Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 203 •	• - •

Descrição do Indicador

Uma das principais atividades do(a) supervisor(a) metodológico(a) diz respeito a realização de supervisões junto às equipes do seu respectivo Programa. Tal trabalho consiste no desenvolvimento de um espaço de acompanhamento regular e por demanda que visa garantir o suporte e promover o desenvolvimento e aprimoramento do trabalho das equipes dos Programas, capacitando e acompanhando individual e coletivamente os profissionais que compõem os grupos. Em outras palavras, a supervisão metodológica é responsável por promover espaços de reflexão das equipes técnicas sobre seu próprio trabalho, a fim de oportunizar o aprimoramento das estratégias e intervenções das equipes com o público atendido no território. O espaço da supervisão é um lugar de formação continuada, onde as equipes podem trazer pautas concretas do trabalho para serem discutidas. Nessa formação continuada, a supervisão tem como uma de suas funções pensar a partir dessas pautas concretas, possíveis saídas metodológicas, construindo com as equipes processos de trabalho mais alinhados à metodologia do Programa de referência.

Para fins deste indicador serão contabilizados: supervisões mensais ou a partir de demanda, nos formatos presencial e/ou de videochamada.

Fonte de comprovação do indicador

Fotografia (ou print da tela) e/ou lista de presença assinadas dos participantes da supervisão.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Conforme justificado no indicador 10.1, a OS solicita que esse indicador não seja contabilizado para fins de apuração da nota do Instituto Elo no Relatório da Comissão de Avaliação do 26º Período Avaliatório e dos períodos posteriores, até que o Plano de Trabalho seja readequado.

Indicador nº 10.3. Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da supervisão da gestão

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório	
• 45 •	• - •	
Descrição do Indicador		

Outra atividade fundamental da supervisão metodológica e da supervisão da gestão diz respeito à promoção de espaços coletivos e periódicos (presenciais e/ou remotos) para o desenvolvimento e qualificação contínua das equipes técnicas que atuam diretamente nos Programas e nas Unidades de Prevenção à Criminalidade.

Este indicador visa aferir número total de capacitações realizadas pelos supervisores metodológicos e da gestão junto aos profissionais contratados pela entidade parceira no período avaliatório. Tais capacitações objetivam:

- 1) Contribuir para o aprimoramento das competências das equipes e gestores sociais;
- 2) Garantir maior envolvimento e responsabilidade com relação aos objetivos dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade;
- 3) Promover a integração e o nivelamento das equipes e gestores visando o aprimoramento contínuo da Política de Prevenção Social à Criminalidade.

Serão consideradas capacitações organizadas pelo Instituto Elo, a partir de provocação da Supervisão da Gestão e da Supervisão Metodológica, direcionadas aos técnicos administrativos, analistas sociais, gestores sociais e os próprios supervisores.

A OS será responsável por viabilizar a realização das capacitações e a participação das equipes, providenciando, quando necessário, locação de espaço físico que comporte os profissionais durante todo o evento; honorários e custos com palestrantes, se houver; hospedagem, transporte e diárias para os profissionais que não residem na região onde ocorrerão as capacitações. As capacitações também poderão ser realizadas no formato híbrido e/ou de videoconferência.

Para fins de cálculo e apuração desse indicador, serão contabilizadas, cumulativamente, as capacitações que ocorrerem nos períodos avaliatórios. De forma complementar, a título de qualificar a leitura do indicador, a OS deverá apresentar o número de profissionais participantes em cada capacitação realizada no período avaliatório em questão.

Fonte de comprovação do indicador

Fotografia (ou print da tela, quando híbrido ou virtual) e/ou lista de presença assinadas dos participantes da capacitação/evento.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Conforme justificado no indicador 10.1, a OS solicita que esse indicador não seja contabilizado para fins de apuração da nota do Instituto Elo no Relatório da Comissão de Avaliação do 26º Período Avaliatório e dos períodos posteriores, até que o Plano de Trabalho seja readequado.

Indicador nº 10.4. Taxa de rotatividade de pessoal (turnover)

adol II 10.4. Taxa de l'otatividade de pessoai (tullio	10.4. Taxa de l'otatividade de pessoai (turnover)		
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório		
• 2,5% •	• 2,1% •		

Descrição do Indicador

E Esse indicador objetiva medir a rotatividade de pessoal no Instituto Elo durante o período avaliatório, considerando tanto as admissões quanto as demissões, posto que elevadas taxas de rotatividade afetam diretamente o desenvolvimento do trabalho dos programas. Nesse sentido, essa taxa fornece uma visão quantitativa da frequência com que os funcionários entram e saem da OS parceira, permitindo avaliar a estabilidade da força de trabalho e identificar, em tempo hábil, possíveis áreas de melhoria nas práticas de retenção de talentos. Para efeito do cálculo do indicador, serão considerados tanto os profissionais atuantes nas Unidades de Prevenção à Criminalidade, quanto os profissionais da sede da OS para execução do Contrato de Gestão. Os estagiários e as admissões em novas vagas não são considerados no cálculo. Com as informações produzidas por este indicador, espera-se ampliar a visão, tanto no que se refere ao quantitativo de profissionais novos que são admitidos, quanto as perdas relacionadas com os profissionais capacitados que deixam de contribuir para a política pública.

Unidade de medida: Percentual %

Este indicador objetiva garantir a reposição das equipes dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade sejam realizadas em tempo hábil pela OS parceira a fim de garantir o quadro de trabalhadores planejado nas memórias de cálculo.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: Planilha com informações sobre o processo de admissão e de rescisão do contrato de trabalho completo enviado pela OS, sendo os devidos processos, obrigatoriamente, analisados no procedimento de checagem amostral pela comissão de monitoramento.

Fórmula de Cálculo: [(número de admissões no período avaliátorio + número de demissões no período avaliátorio /2) / número total de funcionários no período avaliátorio] x 100.

Polaridade: quanto menor melhor.

Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 26º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/04/2025 a 30/06/2025, obtém-se a taxa de rotatividade de pessoal de • 2,1% •. Portanto, a meta foi atingida em sua integridade. Abaixo consta a tabela detalhada do indicador.

Indicador nº 10.4. Taxa de rotatividade de pessoal (turnover)

Abril			
Admitidos	Demitidos	Total de funcionários	TURNOVER
18	14	535	2,9%
		Maio	
Admitidos	Demitidos	Total de funcionários	TURNOVER
14	9	541	2,1%
	Junho		
Admitidos	Demitidos	Total de funcionários	TURNOVER
5	9	542	1,2%
26° PERÍODO AVALIATÓRIO			
Total de admitidos	Total de demitidos	Total de funcionários	TURNOVER
37	32	1.618	2,1%

O 26º Período Avaliado foi marcado pelo encerramento das atividades do Programa Se Liga nas cidades de Belo Horizonte, Uberlândia e Juiz de Fora. No mês de abril, ocorreram sete desligamentos em decorrência desse encerramento. Mesmo diante desse cenário, a meta estabelecida foi atingida com êxito: 2,13

Importante destacar que as saídas de colaboradores por iniciativa do Instituto configuram um "turnover saudável" — uma taxa de rotatividade equilibrada, que contribui para a renovação da equipe sem comprometer sua coesão e estabilidade. "Turnover saudável" refere-se a uma taxa de rotatividade de funcionários equilibrada — nem excessivamente alta, que possa comprometer a continuidade e a cultura organizacional, nem tão baixa a ponto de limitar a renovação e a adaptação da equipe. Trata-se de um indicativo positivo de equilíbrio entre a retenção de talentos e a oxigenação necessária ao crescimento da empresa.

Neste período avaliatório pode-se observar, excluindo os desligamentos decorrentes da finalização do Programa Se Liga, que foram registradas 25 saídas. Destas, 14 (56%) ocorreram por recebimento de novas propostas de trabalho, 10 (10%) por iniciativa do Instituto ELO e 1 (4%) em razão do término de contrato temporário.

É importante refletir, no contexto da renovação do Contrato de Gestão, sobre a exclusão dos contratos por tempo determinado do cálculo da meta. Na maioria das vezes, esses contratos são utilizados para cobrir ausências temporárias, como licenças-maternidade, e já possuem data de término definida no momento da contratação. Por essa razão, não demandam ações de retenção por parte do RH, não se configurando como indicadores relevantes de rotatividade.

ÁREA TEMÁTICA: RELATÓRIOS DAS AÇÕES DOS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade		
Indicador nº 11.1. Número de Relatórios Analíticos das UPCs de base territorial		
Meta do período avaliatório Resultado do período avaliatório		
• 34 •		
Descrição do Indicador		

O Relatório Analítico das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC de Base Territorial consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência dos UPC. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos como capazes de agenciar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela Gestão Social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação das UPC.

Os Relatórios Analíticos serão bimestrais, um para cada UPC, e deverão ser elaborados pelos Gestores Sociais, conforme modelo disponibilizado pela SEJUSP/SUPEC, e entregues em formato PDF à OS, por e- mail, até o décimo dia útil do mês subsequente ao fim do período de referência do Relatório. A OS deverá encaminhar os arquivos dos Relatórios para a SEJUSP/SUPEC.

Para fins de aferição do cumprimento da meta, não serão considerados os relatórios entregues pela Gestão Social após o mês de referência de entrega do mesmo.

A OS deverá manter em sua sede as fontes de comprovação, contendo os arquivos dos Relatórios Analíticos em formato PDF, os e-mails dos Gestores Sociais encaminhando os Relatórios à OS, bem como o e-mail de encaminhamento à SEJUSP/SUPEC, gravados em unidade de disco removível (CD/DVD). Os Relatórios entregues após o mês de referência também deverão ser juntados às fontes de comprovação do indicador.

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios Analíticos em formato PDF gravados em unidade de disco removível (CD/DVD).

No 26º PA, ao que tange o indicador 11.1 Números de Relatórios Analíticos das Unidades de Prevenção à Criminalidade de Base Territorial, foram entregues 33 (trinta e três) relatórios no mês de maio, referentes aos meses de março e abril de 2025.

Destaca-se que a meta de 34 (trinta e quatro) relatórios não foi alcançada devido à não implantação da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Territorial em Coronel Fabriciano. Assim, apenas 33 (trinta e três) relatórios foram passíveis de entrega e contabilização. Por essa razão, a OS solicita que tal indicador não seja contabilizado para fins de apuração da nota do Instituto Elo no Relatório da Comissão de Avaliação do 26º Período Avaliatório.

Descrição do Indicador

A sistematização de informações é uma importante ferramenta para o adequado acompanhamento e avaliação das ações e projetos em desenvolvimento, de modo a ser possível fazer uma análise crítica acerca dos avanços e, principalmente, dos desafios. Este indicador visa mensurar a quantidade de relatórios mensais a serem entregues pela OS, de acordo com cada instrumento definido abaixo.

Relatórios de Gestão das Oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Este Relatório constitui na sistematização das informações dos relatórios das equipes técnicas, de modo a retratar a dimensão e a complexidade da execução das oficinas, que deverá conter, no mínimo:

- 1. número de oficinas (por UPC, município e geral);
- 2. percentual de oficinas de acordo com o período do dia (manhã, tarde, tarde/noite e noite);
- 3. percentual de oficinas de acordo com modalidade (esporte, cultura, arte, educação profissional), bem como o detalhamento de cada modalidade;
- 4. percentual de oficinas por local de realização (escola; creches; centros e associações comunitárias; igrejas; quadras públicas, campos de futebol e complexos esportivos; espaços alugados; praças e parques públicos; ruas e becos; Unidade de Prevenção; Centros de Referência da Assistência Social; outros);
- 5. número de oficinas implantadas, suspensas e encerradas (por UPC, município e geral);
- 6. número e percentual de oficineiros (por UPC, município e geral);
- 7. percentual de oficineiros por sexo e faixa etária (por UPC, município e geral);
- 8. número absoluto de jovens em oficinas (por UPC, município e geral);
- 9. média de jovens por oficina (por UPC e geral);
- 10. perfil dos jovens que frequentam as oficinas (por sexo e idade);
- 11. frequência média dos jovens às oficinas (por modalidade e geral);
- 12. frequência de encontros realizados em oficinas.

Estes relatórios deverão, ainda, sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução dos projetos de oficinas no período de análise. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório de Gestão de Oficinas do Programa Fica Vivo a ser encaminhado à SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o vigésimo dia do mês subsequente ao mês de referência.

Relatórios de Gestão do Programa Se Liga

Este Relatório apresenta análises qualitativas e quantitativas das ações realizadas pelas equipes técnicas do Programa Se Liga, que deverá conter, no mínimo:

- 1. Número de atendimentos individuais realizados nas Unidades Socioeducativas com pré-egressos do Sistema Socioeducativo;
- 2. Número de Oficinas Introdutórias realizadas e de participantes;
- 3. Número de Oficinas Temáticas Internas realizadas e de participantes;
- 4. Número de Oficinas Temáticas Externas realizadas e de participantes;
- 5. Número de atividades culturais realizadas e de participantes;
- 6. Número de ações com familiares e de participantes;
- 7. Número de atendimentos individuais à egressos do Sistema Socioeducativo;
- 8. Número de oficinas realizadas com egresso do Sistema Socioeducativo e de participantes;
- 9. Número de discussão de estudo de casos junto às Unidades Socioeducativas;
- 10. Número de encaminhamentos à rede de proteção dos adolescentes atendidos;
- 11. Número de jovens que estão realizando algum curso, considerando a modalidade (aprendiz, qualificação básica para o trabalho, profissionalizante), bem como a situação do curso (andamento, concluído, não concluído, reprovado).

Estes relatórios deverão, ainda, sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução e gestão do Programa no período de análise. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório de Gestão do Programa Se Liga a ser encaminhado à SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o vigésimo dia do mês subsequente ao mês de referência.

Relatórios Gerais do Programa Selo Prevenção Minas

Este Relatório é elaborado a partir dos relatórios de acompanhamento mensais elaborados pelos Analistas Sociais e Gestores do Programa Selo Prevenção Minas, que deverá conter, no mínimo:

- 1. Compilação e análise geral dos números e indicadores apontados nos Relatórios Mensais de Acompanhamento de cada RISP, bem como uma qualificação descritiva das principais ações realizadas, quando for o caso;
- 2. Análise das principais discussões e encaminhamentos das plenárias das Comissões Municipais de Prevenção à Criminalidade quando couber e/ou dos demais espaços de rede instituídos pelo Programa na RISP;
- 3. Análise das ações de participação social realizadas na RISP;
- 4. Análise do desenvolvimento dos eixos do Programa nas RISPs, por município;
- 5. Descrição dos principais dificultadores e facilitadores da execução do Programa na RISP, tendo em vista os recortes de cada município.
- A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório Geral do Programa Selo Prevenção Minas, conforme diretrizes específicas emanadas pelo OEP, a ser encaminhado à SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o décimo dia útil subsequente ao mês de referência.

Fonte de comprovação do indicador

E-mail de encaminhamento dos relatórios para a SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 26º Período Avaliatório foram entregues • 3 • relatórios de gestão dos Programas, sendo 3 da Gestão do Programa Selo Prevenção, cumprindo integralmente a meta estabelecida.

ÁREA TEMÁTICA: GESTÃO DA PARCERIA

Área Temática: Gestão da Parceria		
Indicador nº 12.1. Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica		
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório	
• 100% •	• = •	

Descrição do Indicador

Uma das atribuições do OEP no acompanhamento e fiscalização do contrato de gestão é a realização das checagens amostrais periódicas sobre o período avaliatório, conforme metodologia pré-estabelecida pela Seplag, gerando-se relatório conclusivo, que deve ser levado ao conhecimento dos membros da Comissão de Avaliação, quando da reunião desta. A metodologia estruturada pela Seplag, que norteia a realização deste procedimento, estabelece que o OEP deve verificar uma amostra de processos de compras, de contratação de serviços, contratação de pessoal, concessão de diárias e de reembolso de despesas. Deve-se observar se os processos executados estão em conformidade com os regulamentos próprios que disciplinem os procedimentos que deverão ser adotados para a contratação de obras, serviços, pessoal, compras, alienações e de concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas, e se coadunam com o objeto do contrato de gestão.

Os Regulamentos próprios devem ser construídos de acordo com o manual disponibilizado no sítio eletrônico da Seplag, e aprovados tanto pelo Órgão Estatal Parceiro – OEP quanto pela Seplag.

Para avaliar o percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, a Seplag estruturou um modelo de relatório, que deve ser utilizado pelo OEP para demonstrar os processos analisados. Um dos itens desse relatório é a apuração do percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, que será utilizado para cálculo deste indicador. Importa salientar que, caso exista a necessidade de realização de checagem de efetividade (que verifica a conformidade dos processos considerados inconformes pela equipe de checagem amostral quando da realização deste procedimento), o resultado a ser considerado será o apurado após a finalização do respectivo relatório.

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios de Checagem Amostral (e Relatórios de Checagem de Efetividade, quando for o caso) elaborados pela Comissão Supervisora do Contrato de Gestão em conjunto com os seus assessores, conforme modelo da SEPLAG.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

As informações acerca do desempenho da OS nesse indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação já que os processos de avaliação ocorrem após a elaboração deste relatório.

Área Temática: Gestão da Parceria		
Indicador nº 12.2. Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão		
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório	
• 100% •		
Descrição do Indicador		

O objetivo deste indicador é verificar o cumprimento de atribuições de representantes do Órgão Estatal Parceiro e da OS na condução das atividades de monitoramento do Contrato de Gestão durante a execução deste instrumento jurídico. As atribuições inseridas neste documento emanam da Lei Estadual nº 23.081, de 2018, que dispõe sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como OS e sobre a celebração de Contrato de Gestão entre a entidade qualificada e o Poder Público Estadual, Decreto Estadual nº 45.969/2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, e de boas práticas observadas na gestão de Contrato de Gestão.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de comprovação prevista para a cada ação e documento consolidado pela SCP/SEPLAG demonstrando o resultado alcançado pelo OEP.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

As informações acerca deste indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação, visto que os processos de avaliação ocorrem após a elaboração deste relatório.

ÁREA TEMÁTICA: MONITORAMENTO DE HOMICÍDIOS NAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DE UPCS TERRITORIAIS

Área Temática: Monitoramento de Homicídios nas áreas de abrangência de UPCs territoriais Indicador nº 13.1. Taxa de homicídios consumados ocorridos nas áreas de abrangência dos Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 100% •	• - •

Descrição do Indicador

O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! tem por objetivo contribuir para a prevenção e controle dos homicídios consumados de adolescentes e jovens de 12 a 24 anos em territórios com maior concentração de criminalidade violenta. O Programa Mediação de Conflitos tem por objetivo contribuir para a redução da violência letal dos moradores das áreas de atuação deste a partir da resolução pacífica de conflitos e da mediação comunitária. Nesse sentido, faz-se necessário monitorar o número de homicídios dessas áreas, a fim de que os profissionais possam qualificar as ações a serem desenvolvidas e focar na realização de intervenções metodológicas de prevenção mais assertivas.

Atualmente os Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos encontram-se em desenvolvimento em 33 macroterritórios de Minas Gerais, podendo chegar aos 35 até o final de 2025. Cada um desses territórios é composto por microrregiões que são previamente definidas e georreferenciadas com os dados do IBGE para que se acompanhe também o quantitativo de população contida em cada área, totalizando uma abrangência de mais de 200 bairros em todo o estado. Abaixo estão

listadas as 33 Unidades de Prevenção à Criminalidade mencionadas:

Nº	Município Unidade de Prevenção à Criminalidade			
1	B. Horizonte	Cabana do Pai Tomas		
2	B. Horizonte	Conjunto Esperança/Vila Cemig		
3	B. Horizonte	Jardim Felicidade		
4	B. Horizonte	Jardim Leblon		
5	B. Horizonte	Minas Caixa		
6	B. Horizonte	Morro das Pedras/Ventosa		
7	B. Horizonte	Pedreira Prado Lopes		
8	8 B. Horizonte	Primeiro de Maio		
9	B. Horizonte	Ribeiro de Abreu / CBTU		
10	B. Horizonte	Santa Lúcia		
11	B. Horizonte Serra			
12	B. Horizonte	Taquaril		
13	B. Horizonte	Vila Pinho		
14	Betim	Citrolândia		
15	Betim	Jardim Alterosas		
16	Betim	Jardim Teresópolis		

Nº	Município	Unidade de Prevenção à Criminalidade	
18 Contagem		Estrela D'alva	
19	Contagem	Nova Contagem	
20	Contagem	Ressaca	
21	Ribeirão das Neves	Justinópolis	
22	Ribeirão das Neves	Rosaneves	
23	Ribeirão das Neves	Veneza	
24	Santa Luzia	Palmital	
25	Santa Luzia	Via Colégio	
26	Vespasiano	Morro Alto	
27	Governador Valadares	Carapina	
28	Governador Valadares	Turmalina	
29	Ipatinga	Bom Jardim/Esperança	
30	Juiz de Fora	Olavo Costa	
31	Montes Claros	Santos Reis	
32	Uberlândia	Jardim Canaã	
33	Uberlândia	Morumbi	

Os fatores que influenciam na redução e/ou aumento do índice de violências e homicídios em um determinado território são muitos. O fenômeno da violência é multicausal, multifatorial e, portanto, demandante de respostas multissetoriais no seu enfrentamento, que extrapolam a atuação do Programa Fica Vivo! e Mediação de Conflitos. Estes outros fatores não serão objeto de análise aqui, pois estão sendo tratados em pesquisa específica de avaliação dos Programas. Nesses termos, esse indicador tem como objetivo monitorar a taxa de homicídios nos territórios, pois somente a partir desse acompanhamento é possível compreender se a metodologia dos Programas corresponde às demandas apresentadas nas suas áreas de abrangência.

Para cálculo desse indicador será considerado o número total de homicídios consumados, de todas as faixas etárias, ocorridos em todas as áreas de abrangência de atuação dos Programa Fica Vivo! e Mediação de Conflitos supracitadas no quadro. A partir desse quantitativo, e em posse dos dados populacionais dos territórios, será calculada a taxa mensal de homicídios. Os dados de homicídios são disponibilizados mensalmente pelo Observatório de Segurança Pública Cidadã da SEJUSP, e o número da população desses mesmos territórios é disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A logística de consolidação dos dados mensais de homicídios pelo Observatório de Segurança Pública faz com que esse indicador tenha uma configuração diferente de apuração dos demais indicadores do Plano de Trabalho.

A apuração para fins de contabilização do Indicador será anual e deverá constar no Relatório Gerencial referente ao último Período Avaliatório do ano. Entretanto, haverá um acompanhamento trimestral de sua evolução apresentada no Relatório Gerencial de cada Período Avaliatório entregue ao longo do ano.

Para definição da meta considerou-se como valor base a ocorrência de homicídios projetada para 2025, a partir do crescimento observado em 2024. Importante ressaltar que o cálculo da taxa é feito com base no quantitativo populacional das áreas de abrangência, e que o valor considerado para o cálculo de 2023 a 2025 é uma estimativa sobre o valor informado pelo IBGE após o Censo 2022. Assim, um novo quantitativo populacional apresentado pelo IBGE ou nova indicação de estimativa pode influenciar o cálculo realizado para projeção da taxa em 2024 e 2025, bem como da meta deste indicador.

Destaca-se que este é um indicador teste que demanda aprimoramento e averiguações futuras, e que será acompanhado de perto pela equipe Supec.

Unidade de medida: Taxa de homicídios por 100.000 hab.

Fonte de comprovação: Documento enviado pela SEJUSP/SUPEC à sede administrativa da entidade parceira para cálculo da taxa de homicídios e posterior encaminhamento do resultado e análise à SEJUSP/SUPEC.

Fórmula de Cálculo: Somatório do número de homicídios cometidos nas áreas dos territórios atendidos pelos Programas Fica Vivo e Mediação de Conflitos dividido pela população residente nos mesmos territórios. Multiplica-se por 100 mil para obter a taxa. Homicídios nos territórios / População somada dos territórios x 100.000

Polaridade: quanto menor melhor.

Periodicidade: dez/24 a nov/25.

Cálculo de desempenho (CD):

Taxa de Homicídios de jan a dez 2023: 9,65 hom/100 mil hab

Taxa de Homicídios de Jan a Dez de 2024 (com projeção porque temos consolidado apenas os dados de Jan a Ago de 2024): 12,06 hom/100 mil hab

Taxa de Homicídios de Jan a Dez de 2025 (com projeção): 13,24 hom/100 mil hab.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Esse indicador será apurado para fins de contabilização final da nota da comissão de avaliação somente em dezembro de 2025. Contudo, como esse fenômeno criminal é monitorado com prioridade pela Política de Prevenção, se faz importante apresentar uma breve contextualização dos Homicídios nos Territórios das UPCs de base territorial até Junho de 2025.

A seguir, são apresentados relatos de alguns municípios e territórios onde atuam as Unidades de Prevenção à Criminalidade (UPCs) de base territorial, com o objetivo de oferecer uma visão preliminar do cenário observado até o mês de junho de 2025, considerando os homicídios ocorridos tanto dentro quanto fora da faixa etária do programa Fica Vivo! (FV).

As UPCs de base territorial, as quais comportam os Programas Fica Vivo e Mediação de Conflitos, estão presentes em 11 municípios e atuam em 33 territórios ou aglomerados urbanos. Em dois desses municípios — Betim e Santa Luzia — os números gerais de homicídios já ultrapassaram o total registrado no mesmo período de 2024 (janeiro a junho).

Em Betim, embora os dados gerais do município indiquem uma redução de 25% nos homicídios (de 12 para 9 casos no período), no território específico da UPC Jardim Teresópolis foi registrado um aumento de 75%, passando de 4 homicídios em 2024 para 7 em 2025.

Em Santa Luzia, o número total de homicídios subiu 37,5% (de 16 para 22). Nos territórios onde há atuação das UPCs, também houve crescimento, de 5 para 6 homicídios (aumento de 20%). Destaca-se o território do Palmital, com aumento de 33,3% (de 3 para 4 homicídios). Um desses casos envolveu um adolescente de 16 anos, anteriormente atendido pelo FV, mas afastado das atividades devido à sua vinculação a práticas infracionais ligadas ao tráfico. O óbito ocorreu durante uma abordagem do GER, o que causou forte comoção no território.

Em Ipatinga, especificamente no território da UPC Bom Jardim e Esperança, houve um aumento significativo de homicídios — 400% — totalizando 5 casos até junho (sendo 4 até abril e 1 no mês de junho). Trata-se de quatro homicídios a mais que no mesmo período de 2024. Apesar disso, os números gerais do município estão menores em comparação ao ano anterior. Destaca-se, ainda, um homicídio ocorrido em maio, envolvendo um adolescente de 17 anos atendido pelo FV e próximo da equipe de analistas, o que impactou diretamente a equipe da UPC e os jovens da oficina. Diante disso, a gestão tem construído estratégias para fortalecer a intervenção no território.

Em Governador Valadares, no território do Carapina, foram registrados 4 homicídios até junho de 2025, o que representa um aumento de 100% em relação ao ano anterior (2 homicídios a mais). Considerando os dois territórios com atuação da UPC — Carapina e Turmalina —, o número total subiu de 6 para 7 homicídios. Contudo, o número geral do município apresenta queda em relação ao mesmo período de 2024.

Em Uberlândia, o número geral de homicídios no município diminuiu 12,1% (de 33 para 29). No entanto, nos territórios das UPCs Jardim Canaã e Morumbi, houve um aumento expressivo de 200%, passando de 2 para 6 homicídios, com concentração maior no bairro Morumbi. Somente em abril, foram 4 homicídios consumados no Morumbi, dois a mais que em 2024, todos fora da faixa etária do FV. Os homicídios no Morumbi não têm relação direta com o tráfico de drogas, mas com conflitos interpessoais: brigas em bares, desentendimentos em campos de futebol, violência doméstica e crimes passionais. Esse padrão reforça a hipótese de atuação do PCC na região, exercendo controle e diminuindo os crimes relacionados ao tráfico.

Betim e Santa Luzia são os municípios com maior destaque negativo devido ao crescimento dos homicídios fora dos territórios das UPCs — aumento de 13,6% (de 44 para 50) em Betim e de 37,5% (de 16 para 22) em Santa Luzia.

Em Belo Horizonte, destacam-se duas UPCs sob a mesma Gestão Social que apresentaram aumento significativo de homicídios:

- Pedreira Padre Lopes (PPL), com 5 homicídios;
- Taquaril, com 9 homicídios.

Na PPL, mesmo após a morte e prisão de lideranças locais e com o aumento da presença policial, a comunidade expressa sensação de desorganização e temor de represálias. No Taquaril, o aumento da criminalidade parece estar associado à entrada de facções, especialmente o Comando Vermelho, cujo modo de agir tem impactado a dinâmica local.

Na UPC Morro das Pedras, foram registrados 7 homicídios, o que representa um aumento de 16,7% em relação ao mesmo período de 2024 (1 homicídio a mais), evidenciando a persistência de altos índices de letalidade no território.

Em Ribeirão das Neves, os dados gerais do município indicam uma redução de 25,5% nos homicídios (de 51 para 38). No entanto, os territórios das UPCs apresentaram crescimento expressivo: aumento de 100%, passando de 7 para 17 homicídios. Destacam-se os bairros:

- Justinópolis, com 5 homicídios (aumento de 400%);
- Veneza, com 8 homicídios (aumento de 60%).
 Nenhum dos homicídios registrados nesses territórios ocorreu dentro da faixa etária do FV.

Em Montes Claros, os dados gerais apontam redução em relação a 2024, mas no território da UPC Santos Reis houve um aumento de 300%, com 4 homicídios consumados em 2025 (3 a mais que em 2024), sendo 2 deles dentro da faixa etária do FV.

Considerações Finais

Os dados apresentados devem ser analisados considerando as especificidades de cada território. Não é possível, neste momento, estabelecer uma tendência única. É necessário observar o comportamento de cada localidade, levando em conta a presença ou não de facções, a relação dos homicídios com o tráfico de drogas, a faixa etária das vítimas e outros fatores estruturantes.

Acreditamos que as análises serão melhor qualificadas a partir do aprofundamento das leituras territoriais, por meio dos analistas responsáveis e com apoio de dados oficiais, sempre considerando o caráter multicausal do fenômeno da letalidade violenta.

ÁREA TEMÁTICA: PRODUTOS

Área Temática: Produtos

Produto 3.3. - Desenvolvimento de mais dois módulos do Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade

• 100% •

Descrição do Indicador

A Política de Prevenção Social à Criminalidade produz um volume significativo de dados de monitoramento e atendimento dos programas, perfil do público, acompanhamento de violências e dinâmica criminal nos territórios, dentre outros. Atualmente, a gestão e o monitoramento das ações desenvolvidas são realizados via planilhas do software Microsoft Excel, ferramenta que está aquém das tecnologias disponíveis hoje, impossibilitando ou dificultando análises mais complexas de público, inteligência e tomadas de decisões tempestivas, além de ser um formato mais vulnerável para armazenamento das informações do que um sistema devidamente protegido com tecnologias de segurança de dados.

O desenvolvimento de um sistema de monitoramento, inteligência e gestão dos dados de execução da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade visa garantir maior efetividade na execução dos programas e intervenções da política pública, uma vez que as informações estarão em uma base integrada e online, possível de ser acessada em qualquer computador que possua internet, desde que o usuário possua as devidas permissões. Assim, será possível a gestão estratégica dos programas para planejamento de intervenções mais assertivas, bem como a tomada de decisões mais tempestivas, o cruzamento e análise dos dados mais refinados e a geração de informações que permitam a avaliação e qualificação das intervenções.

Sendo assim, este produto tem como objetivo principal modernizar e qualificar o monitoramento da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade. Como objetivos específicos, tem-se:

- 1. Potencializar as ações de prevenção social à criminalidade através do uso de inteligência e monitoramento tempestivo das intervenções;
- 2. Melhorar as condições de trabalho dos profissionais da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, através da implementação de um sistema de monitoramento das ações dos programas;
- 3. Reduzir custos com aquisição e licenciamento de softwares proprietários;
- 4. Aumentar a segurança e garantir a integridade do banco de dados. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o uso de dados no serviço público tem potencial quase ilimitado para prover políticas públicas mais eficientes, efetivas e confiáveis (OCDE, 2019). Sabendo disso, propõe-se a contratação de empresa para o desenvolvimento de um sistema de processamento de transações (SPT) para coleta, processamento e armazenamento dados, no âmbito dos programas da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, para utilização no monitoramento, acompanhamento e avaliação da execução da referida Política.

A partir do uso do sistema para cadastro de usuários, atendimentos, encaminhamentos e outras intervenções, será possível um monitoramento quase diário dos indicadores de execução dos programas de prevenção. O sistema também deverá ter a funcionalidade de emitir relatórios a partir de filtros de seleção de informações, que poderão ser usados para a tempestiva tomada de decisão e melhoria da entrega do serviço público.

Deverá ser garantida a integridade dos dados e critérios/credenciais de acesso para uso, permitindo a confidencialidade dos dados lançados, bem como em estrita observação à legislação pertinente e à sensibilidade dos dados coletados. Propõe-se, ainda, o desenvolvimento do sistema em módulos - um para cada programa da Política de Prevenção - com entregas periódicas e validação, pela OS e SUPEC, sempre que um módulo for finalizado. Estima-se que seja preciso cerca de ano para a entrega completa do sistema, sendo necessária a apresentação de um cronograma para o desenvolvimento, bem como a validação deste cronograma pela SUPEC e OS.

O desenvolvimento do sistema deverá observar critérios de economicidade, eficiência, bem como a facilidade de acesso à interface e usabilidade pelos operadores da política pública. Reforça-se a necessidade de desenvolvimento e validação próximos à SUPEC e à OS, considerando a perspectiva dos operadores que farão o uso do sistema tanto no preenchimento das informações, quanto aqueles que farão leitura e uso analítico das mesmas.

Espera-se que com a implementação do sistema a Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade aprimore sua base de dados, tornando-a acessível, íntegra e segura, possibilitando melhor uso dos dados no monitoramento dos

programas e na avaliação dos resultados alcançados. Ainda, espera-se maior agilidade no monitoramento (tempo real) e que as informações estejam facilmente disponíveis para a alta gestão.

O resultado final deverá ser entregue à SEJUSP/SUPEC para validação, com antecedência de 15 dias ao prazo final estabelecido para o produto.

Fonte de comprovação do indicador

Critério de aceitação: Segundo e terceiro módulos do Sistema entregues em funcionamento.

Fonte de comprovação: Ofício/e-mail da SUPEC informando aprovação da entrega primeiro módulo sistema.

Prazo: jan/25 a jul/25.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Como informado no RGR anterior, o Instituto Elo realizou dois Atos Convocatórios para a contratação de um sistema integrado de gestão de dados. O primeiro (nº 109/2024), lançado em 11/12/2024, abrangia os seis programas da Política de Prevenção à Criminalidade, mas as propostas excederam o valor previsto na Memória de Cálculo vinculada ao IX aditivo do Contrato de Gestão 002/2019. Após avaliação conjunta entre o Instituto Elo e a SUPEC e diante da impossibilidade de suplementação de recursos, foi aberto um novo Ato Convocatório (nº 018/2025, publicado em 14/02/2025), com objeto dividido em três etapas, garantindo a contratação da primeira, referente ao sistema para o Programa CEAPA. Já o desenvolvimento das demais etapas estão condicionadas a existência de saldo remanescente no Contrato de onde haveria um remanejamento para o custeio dos produtos tendo a vista a alta prioridade da aquisição desses sistemas para a Política. O resultado foi publicado em 26/02/2025 e a assinatura do contrato com a vencedora Sydle Sistemas Ltda ocorreu dia 08/04/2024.

A luz dessa situação, pede-se a desconsideração deste produto na contabilização da nota da Comissão de Avaliação sob as seguintes justificativas:

- O Plano de Trabalho e os prazos estabelecidos aconteceram em novembro de 2024, em um momento em que se imaginou que os recursos seriam suficientes para custear o sistema de todos os programas e, assim, iniciar o desenvolvimento em janeiro de 2025. Como essa expectativa não pode ser realizada ante os fatos explicitados acima, seria impossível cumprir a entrega desse produto porque a assinatura do contrato com a empresa aconteceu em abril e o prazo de entrega era junho.
- Como o desenvolvimento desse produto está condicionado a existência de saldo remanescente e essa situação só aconteceu em junho, não houve, portanto, condições financeiras para executar o produto.

Uma vez apresentado o contexto e a justificativa da não entrega do 2ª Etapa do Sistema, prevista para o 26º PA, é oportuno e importante destacar a entrega da Primeira Etapa do sistema, que estava prevista para o 25º PA, o Sistema de Informação do Programa Ceapa.

Como dito, o resultado do edital foi publicado em 26/02/2025 e a assinatura do contrato com a vencedora Sydle Sistemas Ltda ocorreu dia 08/04/2024.

Nesse contexto, o sistema foi desenvolvido e entregue dentro dos 90 dias previstos no Plano de Trabalho. Contudo, por não iniciar em janeiro de 2025 como previsto no momento da pactuação do Plano e sim em abril, a meta não foi cumprida, pois a entrega não foi realizada dentro do prazo estabelecido, março de 2025.

Posto isso, em abril iniciou-se a construção do Sistema de integração de dados do Programa CEAPA. Durante todo o trimestre aconteceram diversas reuniões para construção do formato ideal para operacionalização dos atendimentos e registros feitos pelas equipes da Ceapa, gestor social e administrativo das UPCs de base territorial. O sistema aglutinou cerca de cinco planilhas de Excel e inúmeros formulários impressos, o que irá gerar maior fidedignidade dos dados, aprimoramento dos registros e disponibilização de tempo para que as equipes possam investir nas pessoas e na inventividade das construções metodológicas.

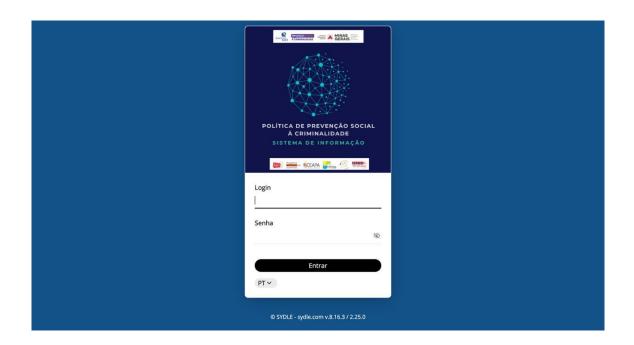
No momento, a 1ª versão do Sistema Ceapa está apta a iniciar o processo de implantação nas UPCs e apresenta as seguintes funcionalidades:

Registrar Recepção

- Realizar inscrição
 - Inscrição com e sem documento de identificação
 - Reentrada
- Articulação de rede
 - Cadastrar instituição parceira
 - Registrar encontro de rede
- Agendamentos
 - Registrar presença
- Atendimento
 - Registrar
 - Inscrição
 - PSC
 - PP
 - PEAP
 - Medidas Cautelares/Protetivas
- Encaminhamento
 - Criação de grupos
 - Registrar encontro
 - Registrar lista de presença
- Reencaminhamento
- Monitoramento
 - Painel de monitoramento
 - PSC
 - PP
 - PEAP
 - Medidas Cautelares/Protetivas
- Ofícios
 - Painel de ofícios encaminhados e recebidos
 - Ofícios recebidos
 - Ofícios encaminhados
 - Assinatura digital
- Relatórios
 - Indicadores
 - Ofícios
 - Dados sobre aplicação de alternativa penal
- Criação dos registros e base de dados de todo o CEAPA
- Importação dos dados da Unidade de Santa Luzia

Essa versão está em processo de aprimoramento e algumas funcionalidades precisarão ser liberadas em paralelo com a operação de implantação assistida na 1ª UPC a receber o programa, são elas:

- Aprimoramento do design e outros aspectos visuais das páginas;
- Novos relatórios;
- Importação da base das outras unidades;
- Ajustes e melhorias pontuais que surgirem de acordo com a operação assistida nas unidades



Uma vez desenvolvido o sistema, a expectativa é de que no mês de julho a equipe da CEAPA Santa Luzia faça a experiência piloto de usabilidade para que, nos meses subsequentes, as demais 19 Centrais sejam capacitadas e utilizem o sistema.

Ressalta-se que processo de implantação traz inúmeros desafios previstos e imprevisíveis que precisamos cuidar com muita atenção. Acreditamos que a experiência de Santa Luzia adiantará vários desses desafios e permitirá corrigir ou nos preparar para grande parte deles antes de ampliarmos a implantação para as outras UPCs. Nessa fase, por mais que tentemos nos planejar para tudo, teremos que lidar com aquela máxima do "aprender fazendo".

Para além da capacitação das equipes de Santa Luzia, há também um trabalho de bastidores intenso. É preciso pensar em aspectos como a infraestrutura (compra/disponibilização/testes de tablets, chip de dados, teclado, mouse, avaliação do espaço e salas de atendimentos etc.), a logística e capacidade de digitalização das pastas dos casos ativos e *upload* para o sistema, além dos impactos e modificações nos fluxos de trabalho da Ceapa, da gestão social, da Supervisão da Prevenção, do Instituto Elo, da AGI/Supec, dentre outros.

Importante citar que o avanço da gestão da informação do Programa é algo extremamente impactante para a política pública, tanto a estadual, quanto a política nacional de alternativas penais, para que o serviço esteja cada vez mais eficiente para quem o utiliza. Para além disso, o referido sistema oportunizará melhor acompanhamento da execução quantitativa e qualitativa das ações pelos atores estratégicos e ampliará a capacidade de análise de dados em prol do avanço do Programa.

É possível afirmar, portanto, que a chegada do sistema alterará não somente a forma de registro e gestão dos dados dos Programas, mas de todas as dimensões do pensar e executar a Política de Prevenção em Minas e no Brasil.

Área Temática: Produtos

Produto 4.1. - Pesquisa do Perfil das Mulheres Egressas do Sistema Prisional acompanhados pelo Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp)

• 100% • Aprovado •

Descrição do Indicador

O produto tem por finalidade apresentar os dados do perfil das mulheres egressas do sistema prisional acompanhadas pelo Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional - PrEsp. Considerando que o público majoritário do Programa, são homens, é de suma importância pautar o acesso do público feminino e suas especificidades. De modo que, não se reproduza a invisibilidade das mulheres dentro do sistema de justiça criminal e de segurança pública. Nesse sentido, espera-se que a pesquisa promova visibilidade para essas especificidades que o público feminino apresenta, e que os dados produzidos pelo Programa possam contribuir na análise e construção de ações de proteção social e prevenção à criminalidade. Pois, embora a prisão possa potencializar o processo de exclusão social vivenciado por homens e mulheres, o processo não é o mesmo para ambos os gêneros. A base de dados para a coleta das informações sobre o público feminino do PrEsp será o relatório quantitativo que é uma ferramenta alimentada mensalmente pelas equipes técnicas. Para iniciar a execução do produto a OS deverá encaminhar previamente a metodologia de pesquisa e de tratamento dos dados, bem como a amostra a ser considerada.

Fonte de comprovação do indicador

Critério de aceitação: Produto final aprovado pela SEJUSP/SUPEC.

Fonte de comprovação: E-mail ou ofício da SEJUSP/SUPEC de aprovação.

Prazo: jan/2025 a jun/2025

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

O Produto 4.1 - Diagnóstico do Perfil do Público Feminino Egresso Atendido pelo PrEsp, foi entregue pela OS no dia 20/06/2025 para apreciação da OEP e validado por esse Órgão no dia 30/06/2025, conforme previsto no Programa de Trabalho do IX Termo Aditivo ao CG 02/2019.

Este resumo técnico apresenta o Produto 4.1 - Pesquisa do Perfil das Mulheres Egressas do Sistema Prisional acompanhadas pelo Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional, conforme previsto no Programa de Trabalho do IX Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 02/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo.

O PrEsp compõe a Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade do governo de Minas Gerais, sendo executado no âmbito da Supec/Sejusp (Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade / Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública) em parceria com o Instituto Elo. O Programa busca garantir o atendimento qualificado de pessoas egressas do sistema prisional, com base nos princípios estabelecidos pela Lei de Execução Penal e demais normativas pertinentes. O PrEsp também contempla os familiares das pessoas atendidas, com o objetivo de fortalecer redes de apoio, mitigar riscos sociais e enfrentar vulnerabilidades que atravessam a trajetória de vida daqueles(as) que vivenciaram a privação de liberdade.

O produto tem como objetivo central sistematizar e analisar os dados relativos ao perfil das mulheres acompanhadas pelo PrEsp. Apesar da predominância masculina entre os(as) usuários(as) do programa, é fundamental lançar luz sobre as experiências das mulheres egressas, reconhecendo suas especificidades no contexto do sistema de justiça criminal.

Nesse sentido, a pesquisa visa promover visibilidade e reconhecimento das particularidades vivenciadas por mulheres egressas, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas de proteção social e prevenção à criminalidade.

A análise foi construída a partir de dados extraídos dos Relatórios Quantitativos Mensais, alimentados sistematicamente pelas equipes técnicas das Unidades de Prevenção à Criminalidade (UPCs) do PrEsp. Inicialmente, procedeu-se à compilação dos Relatórios Quantitativos referentes ao período de janeiro de 2018 a abril de 2025, abrangendo todas as UPCs listadas. Foi realizado um filtro específico na variável "sexo", selecionando-se apenas os registros identificados como "feminino".

Durante o processo de consolidação da base, foi identificada a presença de registros duplicados, sendo mantida apenas a inscrição mais recente de cada indivíduo. Além disso, foi realizado um segundo filtro na variável "identidade de gênero", com a exclusão de registros de "homem cisgênero". A base de dados foi seccionada em duas:

- Indivíduos identificados como "feminino" na variável "sexo" e que declaram "gênero fluido", "cisgênero", "mulher cisgênero" e não responderam/não declaram na variável de "identidade de gênero";
- Indivíduos identificados como "feminino" na variável "sexo" e que declaram "transgênero", "travesti" e "transexual" na variável "identidade de gênero".

As análises foram feitas sempre de modo comparativo: mulheres inscritas (aquelas que passaram apenas uma vez pelo Programa) e mulheres acompanhadas (aquelas que, depois de inscritas, retornaram ao menos uma vez ao Programa para um novo atendimento).

Outro recorte analítico da pesquisa foi sobre a identidade de gênero. Os dados apontam que do total de mulheres atendidas, tem-se 1.834 mulheres cis e 58 mulheres transexuais. A pesquisa foi estruturada em dois eixos: um sobre o perfil das mulheres cisgênero e o outro sobre o perfil das mulheres transgênero, ambos com a distinção entre mulheres inscritas e acompanhadas.

O estudo apresentou o perfil das mulheres egressas do sistema prisional acompanhadas pelo PrEsp, considerando os dados consolidados de atendimentos do Programa, no período de janeiro de 2018 a abril de 2025. O trabalho revela um panorama marcadamente heterogêneo, atravessado por diversas camadas de vulnerabilidade, mas também por sinais de resistência e desejo de reintegração social.

No período avaliado, o Programa realizou um total de 23.502 atendimentos a homens e mulheres. Apenas 5.818 ou 8% do total de atendimentos foram direcionados a mulheres. Nota-se um número crescente de novas inscrições de mulheres anualmente após 2020, com uma leve estabilização em 2023 e 2024.

As mulheres inscritas demonstram níveis mais elevados de vulnerabilidade social e institucional, com maior incidência de desemprego, baixa escolaridade, ausência de vínculos com políticas públicas e condição de renda muito inferior. Em contraste, as mulheres acompanhadas tendem a apresentar maior adesão a serviços públicos, participação em cursos profissionalizantes e um perfil um pouco mais equilibrado em termos de escolarização e inserção ocupacional.

As inscritas apresentam, de forma geral, maior concentração de vulnerabilidades sociais, histórico mais intenso de envolvimento com o sistema de justiça criminal, com penas e permanências mais longas, e maior incidência de regimes como prisão domiciliar e livramento condicional. Também registram percentuais mais elevados de violência vivenciada, embora com considerável subnotificação. As acompanhadas tendem a apresentar menor complexidade, com percentuais mais baixos em praticamente todas as variáveis analisadas.

Em comum, destaca-se que a maioria das mulheres parece estar vivenciando o primeiro contato com o sistema penal, com baixa reincidência e pouca vivência anterior de medidas socioeducativas ou condenações prévias. Entre os principais contrastes, as inscritas concentram percentuais mais elevados nas variáveis de baixa renda, desemprego, acesso precário à justiça e escolaridade, além de maior tempo de condenação e de permanência no cárcere.

Já entre as mulheres transexuais, o conjunto de dados aponta para uma realidade ainda mais aguda de exclusão. Esse grupo revela taxas mais elevadas de ausência de renda (38%), não recebimento de benefícios sociais (mais de 60%) e isolamento domiciliar, com significativa proporção residindo sozinhas ou em situação de rua. A baixa escolaridade é também expressiva, com predominância de ensino fundamental incompleto e médio incompleto, sem registros de superior completo.

Apesar disso, o desejo de retomada dos estudos e o interesse por cursos profissionalizantes são elevados. Nota-se ainda que, mesmo com essas adversidades, uma parcela significativa das mulheres trans esteve vinculada a algum serviço público (58%) e manifestou interesse de seguir investindo na própria qualificação.

Entre as mulheres trans acompanhadas, observa-se um perfil com menor gravidade penal e menor incidência de vulnerabilidades socioeconômicas em comparação às inscritas. O tráfico de drogas segue como o principal delito, mas com

menor presença de crimes como roubo e ausência de infrações como lesão corporal e extorsão, exclusivas das inscritas. As acompanhadas apresentam penas e tempos de permanência mais distribuídos e geralmente menores, com destaque para a faixa de 1 a 3 anos e penas entre 4 e 6 anos. Também se observa uma menor proporção de liberação por prisão domiciliar e uma maior diversidade nos tipos de liberação.

Os achados desta pesquisa são fundamentais para subsidiar o aprimoramento das políticas públicas voltadas às mulheres egressas, com ênfase na interseccionalidade de gênero, raça, identidade de gênero e histórico penal. A segmentação analítica entre inscritas e acompanhadas oferece subsídios para pensar estratégias de fortalecimento do vínculo com o PrEsp, especialmente em territórios onde a ausência de unidades de prevenção compromete a continuidade do atendimento.

Por fim, vale destacar que esta pesquisa enfrenta limitações importantes. A mais evidente refere-se à subnotificação de dados em variáveis sensíveis, como violência institucional e reincidência, o que pode obscurecer a compreensão aprofundada das trajetórias das egressas. Importante destacar também possíveis problemas e vieses na questão do registro e autodeclaração sobre a identidade de gênero do público atendido. Ademais, o fato de as vulnerabilidades só passarem a ser registradas a partir de 2023 compromete uma análise longitudinal mais robusta.

Apesar das limitações, os dados sistematizados na pesquisa oferecem um panorama inédito e valioso para a formulação de ações de prevenção à reincidência, inclusão produtiva e promoção de cidadania para mulheres que, após o cárcere, buscam reconstruir suas vidas em contextos marcados pela escassez de oportunidades e pelo peso do estigma social.

Área Temática: Produtos		
Produto XX. Implantação de UPC de abrangência Territorial – Estrela D'Alva		
• 100% •	• - •	
Descrição do Indicador		

Embora não esteja previsto enquanto produto no 9º Termo Aditivo ao CG 02/2019, é importante registrar aqui a entrega da Implantação de UPC de abrangência Territorial – Estrela D'Alva.

Ressalta-se que a OS recebeu da OEP a formalização do local e chaves do espaço onde seria a sede da UPC no dia 14/04/25. Por sua vez, a OS entregou o plano de implantação a OEP e concluiu todo processo de estruturação física do espaço e contratação de pessoal necessário para o funcionamento da Unidade no dia 10/06/25. Ressalta-se o empenho de toda equipe da OS e OEP nesse processo, que conseguiu entregar a implantação em apenas dois meses, isto é, três meses antes do geralmente estabelecido no Programa de Trabalho.

A Unidade iniciou suas atividades no dia 11/06 e foi oficialmente inaugurada pelas autoridades estaduais e municipais, membros da OS, da sociedade civil organizada e comunidade no dia 30/06. Por fim, no dia 07/07, a OS enviou o Relatório Executivo da Implantação da UPC Estrela D'Alva a OEP com o detalhamento de todas as ações, compras e recursos investidos, fotos e comprovações das contratações realizadas.



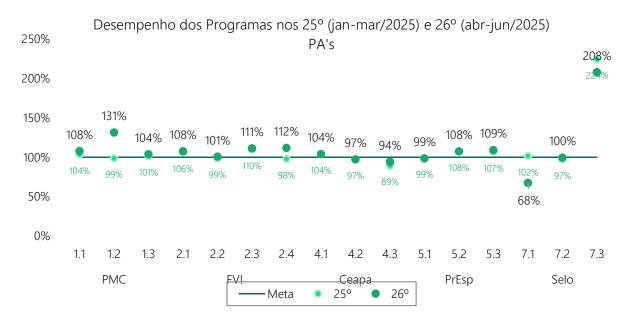




CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento apresentou os resultados do 26º Período Avaliatório (01 de abril a 30 de junho de 2025), do Contrato e Gestão 002/2019. Ao todo, foram considerados 32 indicadores, sendo que em 4 deles houve o pedido de desconsideração (10.1, 10.2, 10.3 e 11.1). Posto isso, do total de indicadores, 17 tiveram suas metas alcançadas plenamente, 2 indicadores terão seus resultados mensurados após a entrega desse relatório (12.1 e 12.2) e o indicador 13.1 será apurado apenas no último período avaliatório. É importante ressaltar que nos 7 casos em que a meta não foi alcançada (Indicadores 4.2, 4.3, 5.1, 6.2, 7.1, 7.2 e 8.2) houve uma média de cumprimento de 87%. Nesse trimestre, ainda, destacam-se a conclusão e entrega de dois produtos importantes: a pesquisa sobre as mulheres atendidas pelo PrEsp, a entrega do primeiro módulo do Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade, o Sistema da Ceapa. Por fim, pede-se a desconsideração da contabilização do produto "Desenvolvimento do 2º módulo do Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade.

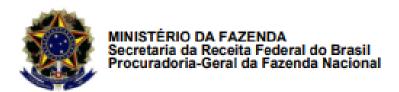
No Gráfico abaixo é possível comparar os resultados dos indicadores para o trimestre anterior (janeiro, fevereiro e março) do ano de 2025, condizente ao 25° PA, e do atual trimestre (abril, maio e junho), que diz respeito ao 26° PA. As medidas representadas correspondem ao percentual atingido da meta, de modo que estar abaixo de 100% significa pontuar que o indicador não atingiu a meta como se espera.



Nesse sentido, nota-se que dos 23 indicadores referente ao Programas de Prevenção à Criminalidade - Programa Mediação de Conflitos, Fica Vivo, CEAPA, PrEsp, Funemp, Selo Prevenção, APEC e Proteja Minas, 16 deles tiveram suas metas alcançadas plenamente. Contudo, destaca-se que 7 dos indicadores que não alcançaram as metas (4.2, 4.3, 5.1, 6.2, 7.1, 7.2 e 8.2), todos eles atenderam, ao menos 68% da meta (indicador 7.1), chegando a 99,7% de cumprimento (indicador 7.2). Em contrapartida, no Período Avaliatório anterior, 8 indicadores não haviam alcançado 100% da medida estipulada. Com relação aos programas que não atingiram todas as metas, como é o caso do Ceapa, Presp, Funemp, Selo e APEC, observa-se que o Ceapa alcançou duas das quatro metas estabelecidas, sendo 104% do indicador 4.1 e 133% do indicador 4.4. Os outros dois indicadores (4.2 e 4.3), alcançaram respectivamente 97% e 94% das metas. O PrEsp ultrapassou duas das três metas, sendo 107% do indicador 5.2 e 109% do indicador 5.3. O primeiro indicador chegou a 99% do estabelecido. Por fim, o programa Selo Prevenção superou uma das três metas previstas com resultados expressivos no 7.1 (208%). Já no 7.2 atingiu 99% do estabelecido e no 7.1, 67% do previsto. Com relação ao Serviço APEC, houve superação do indicador 81. que atingiu 116% do previsto. Já o 8.2 atingiu 68% do esperado.

O 26º período avaliatório de 2025 foi um período mudanças importantes com as saídas do Programa Se Liga e do Projeto de Prevenção a Violência contra as Mulheres do CG 02/2019, a consolidação da implantação do novo programa Proteja Minas, bem como a readequação das atribuições de cargos estratégicos da OS para o aprimoramento da execução e construção da Política de Prevenção. Em três meses foram realizados 86.894 atendimentos pelos programas, uma média de 28.965 atendimentos a população por mês, no ano já são contabilizados 169.889 atendimentos. Somado a isso, houve a implantação da sede da UPC Estrela D'Alva, Contagem, e a entrega do Sistema Ceapa, um marco na inovação, gestão e accountability da Politica de Prevenção em Minas Gerais.

COMPROVANTES DE REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO ELO CNPJ: 07.514.913/0001-75

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

- constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 -Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
- 2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 09:56:59 do dia 11/03/2025 <hora e data de Brasília>. Válida até 07/09/2025

Código de controle da certidão: 165B.D9FB.DB86.0A29
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 07.514.913/0001-75 Certidão nº: 11371149/2025

Expedição: 26/02/2025, às 15:18:47

Validade: 25/08/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 07.514.913/0001-75, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.514.913/0001-75
Razão Social: INSTITUTO ELO

Endereço: R DOS GUAJAJARAS 40 SALA 1003 / CENTRO / BELO HORIZONTE / MG / 30180-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/06/2025 a 27/07/2025

Certificação Número: 2025062801341324524965

Informação obtida em 07/07/2025 17:14:05

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM: 07/07/2025

CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 05/10/2025

NOME/NOME EMPRESARIAL: INSTITUTO ELO		
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 004582069.00-79	CNPJ/CPF: 07.514.913/0001-75	SITUAÇÃO: Ativo
LOGRADOURO: R DOS GUAJAJARAS		NÚMERO: 1570
COMPLEMENTO: SALA 301,	BAIRRO: BARRO PRETO	CEP: 30180099
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE	UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

- Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;
- 2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos		
IDENTIFICAÇÃO	NUMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2025000892755669



Prefeitura de Belo Horizonte

Secretaria Municipal de Fazenda Subsecretaria da Receita Municipal

DOCUMENTO AUXILIAR DA CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVO PLENA PESSOA JURIDICA

REGISTROS DE ACESSO

Codigo de Controle: ABKHMNJKRL

Documento/Certidão nº 32.456.098 Exercício: 2025

Emissão em: 07/07/2025 Requerimento em: 17:09:29 Validade: 06/08/2025

Nome: **INSTITUTO ELO** CNPJ: **07.514.913.0001.75**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar debitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobranca e Divida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Publica Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em divida ativa

inscritos ou não em divida ativa.

RESSALVAS

DOCUMENTO GRATUITO - http://cndonline.siatu.pbh.gov.br

 ${\sf Existe}(m) \ {\sf Iancamento}(s) \ {\sf a} \ {\sf vencer}$

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE DA OS

Declaro, para todos os fins, que são verídicas todas as informações contidas neste Relatório Gerencial de Resultados. Acrescento, ainda, que as fontes de comprovação dos indicadores e produtos estão organizadas e arquivadas junto ao Instituto Elo e podem ser consultadas a qualquer momento pela Comissão de Monitoramento, por representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública ou representantes de órgãos de controle e auditoria do Governo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 10 de julho de 2025.

Gleiber Gomes de Oliveira

Diretor Presidente

Instituto Elo







